

**UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
MEIO AMBIENTE**

**EFEITOS DO CAPITAL SOCIAL NA SEGURANÇA ALIMENTAR EM POLOS
AGROFLORESTAIS DE RIO BRANCO, ACRE**

FRANCILEIDE LOPES DO NASCIMENTO

**ARARAQUARA – SP
2025**

FRANCILEIDE LOPES DO NASCIMENTO

**EFEITOS DO CAPITAL SOCIAL NA SEGURANÇA ALIMENTAR EM POLOS
AGROFLORESTAIS DE RIO BRANCO, ACRE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, nível de Doutorado, da Universidade de Araraquara – UNIARA, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Desenvolvimento Territorial e Alternativas de Sustentabilidade.

Orientador: Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida.

**ARARAQUARA – SP
2025**

FICHA CATALOGRÁFICA

Nascimento, Francileide Lopes do

Efeitos do capital social na segurança alimentar em polos agroflorestais de Rio Branco, Acre/Francileide Lopes do Nascimento. – Araraquara: Universidade de Araraquara, 2025.

129f.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente - Universidade de Araraquara-UNIARA.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida.

1. Polos agroflorestais. 2. Segurança alimentar. 3. Capital social. 4. Agricultores familiares. 5. Vulnerabilidade Social. I. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome do Aluno: **Francileide Lopes do Nascimento**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Doutorado, da Universidade de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Desenvolvimento Territorial e Alternativas de Sustentabilidade.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida




Prof. Dr. Leandro de Lima Santos



Prof. Dr. José Maria Gusman Ferraz



Prof. Dr. Alexsande de Oliveira Franco

Documento assinado digitalmente
 MARTA CRISTINA MARJOTTA MAISTRO
Data: 03/07/2025 17:26:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Marta Cristina Marjotta Maistro

Araraquara – SP, 29 de agosto de 2025.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Prof. Dr. Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida por aceitar o papel de orientador durante minha jornada acadêmica, mestrado e doutorado. Estendo meus sinceros agradecimentos à Prof.^a Dra. Alessandra Santos Nascimento pelas valiosas indicações de leitura e pelo envio de material bibliográfico, que contribuíram significativamente para o desenvolvimento deste trabalho.

Minha profunda gratidão também aos produtores familiares dos polos agroflorestais, que gentilmente interromperam seus afazeres para dedicar tempo e atenção durante a realização da pesquisa de campo. A todos, o meu muito obrigado.

RESUMO

Como resposta aos problemas gerados pelo êxodo rural após o declínio do ciclo da borracha, a gestão municipal de Rio Branco e, posteriormente, o governo do estado do Acre, implantaram uma política pública de assentamentos rurais, denominada polos agroflorestais. Este estudo tem como universo empírico os polos Custódio Freire e Wilson Pinheiro, onde residem sessenta famílias de agricultores familiares. A pesquisa tem como objetivo analisar os efeitos dos elementos de capital social para a insegurança alimentar dos agricultores familiares dos polos Custódio Freire e Wilson Pinheiro. Parte-se da hipótese de que a ausência ou fragilidade dos elementos do capital social contribui diretamente para situações de insegurança alimentar entre os agricultores. Os dados obtidos por meio da aplicação de questionários revelam que os laços de confiança, cooperação e participação cívica não se encontram suficientemente consolidados. Predominam posturas defensivas nas relações interpessoais, baixa adesão a práticas coletivas e redes comunitárias frágeis, o que compromete a capacidade das comunidades de mobilizar recursos, articular ações conjuntas e fortalecer sua segurança alimentar. Conclui-se que o capital social, enquanto recurso relacional e simbólico, está presente de forma difusa e pouco mobilizado, sendo necessário investir na reconstrução das bases de confiança, solidariedade e organização coletiva. O fortalecimento dessas dimensões é fundamental para o desenvolvimento local sustentável e para a superação da insegurança alimentar e das vulnerabilidades sociais, apontando para a urgência de políticas públicas que integrem ações estruturais e formativas no apoio aos polos agroflorestais.

Palavras-Chaves: Polos agroflorestais, segurança alimentar, capital social, agricultores familiares, Vulnerabilidade Social.

ABSTRACT

In response to the problems generated by the rural exodus following the decline of the rubber boom, the municipal government of Rio Branco and, later, the state government of Acre, implemented a public policy for rural settlements, called agroforestry hubs. This study's empirical context is the Custódio Freire and Wilson Pinheiro hubs, home to sixty families of family farmers. The research aims to analyze the effects of social capital elements on the food insecurity of family farmers in the Custódio Freire and Wilson Pinheiro hubs. The hypothesis is that the absence or fragility of social capital elements directly contributes to food insecurity among farmers. Data obtained through questionnaires reveal that bonds of trust, cooperation, and civic participation are insufficiently consolidated. Defensive attitudes in interpersonal relationships, low adherence to collective practices, and fragile community networks predominate, compromising the communities' ability to mobilize resources, coordinate joint actions, and strengthen their food security. The conclusion is that social capital, as a relational and symbolic resource, is diffuse and under-mobilized, requiring investment in rebuilding the foundations of trust, solidarity, and collective organization. Strengthening these dimensions is essential for sustainable local development and overcoming social vulnerabilities, highlighting the urgent need for public policies that integrate structural and training actions to support agroforestry hubs.

Keywords: Agroforestry hubs, food security, social capital, family farmers, social Vulnerability.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Rio Acre, abril de 2023.....	25
Figura 2 - Rio Acre, agosto de 2023.....	26
Figura 3 - Rio Branco, 7 de setembro de 2022.....	27
Figura 4 - Localização dos polos agroflorestais Custódio Freire e Wilson Pinheiro ..	28
Figura 5 - Quanto você confia nos vizinhos?.....	77
Figura 6 - Quanto você confia nos membros do governo local?	78
Figura 7 - Quanto você confia nos membros do governo central?	79
Figura 8 - Quanto você confia na associação de produtores?	80
Figura 9 - O que significa para sua família produzir alimentos para o autoconsumo?	85
Figura 10 - Gasto mensal com a compra de produtos alimentícios no mercado	88
Figura 11 - Resultados da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA, em percentual.....	89

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Se um projeto da comunidade não lhe beneficia diretamente, mas tem benefícios para muitas outras pessoas do(a) bairro/localidade, você contribuiria com seu tempo ou dinheiro para o projeto?	81
Tabela 2 - Quais são as três fontes de informação mais importantes a respeito do que o governo está fazendo?	83

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 MATERIAIS E MÉTODOS	17
2.1 INSTRUMENTOS DE PESQUISA	18
2.2 ASPECTOS ÉTICOS	22
2.3 LOCAL DE ESTUDO.....	23
2.3.1 Rio Branco.....	23
2.4. UNIVERSO EMPÍRICO.....	28
2.4.1 Polo Agroflorestal Custódio Freire	29
2.5. POLO AGROFLORESTAL WILSON PINHEIRO	30
3 REVISÃO DE LITERATURA.....	33
3.1 POLÍTICA PÚBLICA DE ASSENTAMENTOS RURAIS: OS POLOS AGROFLORESTAIS DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO.....	33
3.1.1 Criação legal dos polos agroflorestais.....	38
3.2 CONCEITOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR	41
3.2.1 A segurança alimentar ampla e a dimensão da solidariedade.....	44
3.2.2 A importância do autoconsumo	47
3.2.3 Cenário recente da segurança alimentar no Brasil.....	52
3.3. ABORDAGENS SOBRE O CONCEITO DE CAPITAL SOCIAL	57
3.3.1 Pierre Bourdieu	57
3.3.2 Robert Putnam	62
3.3.3 Francis Fukuyama.....	64
3.3.4 James Coleman	67
3.3.5 Mark Granovetter	68
3.4 Território e o capital social	71
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	76
4.1 ANÁLISE COMPARATIVA DA CONFIANÇA: VIZINHOS, ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES, GOVERNO LOCAL E GOVERNO CENTRAL.....	76
4.2. INFORMAÇÃO.....	82
4.3. PRODUÇÃO PARA O AUTOCONSUMO: PERCEPÇÕES E LIMITAÇÕES ...	84
4.4. RELAÇÕES ENTRE A SEGURANÇA ALIMENTAR E A RENDA DAS FAMÍLIAS.....	88
4.5 EFEITOS DOS ELEMENTOS DE CAPITAL SOCIAL SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR.....	92

4.6. ANÁLISE DOS DADOS SOB A PERSPECTIVA TEÓRICA.....	94
4.6.1 Confiança, normas sociais e participação cívica	95
4.6.2 Redes de relacionamento e acesso a recursos.....	98
4.6.3 Capital social e desenvolvimento local.....	101
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS.....	109
ANEXO I - QUESTIONÁRIO INTEGRADO PARA MEDIR CAPITAL SOCIAL, ADAPTADADO	117
ANEXO II - ESCALA BRASILEIRA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR	123
APÊNDICE I – AUTOCONSUMO E PRODUÇÃO PARA O MERCADO	125
APÊNDICE II – RELAÇÕES SOCIAIS	128

1 INTRODUÇÃO

A descoberta do processo de fabricação de borracha, tendo como matéria-prima o látex extraído da *Hevea brasiliensis*, árvore nativa da região Amazônica, fez despertar o interesse pela ocupação do estado do Acre, liderado por grupos econômicos estrangeiros e brasileiros. Conforme aponta Pontes (2015), duas fases caracterizaram a ocupação: o primeiro ciclo da borracha (1870-1913), que teve fim a partir da concorrência dos seringais de cultivo, sobretudo na Malásia; e o segundo ciclo, que abrange o período de 1939-1945, para atender aos aliados durante a Segunda Guerra Mundial. Com o fim do conflito, a compra da produção de borracha do Acre foi interrompida e, com isso, os donos dos seringais declararam falência.

Estes acontecimentos resultaram em mudanças na estrutura produtiva do estado. Os trabalhadores envolvidos nos sistemas de produção da borracha ficaram sem condições de permanecer na produção extrativista. Os antigos seringalistas teriam vendidos suas terras para os “paulistas”¹. Em outros casos, as terras foram alvo de grilagem. Por isso, uma parcela significativa dos seringueiros deixou de trabalhar na floresta.

A partir deste momento, o estado passou por processo de distribuição demográfica. De acordo com dados do censo demográfico do IBGE, em 1960 a população rural correspondia a 78,89%. Em 2015, apenas 28,94% da população ainda vivia nas áreas rurais do Acre (IBGE/SIDRA, 2015). Grande parte desta população fixou-se em Rio Branco, capital do estado.

Diante do êxodo rural e de seus problemas associados, algumas políticas públicas foram aprovadas como resposta aos problemas oriundos desta nova realidade, que teve como consequência a urbanização acelerada e desorganizada. Conforme Toni (2006), em meados da década de 1990, a Prefeitura Municipal de Rio Branco criou um projeto de assentamento rural denominado polos agroflorestais, que se localizavam no entorno da cidade para receber o grande contingente populacional que chegava das áreas rurais. O objetivo era levar de volta ao meio

¹“Paulistas” era uma expressão pejorativa utilizada para fazer referência aos empresários do centro-sul durante a década de 1970 e 1980. Todos aqueles procedentes do Mato Grosso até o Rio Grande do Sul eram considerados “paulistas” e representavam uma ameaça aos trabalhadores rurais nativos da região (Cardia, 2010).

rural os imigrantes que viviam na periferia, muitos deles desempregados ou em ocupações precárias devido à falta de qualificação e baixa escolaridade.

A criação dos polos agroflorestais representou uma experiência de descentralização nos projetos de reforma agrária no estado. Tradicionalmente, a gestão de assentamentos rurais era centralizada no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Além dos polos geridos pela prefeitura de Rio Branco, até o ano de 2006, o governo do estado do Acre criou 12 projetos de assentamento agroflorestais, sob sua administração (Acre, 2011).

Em pesquisa desenvolvida por Souza, Pinto e Fiúza (2013), verificou-se que, para alguns agricultores, a inserção nos polos agroflorestais representou uma oportunidade de renda e importante estratégia para a sua subsistência. No entanto, o papel de intermediação comercial dos “atravessadores”, aliado ao baixo desempenho da produção agrícola, fez com que alguns produtores procurassem ocupações no mercado de trabalho urbano para incrementar a renda familiar. Os estudos dos autores concluíram que existe ineficiência econômica em relação à renda dos agricultores. Indicaram, em suas conclusões, que o desenvolvimento de estratégias que elevem a viabilidade econômica destes polos deve ser colocado como desafio para os gestores públicos.

Outro estudo elaborado por Maciel *et al.* (2018) analisou o desempenho econômico dos polos comparando os períodos de 2005/2006 e 2015/2016. A metodologia utilizada foi desenvolvida pelo projeto denominado Análise Socioeconômica dos Sistemas Básicos de Produção Familiar Rural do Estado do Acre (ASPF). Constatou-se que houve uma evolução considerável nas rendas familiares em todos os polos. Além disso, foram poucas as famílias que se encontravam abaixo das linhas de pobreza e extrema pobreza. A participação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) contribuiu de maneira decisiva para o crescimento da comercialização dos produtos.

Porém, uma pequena parte das famílias, ainda em situação de pobreza, mostrava a necessidade de ações efetivas para a erradicação por completo da pobreza nestes assentamentos. É possível afirmar que os polos agroflorestais foram idealizados como uma política pública para garantir acesso à terra, visando o desenvolvimento da agricultura familiar e geração de renda para a população excluída e que possuía vocação para o trabalho agrícola. Tendo em vista que o projeto está inserido no âmbito de políticas públicas municipais e estaduais, torna-se

necessário a sua avaliação e, desta forma, verificar se os resultados esperados durante a sua formulação foram alcançados e a efetividade da mesma para os atores beneficiários.

Esta política, além de um projeto de reforma agrária, também pode ser considerada uma política de desenvolvimento da economia local, uma vez que o aumento da produção agrícola abastece os mercados do município de Rio Branco, reduzindo a dependência da importação de alimentos de outras regiões do país.

Por sua vez, o aumento da produção de alimentos é uma das variáveis que pode contribuir para o fortalecimento da segurança alimentar. Na visão de Souza (2005), fonte atual a produção agrícola familiar é o setor que tem garantido o abastecimento de alimentos no país, sendo responsável por grande parcela da produção de alimentos que compõem tradicionalmente a dieta dos brasileiros, como por exemplo: mandioca (87%); feijão (72%); café (54%) e arroz (46%).

Nesta perspectiva, a produção agrícola desenvolvida nos polos é uma atividade

que pode garantir a segurança alimentar dos agricultores familiares assentados, pois é capaz de gerar renda, que é a principal condição para que um indivíduo tenha acesso à alimentação, além de potencialmente garantir a segurança alimentar através do autoconsumo, dentre outras estratégias, como a diversificação da produção, acesso aos canais de comercialização institucionais.

Outra variável que deve ser levada em consideração ao pensar no desenvolvimento de determinado grupo ou território é a organização social. Um dos conceitos que representa a materialização, deste processo é o conceito de capital social. Para Fukuyama (1995) o capital social é a capacidade das pessoas para trabalhar em conjunto com os mesmos propósitos em grupos e organizações. Pode ser definido simplesmente como a existência de alguns conjuntos de valores informais ou normas compartilhadas entre membros de um grupo que permitem cooperação entre eles.

Uma abordagem territorial do mundo rural deve levar em consideração as formas de coordenação não formalizadas ou institucionalizadas, como redes e reciprocidade, bem como recursos associados a territórios específicos, social e culturalmente marcados, como o capital social (Sabourin, 2002).

Por isso, é fundamental a análise da formação de capital social em comunidades rurais, pois esse é um elemento que possibilita a elaboração de

estratégias para a superação de problemas coletivos. O ponto de partida da pesquisa foi o estudo trabalho desenvolvido durante o mestrado que resultou na dissertação intitulada “Polos agroflorestais de Rio Branco: Modos de vida e segurança alimentar”.

No referido estudo foi realizada uma análise dos polos agroflorestais Custódio Freire, Geraldo Fleming e Wilson Pinheiro, com um olhar aprofundado sobre a segurança alimentar dos agricultores familiares. O pior nível de insegurança alimentar foi encontrado no polo Wilson Pinheiro, apresentando os seguintes resultados: insegurança alimentar leve (24%), insegurança alimentar moderada (24%) e a insegurança alimentar grave (9%).

O novo estudo será realizado apenas nos polos Custódio Freire e Wilson Pinheiro, buscando identificar possíveis relações entre os elementos de capital social e a situação de vulnerabilidade social dos assentados.

Assim sendo, foi definida a seguinte questão que norteará a pesquisa: quais os efeitos dos elementos de capital social sobre a insegurança alimentar nos Polos Custódio Freire e Wilson Pinheiro? Além da questão central, outras indagações darão suporte ao trabalho: Quais os desafios para formação do capital social na comunidade? Qual o nível de capital de capital social?

A hipótese levantada, nesta pesquisa é que a ausência de elementos de capital social contribui para condição de insegurança alimentar das famílias assentadas.

Para responder o problema que direciona a pesquisa segue o objetivo geral e os objetivos específicos a serem alcançados:

a) Objetivo Geral

Analisar os efeitos dos elementos de capital social para a insegurança alimentar dos agricultores familiares dos polos Custódio Freire e Wilson Pinheiro

b) Objetivos Específicos

- Descrever o capital social com base nas dimensões grupos e redes, confiança e solidariedade, ação coletiva e cooperação, informação e comunicação.
- Identificar os desafios para a formação do capital social no polo.
- Determinar o nível segurança alimentar de maneira ampla.
- Fornecer subsídios para aprimoramento da política pública dos polos agroflorestais no que tange ao capital social e segurança alimentar dos agricultores familiares.

A relevância deste estudo reside na necessidade de compreender os fatores que condicionam a vulnerabilidade social de comunidades rurais assentadas, com foco especial na segurança alimentar como um direito humano fundamental. Com base na constatação empírica de diferentes níveis de insegurança alimentar nos assentamentos, torna-se fundamental analisar os aspectos que transcendem as variáveis econômicas tradicionais, como a renda monetária. Neste sentido, o conceito de capital social se mostra uma ferramenta analítica essencial, pois está relacionado à capacidade de cooperação, confiança mútua, redes sociais e ação coletiva – elementos que influenciam diretamente o acesso a recursos, a organização da produção, a participação em políticas públicas e, consequentemente, a segurança alimentar.

Além disso, a abordagem territorial adotada neste trabalho contribui para entender a realidade dos assentamentos não apenas do ponto de vista técnico-produtivo, mas também das relações sociais e institucionais que moldam o desenvolvimento local. Considerar as dimensões do capital social, como grupos e redes, confiança e solidariedade, ação coletiva e comunicação, permite uma análise integrada e mais sensível às dinâmicas comunitárias que impactam a eficácia das políticas públicas nos territórios rurais.

Ao articular a problemática da segurança alimentar o trabalho se vincula aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, lançados em 2000 com prazo até 2015, tinham como meta central do ODM 1 a erradicação da fome e da pobreza extrema, incluindo a redução à metade da proporção de pessoas que sofriam de fome em nível global (IPEA, 2014). Essa meta exigia uma abordagem multissetorial: não bastava aumento da produção agrícola, mas era necessário integrar políticas sociais de transferência de renda, nutrição, saúde, educação e fortalecimento institucional para proteger populações vulneráveis. Dessa forma, a investigação proposta não apenas contribui para o diagnóstico local, mas também se relaciona a uma discussão ampla de inclusão social e produtiva de populações tradicionalmente excluídas.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo foi desenvolvido através de uma pesquisa descritiva, dos fatores determinantes da pobreza, com uma abordagem quantitativa. Segundo Gil (2008), a pesquisa descritiva apresenta as características de determinada população ou fenômeno, com o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Os objetos de estudo são os polos agroflorestais Custódio Freire e Wilson Pinheiro, que estão localizados em dois extremos da cidade Rio Branco: o polo Custódio Freire situa-se na BR – 364 km 08 e polo Wilson Pinheiro na Rodovia AC 90, km 18. A pesquisadora realizou visitas domiciliares aos agricultores dos polos, com o intuito de convidá-los a participar do estudo.

A proposta inicial era a realização de um censo, técnica estatística que consiste em entrevistar todos os indivíduos de determinada população. Optou-se por este tipo de levantamento, tendo em vista o tamanho relativamente pequeno da população, conforme dados da prefeitura: Custódio Freire, 20 famílias, Wilson Pinheiro, 40 famílias. Porém, foram aplicados apenas dez questionários, no polo Custódio Freire e dezesseis entrevistados no polo Wilson Pinheiro.

Foi identificado que cinco famílias, não desenvolviam mais atividades produtivas. Uma pessoa que estava nessa situação, disse que abandonou a produção devido às condições do ramal. Ele vendia principalmente para o governo com a redução de recursos para compras institucionais, uma saída seria vender para os atravessadores, porém na visão dele não compensava, diante do preço baixo que estavam dispostos a pagar.

Uma moradora disse que deixou a produção, quando conseguiu a aposentadoria rural, devido os problemas de saúde causados pelo trabalho agrícola. Destaca-se que entre os moradores que não desenvolvem a atividade agrícola, alguns residem em casas construídas com recursos do programa de habitação rural. Além disso, durante os deslocamentos ao polo, não havia nenhum morador em quatro casas.

Participaram da pesquisa os proprietários dos lotes ou seu cônjuge, agricultores familiares residentes nos polos agroflorestais. A coleta de dados foi realizada no Polo Agroflorestal Custódio Freire entre 13 e 23 de janeiro e em 6 de agosto de 2025, e no Polo Agroflorestal Wilson Pinheiro entre 1 e 8 do mesmo ano. As entrevistas foram conduzidas nas próprias residências dos produtores rurais, com

duração média de aproximadamente 30 (trinta) minutos cada, permitindo a coleta de informações de forma direta e contextualizada ao ambiente de vida e trabalho dos participantes.

Esses dois polos foram escolhidos, pois apresentaram resultados distintos, no estudo realizado durante o mestrado. O polo Custódio Freire apresentou os melhores resultados, em termos de renda (um pouco mais que o dobro da renda do polo Wilson Pinheiro). No que tange a segurança alimentar, enquanto 9% das famílias do Polo Wilson Pinheiro estavam em condição de insegurança alimentar grave, nenhuma das famílias entrevistadas no Polo Custódio Freire estavam nesta situação.

Além disso os polos apresentam diferenças em relação ao tamanho das áreas produtivas, esfera de poder responsável por sua criação e os principais de alimentos comercializados. O Polo Custódio Freire, sob gestão municipal, possui lotes de 2,5 hectares e é voltado predominantemente para a produção de hortaliças. Já o Polo Wilson Pinheiro, administrado pelo governo estadual, conta com lotes maiores, variando entre 5 e 8 hectares, e tem como principal foco produtivo o cultivo de frutas.

2.1 INSTRUMENTOS DE PESQUISA

O instrumento de coleta de dados que será utilizado é uma versão resumida do Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS). As perguntas foram lidas e pela pesquisadora e o questionário preenchido, após a resposta dos participantes da pesquisa.

O questionário foi elaborado para gerar dados quantitativos e abrange seis dimensões do capital social: grupos e redes, confiança e solidariedade, ação coletiva e cooperação, informação e comunicação, coesão e inclusão e autoridade e ação política. Neste estudo, optou-se por estudar apenas quatro dimensões, cujas definições são apresentadas no quadro 1. A escolha dessas dimensões se deu pelo entendimento de maior adesão a realidade dos produtores rurais.

Quadro 1 – Dimensões do capital social

Dimensões	Definição
Grupos e redes	Participação de um membro de um domicílio em vários tipos de organização social e redes informais, assim como as várias contribuições dadas e recebidas nestas relações. Também considera a diversidade das associações de um determinado grupo, como suas lideranças são selecionadas, e como mudou o envolvimento da pessoa com o grupo ao longo do tempo.
Confiança e solidariedade	A confiança em relação a vizinhos, provedores de serviços essenciais, e estranhos, e como essas percepções mudaram com o tempo.
Ação coletiva e cooperação	Esta categoria investiga se, e como os membros do domicílio têm trabalhado com outras pessoas em sua comunidade, em projetos conjuntos e/ou como resposta a uma crise. Também considera as consequências do não cumprimento das expectativas em relação à participação.
Informação e comunicação	Esta categoria de questões explora os meios pelos quais os domicílios pobres recebem informações relativas às condições de mercado e serviços públicos, e até onde têm acesso às infraestruturas de comunicação.

Fonte: Elaborado pela autora, com dados extraídos de Grootaert et al. (2003).

A escolha das variáveis grupos e redes, confiança e solidariedade, ação coletiva e cooperação, e informação e comunicação em um estudo sobre o capital social de comunidades de agricultores familiares se fundamenta na literatura clássica e contemporânea sobre o tema. Essas dimensões representam os principais elementos que estruturam o capital social nas dinâmicas comunitárias e produtivas dos agricultores.

Grupos e redes são essenciais para compreender as formas de organização social e de interdependência entre os membros da comunidade. Segundo Woolcock e Narayan (2000), as redes sociais fornecem os canais pelos quais os indivíduos acessam recursos, apoio e oportunidades. No contexto da agricultura familiar, essas redes se expressam em associações, cooperativas e laços informais de ajuda mútua, sendo fundamentais para o fortalecimento das capacidades coletivas.

A variável confiança e solidariedade está diretamente associada à coesão social. Putnam (1996) argumenta que a confiança mútua entre os membros de uma comunidade facilita a coordenação e a cooperação para o benefício comum. Em comunidades rurais, esse fator é especialmente relevante, pois influencia a disposição dos agricultores em colaborar, compartilhar recursos e participar de iniciativas conjuntas.

A dimensão ação coletiva e cooperação reflete a capacidade de mobilização dos grupos para alcançar objetivos comuns, superar desafios e ampliar a

representação política e institucional. Bourdieu (1986) destaca que o capital social se manifesta por meio da capacidade dos atores de mobilizar seus vínculos para obtenção de vantagens, sendo a ação coletiva uma expressão concreta desse processo.

Por fim, a variável informação e comunicação desempenha papel estratégico na circulação de conhecimentos técnicos, práticas agrícolas, políticas públicas e oportunidades de mercado. Coleman (1990) ressalta que o fluxo de informação dentro das redes sociais é um componente vital do capital social, pois reduz custos de transação e aumenta a eficiência das interações.

Dessa forma, as quatro variáveis escolhidas permitem uma análise abrangente do capital social, não apenas como um recurso individual, mas como um bem coletivo que sustenta a organização, a resiliência e a sustentabilidade dos agricultores familiares.

Outro instrumento de coleta de dados é a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), metodologia adotada para mensurar o nível de segurança alimentar das famílias. A medida é feita a partir da percepção das famílias, a dificuldade de acesso familiar aos alimentos e também outras dimensões da insegurança alimentar, como medo de faltar alimentos no futuro, passando pelo comprometimento da qualidade da dieta, limitação da qualidade de alimentos consumidos, até o nível mais grave de fome já atingido (Segall-Corrêa; Marin-Leon, 2009).

A versão reduzida da escala EBIA é composta de oito questões relativas à segurança alimentar familiar percebida nos últimos três meses. Era necessário que a família tivesse entre seus membros, alguém maior que 18 anos para a aplicação do questionário. O somatório das respostas positivas configurava uma nota que refletia o nível de segurança/insegurança para cada uma das famílias (Panigassi, et al., 2008). O quadro 2 ilustra a classificação dos níveis de (in) segurança alimentar segundo a metodologia.

Quadro 2 - Pontuação para classificação dos domicílios nas categorias de segurança alimentar

Classificação	Pontos de corte
Segurança Alimentar	0
Insegurança Alimentar Leve	1-3
Insegurança Alimentar Moderada	4-5
Insegurança Alimentar Grave	6-8

Fonte: Rede PENSSAN, 2021.

Conforme Segall-Corrêa e Marin-Leon (2009) os níveis de segurança alimentar, a partir do EBIA, definem-se da seguinte forma:

- Segurança Alimentar (SA): quando não há restrição alimentar de qualquer natureza, nem mesmo a preocupação com a falta de alimentos no futuro;
- Insegurança Alimentar Leve (IAL): quando a qualidade da alimentação é afetada, juntamente com a preocupação de que possa faltar alimento num futuro próximo;
- Insegurança Alimentar Moderada (IAM): quando começa a haver restrição quantitativa na alimentação dos adultos da família;
- Insegurança Alimentar Grave (IAG): deficiência quantitativa e com alta possibilidade de fome entre adultos e crianças da família.

De posse dos dados obtidos no estudo empírico, foi realizada a análise quantitativa. De acordo com Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa quantitativa busca medir unidades e traduzir em números, opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. O centro do processo de análise é o uso de recursos e de técnicas estatísticas.

Para a análise estatística, os dados foram organizados e lançados no Microsoft

Office Excel. Após o processamento e análise, os dados serão apresentados na forma de tabelas e gráficos.

Outro instrumento que foi utilizado para coleta de dados é roteiro de entrevista. Os dados obtidos darão suporte à abordagem qualitativa da pesquisa e contribuirá para dar resposta ao objetivo de identificação dos desafios para a formação do capital.

2.2 ASPECTOS ÉTICOS

No projeto da pesquisa e mesmo na escrita da tese, foi assegurada a confidencialidade dos dados e das informações que possibilitem a identificação dos participantes. É compromisso assumido pela pesquisadora manter os participantes informados acerca do andamento da pesquisa e, ao final de sua realização, comunicar-lhes os resultados e/ou devolver-lhes, de alguma forma, o produto alcançado.

O Projeto de pesquisa encontra-se adequado e aprovado, de acordo com colegiado do Comitê de Ética da Universidade de Araraquara, conforme Parecer número 7.198.720, datado de 01 de novembro de 2024 e com as normativas vigentes.

Critérios de inclusão e exclusão

Os participantes da pesquisa foram os agricultores, chefes de família, ou outro membro da família, maior de 18 anos. Foram excluídos do estudo os indivíduos pertencentes às etnias indígenas e menores de 18 anos.

Riscos

Os possíveis riscos decorrentes da participação na pesquisa, entre eles algumas perguntas poderiam causar algum desconforto, evocar sentimentos ou lembranças desagradáveis. Além disso, existia o risco de cansaço em responderas questões, por tratar-se de um questionário extenso. Caso alguma dessas possibilidades se concretizassem, o participante da pesquisa foi comunicado que poderia solicitar a suspensão imediata da pesquisa.

Benefícios

O principal benefício obtido com a participação nesta pesquisa foi a contribuição para a ampliação do conhecimento acerca das vulnerabilidades sociais dos agricultores familiares dos polos agroflorestais de Rio Branco. Dessa forma, os dados fornecidos pelos entrevistados, poderão contribuir para o aprimoramento da política pública analisada.

2.3 LOCAL DE ESTUDO

2.3.1 Rio Branco

O povoamento que deu origem a cidade de Rio Branco remonta o final do século XIX. A produção de borracha foi responsável pela anexação do Acre ao Brasil, e também pela institucionalização das primeiras cidades. Após a assinatura do Tratado de Petrópolis, com a Bolívia, em 1903, foi criado o Território Federal do Acre e a sua primeira organização político-administrativa em 1904. O território foi dividido em três departamentos (Alto Acre, Alto Juruá e Alto Purus) e, definidas as primeiras sedes administrativas (Morais, 2000).

A sede do Departamento do Alto Acre era o antigo povoado denominado Penápolis, em homenagem ao presidente brasileiro Afonso Pena (1847-1909), no ano de 1909. Em 1912, o nome da cidade foi alterado para Rio Branco, como uma homenagem ao Barão de Rio Branco (1845-1912), diplomata responsável pela regularização das fronteiras brasileiras, inclusive pela anexação do estado do Acre ao território do Brasil.

A população de Rio Branco formou-se principalmente por migrantes nordestinos que vieram trabalhar no extrativismo da borracha. Devido à sua localização privilegiada, o território de Rio Branco, no início do século XX, tornou-se um grande centro comercial que abastecia os seringais de outros municípios do estado. Em pouco tempo, atraiu povos estrangeiros, como os sírios e libaneses, que se estabeleceram no município, realizando comércio como regatões e mascates e, posteriormente, exercendo atividades que em outras regiões do país foram tradicionalmente dominadas por portugueses, como o caso das padarias e diversas casas comerciais (Leite, 2010).

Após a falência do extrativismo da borracha, o município de Rio Branco recebeu um grande contingente populacional, durante as décadas de 1980 e 1990. Mais de 50% da população do estado passou a viver na capital e, como consequência, ocorreu a formação de muitos bairros carentes de serviços públicos essenciais (Vaz, 2002).

A cidade de Rio Branco localiza-se na mesorregião vale do Acre, possui uma área territorial de 8.834,942 km². Tem como limite os municípios de Sena Madureira, Bujari, Plácido de Castro, Senador Guimard, Capixaba, Porto Acre e Xapuri. Assim

como a maioria das cidades da Amazônia, Rio Branco surgiu às margens do rio Acre, que divide a cidade em primeiro distrito, margem esquerda, e segundo distrito, margem direita. É ligado a dois afluentes, o igarapé São Francisco e o Judia. A condição hidrográfica, aliada com a forma de ocupação desordenada no município, cooperam para uma série de problemas que surgem em decorrência das enchentes (Franca, 2013).

Nas últimas décadas, Rio Branco passou por um crescimento populacional e intensa transformação urbana, caracterizada pela retirada de famílias que moravam em áreas sujeitas a inundações e deslizamentos. Esse processo, aliado com avanço da verticalização das construções e a implantação de condomínios residenciais privados, contribuíram para modificação da paisagem da cidade (Mendonça *et. al.*, 2020).

De acordo com o Censo Demográfico 2022, a população residente em Rio Branco é de 364.756 habitantes, com densidade demográfica de 41,28 habitantes por km². Em comparação com 2010, quando a população era de 336.038 habitantes, houve crescimento, embora inferior ao estimado nas projeções populacionais. A estimativa do IBGE para 2024 aponta 387.852 habitantes. O PIB per capita em 2021 foi de R\$ 26.119,02 (IBGE, 2023).

Rio Branco apresenta o maior Produto Interno Bruto (PIB) do estado do Acre, constituindo-se como centro político, administrativo e econômico estadual. Sua economia se baseia nos setores de serviços, indústria e agropecuária. Na agricultura, destacam-se cultivos como mandioca, milho, arroz, feijão, frutas e cana-de-açúcar; no extrativismo, sobressai a castanha-do-acre. O município conta ainda com atividade madeireira, indústria de alimentos, cerâmica, móveis e têxtil, além de crescimento recente do agronegócio (IBGE, 2023).

Em julho de 2023, 41.887 famílias ou 11,48% da população, foram beneficiárias do programa bolsa família, totalizando uma despesa de R\$ 29 milhões. O valor médio do benefício no estado é de R\$ 742,27 (Secretaria de Comunicação Social, 2023).

Rio Branco apresenta vulnerabilidade ambientais significativas, como as enchentes, fenômeno frequente na região. Em 52 anos de monitoramento, registrou mais de 40 enchentes. Entre os anos de 1971 e 2023 ocorreram grandes enchentes em 9 anos; e enchentes extraordinárias em 5 anos, sendo as mais intensas registradas nos anos de 1988, 1997, 2012 e 2015. Em 2023, 40 bairros da zona

urbana e 27 comunidades rurais de Rio Branco foram atingidos pela enchente (Amaral, 2023).

A cidade passa por fenômenos climáticos extremos, existindo no mesmo ano inundações e períodos de seca intensa. Em 2021, a escassez de água ocorreu poucos meses de diversas inundações, o nível da água do Rio Acre atingiu 133 centímetros, apenas 3 centímetros acima do nível mais baixo já registrado na cidade. Além de decretar estado emergência, a prefeitura de Rio Branco enviava caminhões-pipa, duas vezes por semana para atender 12 comunidades rurais.

Situação semelhante acontece atualmente, com o Rio Acre medindo em 1,5 metros, em agosto de 2023, após a alagação no início do ano. Esses extremos climáticos geram problemas econômicos, tanto para famílias como para o setor produtivo da cidade. As figuras 1 e 2, ilustram o nível do Rio Acre, em dois momentos distintos.

Figura 1 - Rio Acre, abril de 2023



Fonte: AC 24 horas.

Figura 2 - Rio Acre, agosto de 2023



Fonte: Vale, 2023.

Outra vulnerabilidade ambiental que vem se intensificando nos últimos anos é a poluição do ar. No mês de setembro de 2002, Rio Branco chegou a registrar um nível de poluição 13 vezes maior do que o recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como aceitável. Nesse período, o estado do Acre era o quarto do país com maior número de focos, com 11,5% dos 15.345 registrados, sendo a capital a terceira cidade em número de focos (Rodrigues, 2022).

A origem das queimadas está no meio urbano e rural, por ser uma técnica de manejo do solo utilizada pelos agricultores da região, como também diversos focos de incêndios são verificados nos espaços urbanos, potencializados pelo período de estiagem. A poluição do ar afeta a qualidade de vida da população, sendo as doenças respiratórias, um dos efeitos mais negativos, responsável pelo aumento da quantidade de pessoas atendidas em unidades de saúde. Na figura 3 é possível visualizar o nível de poluição do ar na cidade de Rio Branco.

Figura 3 - Rio Branco, 7 de setembro de 2022



Fonte: Muniz, 2022.

No aspecto social, a entrada de milhares de imigrantes, a partir de 2010, apresenta-se como um desafio para os gestores públicos, que devem cumprir a missão humanitária de receber um elevado contingente populacional. Essa situação foi facilitada pela fronteira com dois países, Peru e Bolívia. A primeira leva de imigrantes foram os haitianos, que inicialmente se fixaram na cidade fronteira de Assis Brasil. Mas, devido a falta de estrutura e a demanda crescente por abrigos, esses indivíduos se deslocaram para a capital Rio Branco (Mamed, 2016).

O estado notificou a passagem de quase 45 mil imigrantes, de 35 nacionalidades diferentes, sendo a maioria representada por haitianos, seguido de senegaleses e venezuelanos (Acre, 2021). Ainda que seja visto como lugar de passagem, uma vez que o destino desejado são os grandes centros, para busca de oportunidades de emprego, muitos imigrantes permanecem no estado por um longo período, gerando a necessidade de investimentos para manutenção de abrigos.

A crise migratória se torna mais grave no âmbito em um dos estados mais pobres da federação. Diante disso, o Ministério Público Estado, acionou a União para oferecer apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento de uma política de acolhimento aos imigrantes no estado do Acre (Zuben, Fleury, Carvalho, 2018). Apesar da união de esforços, o problema ainda está longe de ser solucionado,

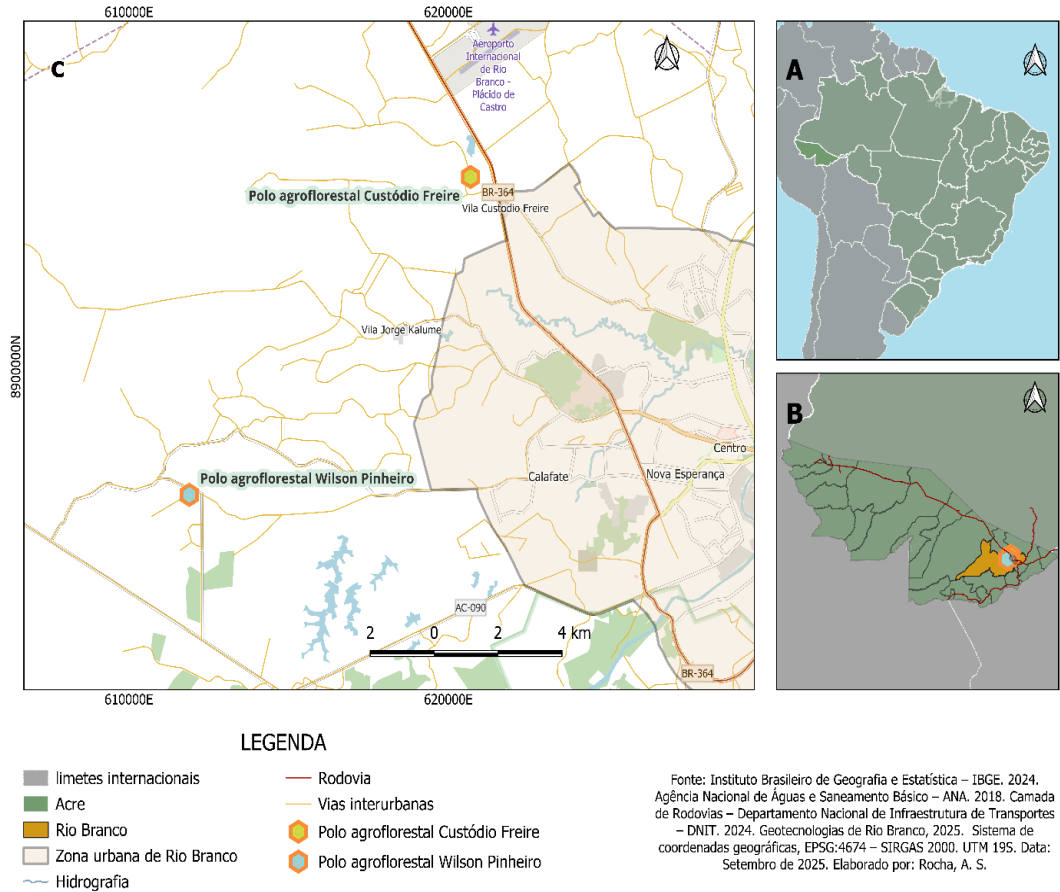
atualmente é comum encontrar venezuelanos, adultos e crianças, pedindo ajuda nos semáforos das ruas de Rio Branco.

2.4. UNIVERSO EMPÍRICO

O objeto de investigação deste estudo abrangeu dois polos agroflorestais situados no município de Rio Branco: o Polo Agroflorestal Wilson Pinheiro, sob administração do Governo do Estado do Acre, e o Polo Agroflorestal Custódio Freire, gerido pela Prefeitura Municipal de Rio Branco.

Além da diferença quanto à esfera administrativa responsável pela gestão, os polos apresentam outras distinções significativas, que envolvem o tamanho dos lotes, a localização geográfica, os tipos de cultivos predominantes, o nível de infraestrutura disponível e o tempo de criação de cada um. A Figura 4 apresenta a localização espacial desses polos no território municipal.

Figura 4 - Localização dos polos agroflorestais Custódio Freire e Wilson Pinheiro



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2024.

O Polo Custódio Freire apresenta uma localização estratégica por estar próximo ao perímetro urbano, situado à margem esquerda da BR-364, no quilômetro 2 do Ramal Castanheira. O processo de transformação do seu entorno, anteriormente caracterizado por fazendas, em loteamentos imobiliários ao longo dos últimos anos, revela a intensificação da expansão urbana. Esse fenômeno tem provocado o estreitamento das fronteiras entre os espaços rural e urbano, resultando em impactos diretos sobre a dinâmica produtiva, a configuração territorial e a própria identidade do polo enquanto espaço de assentamento agroflorestal.

Já o Polo Wilson Pinheiro se insere em uma dinâmica distinta, com acesso pela rodovia AC-90, conhecida como Transacreana, em uma região marcada pela presença de assentamentos rurais do Incra e de fazendas voltadas majoritariamente à pecuária. Sua entrada localiza-se no quilômetro 18 da rodovia, na margem direita, sendo necessário percorrer mais 4 km pelo ramal do polo. Nesse caso, o principal desafio decorre da forte influência da pecuária extensiva, cuja lógica produtiva entra em tensão com os objetivos de promoção da agricultura familiar sustentável propostos pela política pública dos polos agroflorestais.

A comparação entre os dois polos evidencia pressões externas diferenciadas que fragilizam seus propósitos originais. Enquanto o Custódio Freire sofre com o avanço da urbanização e uma possível descaracterização do assentamento, o Wilson Pinheiro enfrenta os efeitos da predominância pecuária em seu entorno. Ambos os casos ilustram como fatores territoriais e econômicos condicionam a efetividade das políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar e à consolidação dos polos agroflorestais.

2.4.1 Polo Agroflorestal Custódio Freire

A ocupação do polo Custódio Freire ocorreu de maneira distinta dos demais polos, uma vez que não foi realizado processo seletivo. Foram assentadas pessoas que trabalhavam em fazendas nas adjacências da sede atual do polo, próximo ao perímetro urbano de Rio Branco, conforme o seguinte relato.

Criado em 1993, o polo agroflorestal Custódio Freire localiza-se no KM 08 da BR 364 sentido Rio Branco – Sena Madureira. No início da ocupação, as 23 famílias assentadas trabalhavam em lotes de 50 x 100 metros. Devido às limitações dos lotes, no ano de 2002 a Secretaria Municipal de Agricultura Familiar e

Desenvolvimento Econômico - SAFRA desapropriou duas áreas rurais através dos decretos nº 638 e nº 641 de 12 de março de 2002, que foram incorporadas ao polo (Andrade, 2008).

Na visão de Maluf (1999) o polo Custódio Freire pode ser denominado como “polo de hortaliças” devido à sua especialização neste tipo de cultivo, diferenciando da proposta agroflorestal. Assim como os demais polos do município que adotaram essa linha de produção, este polo apresenta um bom desempenho econômico ao longo do tempo, mesmo após a redução de incentivos da prefeitura. O preço das hortaliças e o giro mais rápido dos recursos propiciado por esta atividade, são alguns dos motivos que influenciam o fortalecimento destes assentamentos.

Silva e Silva (2012) argumentam que devido à proximidade com a cidade este polo pode ser classificado como espaço transacional, que são espaços rurais que incorporam características do espaço urbano, como por exemplo, o desenvolvimento de pluriatividade. Apesar do predomínio do uso do solo para o cultivo agrícola, os assentados procuram outras fontes de renda, como o aluguel de áreas para lazer.

O tipo de solo predominante no polo é o plintossolo que é caracterizado pela pouca profundidade. O relevo é plano e tem argila de atividade alta, o que dificulta o manejo de culturas anuais (Andrade, 2008).

No diagnóstico socioeconômico do cinturão verde de Rio Branco, realizado pelo projeto ASPF, o polo Custódio Freire apresentou a maior renda bruta entre todos os polos agroflorestais do município de Rio Branco. Uma possível explicação para este desempenho é a manutenção da diversificação produtiva com a produção de hortaliças, entre elas alface, couve, cheiro verde e pimenta de cheiro, o cultivo de frutas, como banana, laranja e limão e a criação de aves (ASPF, 2016).

Por outro lado, no estudo desenvolvido por Andrade (2008) notou-se uma descaracterização em relação a um sistema agroflorestal no referido polo. Em 1986, a área de floresta representava 67,5% da área total; já em 2007, correspondia apenas a 16,7%. O estudo indicou certo grau de degradação, tanto do solo quanto dos açudes e poços que foram construídos sem assistência técnica.

2.5. POLO AGROFLORESTAL WILSON PINHEIRO

O polo Wilson Pinheiro foi o primeiro criado na gestão do governador Jorge Viana. A escolha do nome representa uma homenagem ao presidente do Sindicato

dos Trabalhadores Rurais de Brasília, Wilson Pinheiro, que lutou pela preservação da floresta, e foi assassinado em 1980 (Agência do Acre, 2017).

A Lei Estadual n.º 1.693, de 21 de dezembro de 2005, criou o Polo Agroflorestal Wilson Pinheiro, com área de 300,4687 ha (trezentos hectares, quarenta e seis ares e oitenta e sete centiares). Através desta lei, o poder executivo concedeu o direito real de uso de terras públicas rurais localizadas nos polos agroflorestais para implementação da política de desenvolvimento sustentável do estado do Acre.

O polo está localizado próximo ao mercado consumidor na cidade de Rio Branco, o que facilita a comercialização da produção. Situa-se perto da CEASA (Central Abastecimento de Rio Branco-AC), mas é no Mercado Municipal Elias Mansour onde a maioria dos pequenos produtores realiza a comercialização direta dos seus produtos.

Para ter acesso ao transporte público, os agricultores precisam andar 7 km na estrada principal do polo. Situa-se após a Escola da Floresta “Roberval Cardoso”, escola técnica que trabalha com formação em agrofloresta, silvicultura e agroecologia. A escola é frequentada por filhos de agricultores (Pinheiro, 2013).

Pinheiro (2013) descreve outras características importantes do polo Wilson Pinheiro. Os lotes possuem entre 5 e 8 hectares, dividindo-se a área em floresta, produção agrícola (roçado e diferentes sistemas agroflorestais) e área para produção animal.

Embora essas áreas sejam consideradas pequenas para a região, elas possuem grande diversidade. No polo havia 40 famílias assentadas, sendo que 74% eram oriundas de outros municípios do Acre (neste grupo estão 3 famílias de outros estados) e 26% são de Rio Branco.

Conforme o Zoneamento Econômico, ambiental, social e cultural de Rio Branco - ZEAS (2008), o Polo Wilson Pinheiro tem uma composição familiar bastante vulnerável pelo fato de a população adulta representar menos da metade da população total e ser um dos Polos com maior proporção de crianças. Para contornar a redução da disponibilidade de força de trabalho, o estudo indicou a necessidade de a gestão pública incentivar o desenvolvimento de atividades produtivas pouco intensivas em mão-de-obra.

Estudo desenvolvido por Almeida (2012) pretendia verificar a aceitação do cultivo de transgênicos por parte de agricultores de diferentes regiões do país. O

posicionamento majoritário dos produtores do polo agroflorestal Wilson Pinheiro foi de rejeição a essa tecnologia, muito embora ficou constatado que eles não têm conhecimento amplo do tema. Os motivos desta posição foram diversos: defesa do cultivo natural, pois melhoram a saúde; relação de experiências com o melhoramento de culturas como a banana e milho. No caso da banana, o problema era de que o gosto não era bom; no do milho, o tamanho e a aparência não agradaram. O envolvimento com a produção orgânica é outro motivo que tende a afastar os produtores dos cultivos transgênicos.

No tocante à visão política dos produtores, estes declararam apoiar a participação dos pequenos agricultores em decisões políticas que dizem respeito à agricultura. Embora defendam este ponto de vista, eles afirmaram que não participavam efetivamente das discussões políticas por falta de oportunidade: afirmaram que gostariam de ter acesso aos políticos (Almeida, 2012).

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 POLÍTICA PÚBLICA DE ASSENTAMENTOS RURAIS: OS POLOS AGROFLORESTAIS DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO

Conforme Cardia (2010), as relações socioeconômicas do extrativismo no estado do Acre começaram a ser modificadas com advento dos governos militares que apresentavam uma nova proposta para região e que tinham por meta ocupar os “espaços vazios” e integrar a Amazônia ao restante do país, a partir da realização de um amplo programa de infraestrutura e de projetos de desenvolvimento econômico nas áreas de agropecuária e de extração madeireira.

A partir deste novo olhar a respeito da região, empresários da região centro-sul receberam incentivos fiscais, para desbravar regiões da Amazônia. Isto, aliado ao baixo preço das terras, impulsionou a vinda destes “paulistas” que tinham como objetivo desenvolver a pecuária e em outros casos adquirir terras para fins de especulação fundiária. Essa expansão do capital sobre a floresta fez com que seringueiros fossem expulsos de suas terras e, quando havia o pagamento pela terra, o valor era simbólico (Cardia, 2010).

Durante a segunda metade da década de 1970 foram elaboradas as primeiras políticas públicas para dar resposta ao êxodo rural no Acre, com a implantação de assentamentos agrícolas como os Núcleos de Apoio Rural Integrado (NARI) e de Projetos de Assentamento Dirigidos (PADs). O objetivo desses projetos era dar condições de acesso à terra para pequenos produtores, visando fortalecer a produção de alimentos. Porém, a produção nestas áreas foi destinada apenas para subsistência, além da falta de assistência técnica e serviços sociais básicos, como escolas e atendimento na área da saúde (Souza, Pinto, Fiúza, 2007).

Segundo Souza, Pinto e Fiúza (2007), a agricultura itinerante era predominante nos assentamentos rurais, a preparação das áreas de plantio era feita através da derrubada e “queima”, sendo utilizadas por um período de no máximo três anos. Os resultados destes assentamentos não foram satisfatórios tanto na questão econômica, pois a renda dos agricultores era insuficiente para justificar sua permanência na atividade agrícola, quanto em relação aos problemas ambientais devido ao desmatamento feito para obter novas áreas de cultivo.

Um exemplo de caso de insucesso foi o projeto de assentamento dirigido Pedro Peixoto: diante da falta de infraestrutura os seringueiros assentados tomaram a decisão de “arriscar na cidade”. Eles souberam de uma área de terra, próximo ao rio Acre, que poderia ser invadida sem dificuldades (atualmente é a área do bairro Cidade Nova). Ao chegarem na cidade, o novo contexto era totalmente diferente da realidade dos seringais em termos sociais e culturais. Os trabalhadores sem estudo não encontraram espaço no mercado de trabalho, formal e informal, realizando apenas trabalhos esporádicos (Cardia, 2010). Diante destes problemas, foi necessário propor um novo modelo de assentamento viável economicamente e com sustentabilidade ambiental.

Durante as décadas de 1980 e 1990, o município de Rio Branco recebeu um grande contingente populacional: mais de 50% da população do estado passou a viver na capital e, como consequência, ocorreu a formação de muitos bairros carentes de serviços públicos essenciais. Tendo em vista as características da população migratória, a prefeitura municipal de Rio Branco criou, em 1993, um programa de reforma agrária denominado “Polos Agroflorestais”, cujo objetivo era dar oportunidade de retorno ao campo para famílias de antigos seringueiros e produtores rurais, visando o desenvolvimento da agricultura no sistema Agroflorestal (Vaz, 2002).

Pereira (2009) define o sistema agroflorestal como uma produção consorciada entre espécies exploradas comercialmente e espécies florestais. De acordo com Souza (2008), nos polos agroflorestais busca-se a associação entre espécies lenhosas (árvores, arbustos, palmeiras), cultivos de lavoura branca (arroz, feijão, mandioca e milho), além da produção de frutas e criações de animais de pequeno e médio porte. Uma das principais vantagens da diversificação produtiva é a geração de renda durante todo o ano. Este modelo de produção pode ser uma alternativa de uso sustentado do ecossistema tropical úmido.

De acordo com Vaz (2002) a maior parte dos produtores assentados nos polos é oriunda de outros municípios do estado que migraram para Rio Branco após a falência da economia extrativista. O processo de seleção das famílias é realizado pelo governo com a participação de sindicatos e organizações não governamentais. A habilidade ou conhecimento com o trabalho agrícola das famílias que ocupavam áreas de risco, como as encostas dos rios era um dos critérios para selecionar os

futuros assentados. Para escolha das famílias, é importante que elas sejam formadas por, pelo menos, dois filhos para ajudar as atividades produtivas diárias.

Foram definidos também critérios de exclusão, como não ter vínculo empregatício, não ter débitos fiscais, não exercer atividades comerciais e não participar de programas de reforma agrária. A divulgação do processo de seleção foi realizada em parceria com entidades ligadas aos trabalhadores rurais. Após a apresentação dos candidatos um órgão colegiado foi formado para definir uma classificação com base nos critérios elaborados pela prefeitura (Franke, 2005).

As famílias assentadas receberam lotes com tamanho entre três e nove hectares (Paula; Silva, 2008). Sobre a situação fundiária, os polos diferenciam-se dos modelos de assentamentos tradicionais, pois se valoriza o uso da terra. Assim, inicialmente a terra pertence ao município e as famílias recebem concessão de uso para desenvolverem atividades agrícolas (Vaz, 2002).

Franke (2005) ressalta a relação positiva entre o custo-benefício desta política pública, uma vez que o custo para implantação girava em torno de doze mil reais por família², valor considerado baixo diante do alcance social e econômico. Na etapa posterior de consolidação dos polos, a gestão local procurou reverter a realidade das regiões longínquas da Amazônia, criando a infraestrutura necessária para permanência das famílias, principalmente na construção de pontes e estradas vicinais.

Maluf (1999) destacou a importância da experiência dos polos agroflorestais de Rio Branco, dado que pela primeira vez uma administração municipal desenvolveu um programa de reforma agrária a partir de uma decisão política local. Para isso, a gestão realizou a desapropriação de terras, alegando a utilidade pública da ação como, por exemplo, com a ampliação da oferta de alimentos. Neste sentido, o autor definiu os polos agroflorestais como uma experiência que contribuiu para o fortalecimento da segurança alimentar. A proposta era proporcionar acesso à terra para que as famílias tivessem a oportunidade de alcançar a autossuficiência alimentar, além da renda familiar entre dois e seis salários mínimos mensais, oriunda da comercialização de excedentes.

² Valor que envolve, em maior intensidade, a compra da terra, construção de residência e outras construções, mecanização inicial da área e energia elétrica (Franke, 2005).

De acordo com Oliveira (2014), logo após a implantação do primeiro polo, ficou evidente a melhoria da qualidade de vida das famílias que foram beneficiadas. Porquanto passaram a residir fora da cidade, afastadas de áreas de riscos além de aumentar e diversificar a produção de alimentos para o autoconsumo e comercialização do excedente. O projeto estava contribuindo para combater a miséria e a fome de forma afirmativa e contrária às alternativas populistas e alienadoras, como são as variadas formas de assistencialismo.

Maciel *et al.* (2018) destacam que a localização dos Polos Agroflorestais é uma vantagem em comparação aos assentamentos tradicionais. A maior proximidade com o mercado facilita o escoamento da produção, a comercialização, e o acesso a insumos e materiais e, além disso, a infraestrutura é mais adequada para o desenvolvimento das famílias pois existe a disponibilidade de transporte público em alguns polos, bem como a disponibilização de energia elétrica em todas as áreas.

Na visão de Souza, Pinto e Fiúza (2013), o programa dos Polos Agroflorestais em Rio Branco foi idealizado para abranger as três dimensões do desenvolvimento sustentável. No aspecto econômico, o projeto teve como objetivo garantir a sustentabilidade por meio da geração de renda e meios de subsistência: a elevação da produção local reduz a dependência do estado de outros centros produtores. A sustentabilidade social está relacionada com alguns serviços sociais básicos, como acesso a moradia. Do ponto de vista ambiental, a conservação dos recursos naturais e a revitalização das áreas degradadas estava presente na proposta da prefeitura, bem como incentivo à diversidade de produção para manter equilíbrio do solo.

O processo de implantação dos polos agroflorestais teve início na década de 1990. A partir deste momento a criação dos demais polos ocorreu de maneira gradativa e, atualmente, existem sete polos agroflorestais instalados dentro do município de Rio Branco. Dentre estes, cinco são geridos pela prefeitura municipal de Rio Branco: Polo Agroflorestal Custódio Freire; Polo Agroflorestal Hélio Pimenta; Polo Agroflorestal Benfica; Polo Agroflorestal Geraldo Fleming; Polo Agroflorestal Geraldo Mesquita (Souza, 2008). O Polo Agroflorestal Wilson Pinheiro e o Polo Agroflorestal Dom Joaquim são ligados à gestão estadual, que também administra polos agroflorestais em outros municípios.

O processo de implantação dos polos pode ser dividido em dois períodos. Entre 1993 e 1996, os polos funcionavam como projetos pilotos, uma iniciativa

exclusiva da prefeitura de Rio Branco. Entre 1998 e 2001, após o período de aprendizagem com as primeiras experiências, o governo do estado decidiu assumir também esta política e levá-la para outros municípios do estado, beneficiando 642 famílias. A expansão dos polos a partir deste período era algo esperado pois, em 1999, Jorge Viana assumiu o cargo de governador e foi durante seu mandato de prefeito de Rio Branco que ocorreu a elaboração da proposta (Franke, 2005).

Na visão de Oliveira (2014), a política de descentralização de políticas públicas, seja para o governo estadual ou prefeituras, como é o caso desse Programa de Reforma Agrária, idealizado por técnicos locais, focado na realidade regional e financiado quase que exclusivamente com recursos próprios, facilita a chegada de benefícios a imensas massas de populações excluídas da sociedade.

Para garantir a melhoria na qualidade de vida dos assentados, a gestão pública planejou a escolha das áreas e o processo de implantação dos polos agroflorestais:

Os requisitos básicos para a implantação de um Pólo Agroflorestal são: área próxima ao mercado de consumo; infra-estrutura viária mínima, que possibilite o escoamento da produção e o acesso aos equipamentos sociais indispensáveis, como saúde e educação; disponibilidade de energia; recursos hídricos (rios, açudes, vertentes) e um solo propício para as atividades agrícolas (Vaz, 2002, p. 209).

Ressalta-se que estes requisitos são apresentados nos documentos oficiais do governo referentes ao programa de implantação dos polos. Apesar de ser considerado uma política pública que representa um modelo de produção sustentável, alguns autores apontam problemas identificados nesta política pública.

Em relação à capacidade dos solos, Pereira (2009) indica que a maioria dos assentamentos ocupa antigas áreas de pastagens degradadas, sendo necessária alguma recuperação da fertilidade dos solos. Já Oliveira (2014), muitas áreas de vegetação arbórea, como conjunto de árvores de capoeira e florestas secundárias, são decorrentes do período pós-criação dos polos, representando melhorias como resultante das atividades dos assentados.

Paula e Silva (2008) apontaram pontos críticos, como as incertezas da viabilidade econômica dos sistemas agroflorestais e os custos mais elevados para a estrutura da produção hortifrutigranjeira. Sobre a questão fundiária, os autores apontaram a questão da incerteza jurídica em relação à situação da posse dos lotes (concessão de uso ou titulação). As dimensões dos lotes podem ser consideradas

pequenas para o desenvolvimento da produção agrícola ao considerar o módulo rural do município segundo o INCRA. No aspecto da organização social exige-se tempo para a formação de uma identidade comunitária e política entre as famílias assentadas.

Maciel *et al.* (2018) constataram a substituição de sistemas agroflorestais por monocultivos, principalmente de culturas perenes e roçados e isto é motivo de preocupação, porque a monocultura prejudica o solo. Ademais, a utilização das áreas de pastagem dobrou em um período de dez anos. Assim, em médio e longo prazos, caso essa situação persista, será um problema para a sustentabilidade ambiental desses polos.

Após mais de duas décadas da implementação dos polos agroflorestais de Rio Branco, observa-se a descontinuidade dessa política pública, sobretudo em razão da expansão da zona urbana da cidade. Conforme destaca Victor (2017), o Polo Benfica tem passado por um processo de transformação, apresentando atualmente características de loteamento urbano. Nessa região, a comercialização de terrenos tornou-se frequente, enquanto a produção agrícola ocorre de forma pontual e restrita a poucos moradores.

Situação semelhante pode ser observada no Polo Geraldo Mesquita, localizado na regional do Calafate. Apesar de não ter sido oficialmente convertido em bairro, o polo foi gradualmente incorporado ao espaço urbano, resultando na extinção de sua atividade produtiva. Além disso, em decorrência dos impasses relacionados à regularização fundiária, os atuais moradores, que adquiriram lotes dos antigos assentados, enfrentam sérias dificuldades quanto ao acesso a serviços públicos básicos, como abastecimento de água e manutenção viária (Martins, 2023).

3.1.1 Criação legal dos polos agroflorestais

A política pública de polos agroflorestais foi formulada para atender beneficiários com perfil para o trabalho rural, desempregados e que viviam em áreas de risco, como os bairros localizados às margens do Rio Acre. A maioria dos assentados são oriundos de outros municípios do estado que mudaram para Rio Branco em busca de melhores condições de vida.

Apesar de existirem desde a década de noventa, os polos administrados pela prefeitura surgiram oficialmente através da Lei Municipal nº 1.484, de 02 de

dezembro de 2002. A lei trata dos objetivos da política municipal agrícola e fundiária e define a SAFRA como responsável pela formulação destas políticas. O Artigo 10 da referida lei apresenta as obrigações dos assentados:

Art. 10. Os produtores assentados ficam obrigados, além das obrigações previstas no Estatuto da Terra, a empregar os melhores esforços na administração do imóvel e seguir as normas abaixo especificadas:

I – Residir com a sua família no imóvel, explorando-a direta e pessoalmente, sendo vedada a exploração por terceiros, sob pena de revogação da concessão.

II- Atender às orientações do Conselho Municipal de Desenvolvimento, bem como, permitir a fiscalização do Município, através da Secretaria Municipal de Agricultura e, quando necessário, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

III- Não desenvolver e explorar atividade comercial de qualquer natureza, sem expresse consentimento da Secretaria Municipal de Agricultura, após levantamento técnico da viabilidade ou necessidade de exploração, visando prejudicar, direta ou indiretamente, o harmônico desenvolvimento da vida rural, de acordo com o previsto nas disposições gerais e transitórias do Estatuto da Terra.

IV- Não construir mais de uma moradia no mesmo imóvel

V – Preservar todos os bens naturais e sítios ecológicos que representem patrimônio ambiental. Não destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, sem permissão da autoridade competente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas ambientais, bem como, desmatar indiscriminadamente, sem imediato aproveitamento agrícola do solo.

VI – Não vender, hipotecar, trocar ou alienar de qualquer modo o imóvel e outras benfeitorias realizadas.

VII- Respeitar os limites e confrontações do imóvel rural.

VIII – Não se tornar elemento de perturbação para o desenvolvimento do Pólo Agroflorestal por má conduta e inaptação à vida comunitária.

§ 1º. Em caso de desistência da ocupação do imóvel o cessionário fica obrigado a informar por escrito a secretaria Municipal de Agricultura, que imediatamente deverá tomar as providências cabíveis para o ingresso de outro produtor que atenda os critérios estabelecidos.

§ 2º. No caso de Morte do cessionário, a concessão poderá ser transferida ao herdeiro do cônjuge que comprovar o cumprimento das condições desta Lei (Rio Branco, 2022, n.p.).

Cabe ressaltar que, durante a pesquisa de mestrado, verificou-se que algumas destas obrigações não foram cumpridas pelos assentados. Em todos os polos há o descumprimento da proibição de construir mais de um imóvel por lote, por exemplo.

Essa situação é ainda mais recorrente no polo Custódio Freire onde, diferente dos demais polos, parte dos filhos dos assentados construíram suas casas no polo devido à proximidade com a área urbana, onde trabalham.

A determinação de não vender ou trocar o imóvel e suas benfeitorias é fundamental para coibir a especulação imobiliária que poderia descaracterizar a política. Apesar disso, durante a pesquisa de mestrado identificou-se que a venda

dos lotes é algo comum e o mais grave é que acontece desde o início do programa, conforme relatos de um assentado, que afirmou ter adquirido o lote há aproximadamente vinte anos, através da troca, por uma casa em Rio Branco (Nascimento, 2020).

Uma das moradoras mais antigas do Wilson Pinheiro informou que das quarenta famílias assentadas, cerca de vinte estão no polo desde o início. Observou-se que o polo Custodio Freire a venda dos lotes é bastante inferior ao que acontece nos demais: identificou-se apenas um morador que vivia a menos de um ano no local (Nascimento, 2020).

Durante a entrevista com o gestor público responsável pela administração dos polos, questionou-se quais as ações que estão sendo realizadas para combater esse problema. Ele informou que, de acordo com a lei, a venda é proibida, mas a troca é permitida desde que comunicada à Secretária Municipal de Agricultura. O candidato a tornar-se assentado geralmente é indicado pelo antigo morador e deve apresentar documentos pessoais e comprovante de renda. O novo assentado tem que ser cadastrado no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária Nacional e ter mão de obra familiar. No caso de o novo morador não possuir perfil de produtor familiar, a secretária notifica o atual ocupante e é aberto um processo de recuperação do lote com base na Lei Municipal nº 1484.

O objeto de pesquisa deste estudo correspondeu aos polos Custódio Freire e Wilson Pinheiro, geridos respectivamente, pela prefeitura municipal de Rio Branco e pelo governo do Estado do Acre. É possível elencar outras características de distinção: tamanho dos lotes, localização, tipos de cultivos, infraestrutura e o tempo de criação.

A gestão dos polos administrados pela prefeitura de Rio Branco está fundamentada na Lei Municipal n.º 1.484 de 02 de dezembro de 2002, que define as obrigações dos assentados e estabelece outras questões, como a concessão de direito real de uso, válido por um período de 10 (dez) anos. Após este período, compete à prefeitura de Rio Branco expedir título definitivo não oneroso aos produtores rurais. A lei também apresenta uma relação de atividades econômicas que poderão ser desenvolvidas nos polos: hortifrutigranjeiro, culturas permanentes, culturas temporárias; pecuária; florestas e outras que vierem a ser implementadas pelo município.

3.2 CONCEITOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR

Segundo Rodrigues (2007), a alimentação é definida como a prática voluntária de escolha de alimentos para ingestão. Ela envolve diversas escolhas, como o tipo e a quantidade do alimento, a forma de preparo, a hora do consumo, etc. As pessoas, ao se alimentarem, buscam mais que o consumo de nutrientes: o ato de alimentação envolve valores culturais, sociais e afetivos.

Para Maniglia (2009), o ato da alimentação depende das condições econômicas, ou seja, para adquirir os alimentos é necessário ter poder aquisitivo. Portanto, a pobreza é o principal motivo da fome no mundo. A pobreza está relacionada, entre outros fatores, com a desigualdade social, concentração de renda e com a omissão e a corrupção dos governos.

Conforme expõe Almeida (2008) *apud* Almeida, Almeida e Ferrante (2015), cada território apresenta fatores diferentes que conduzem à existência da fome. No continente africano, a fome está relacionada à falta de alimentos. Em outras regiões, ela é consequência das desigualdades sociais que resultam em falta de renda e emprego para uma parcela significativa da população. Apesar da falta de renda dificultar a aquisição de alimentos, um programa de renda mínima é uma política importante em curto prazo, pois, a longo prazo pode tornar-se um programa apenas assistencialista, fortalecendo o círculo vicioso de desigualdade e exclusão.

O debate mundial sobre o enfrentamento da fome teve como marco histórico a primeira Guerra Mundial. Diante da destruição que assolou os países europeus, verificou-se a necessidade de elaborar medidas para combater a fome. A situação agravou-se para além das fronteiras europeias com a segunda guerra mundial. As ações a serem desenvolvidas deveriam ser discutidas de forma coletiva, o que posteriormente resultou na criação de fóruns mundiais específicos para discussão sobre soluções para este problema (Silva, 2014).

Durante a Conferência Mundial de alimentação, em 1996, foi elaborado um documento, intitulado Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Ação da Cimeira Mundial da Alimentação, no qual diversos chefes de Estado assumiram o compromisso de desenvolver ações para reduzir, pela metade, o número de pessoas subalimentadas até o ano de 2015. Este documento apresenta a seguinte definição de segurança alimentar:

Existe segurança alimentar quando as pessoas têm, a todo momento, acesso físico e económico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida activa e sã. (Fao, 1996, n.p.)

Um dos grandes desafios que devem ser enfrentados pelos governos dos diversos países é garantir que a população tenha acesso aos alimentos produzidos. De acordo com Conti (2009), um desenho de políticas públicas para essa temática começou a ganhar forma a partir da década de 1970, quando ocorreu a I Conferência Mundial de Segurança Alimentar, promovida pela FAO. A conferência enfatizou a importância de estimular o aumento da produção agrícola, por meio do fomento aos pacotes tecnológicos produzidos da industrialização da agricultura. Essa proposta ficou conhecida como “Revolução Verde”. Desta forma, diante do crescimento populacional, a justificativa dada era elevação da produtividade.

Segundo Conti (2009), o modelo proposto pela Revolução Verde, desde a sua implantação, quadruplicou a produção mundial de alimentos, enquanto a população mundial somente duplicou. Porém, conforme Buainain, Garcia e Vieira (2016), esse progresso proporcionado pela Revolução Verde veio acompanhado de distúrbios ambientais e problemas sociais, como o esvaziamento demográfico do meio rural. O medo em relação à falta de alimentos fez com que a questão ambiental fosse colocada em segundo plano. Em tal perspectiva, o aumento da produtividade agrícola não pode ser alcançado sem prejuízos ao meio ambiente.

Diante das externalidades ambientais e sociais que surgiram com o modelo da Revolução Verde, percebeu-se que a segurança alimentar deveria incorporar valores que estão além do acesso a alimentos e possam vir ao encontro da complexidade das necessidades humanas. Os debates no âmbito acadêmico e da sociedade civil organizada contribuíram para inserir a alimentação no contexto dos direitos humanos.

Valente (2002) apontou o direito à alimentação como o mais importante direito para humanidade, uma vez que representa a garantia da vida. O direito à alimentação tem por princípio o combate à fome. No entanto, ele vai além da ingestão de alimentos adequados à manutenção da saúde, uma vez que a alimentação envolve outros aspectos da vida humana como a interação com outros indivíduos e com a natureza. Desta forma, o direito humano deve compreender “(...) uma alimentação de acordo com os hábitos e práticas alimentares de sua cultura, de sua região ou de sua origem étnica” (Valente, 2002, p.38).

Neste sentido, a noção de direito humano à alimentação vem ganhando novas dimensões. Pode-se citar o conceito de soberania alimentar, definido como um elemento fundamental do direito à alimentação, que está relacionado com a autonomia dos países no que diz respeito à definição dos métodos de produção, e que estes sejam preferencialmente desenvolvidos em base ecológica, bem como o controle dos alimentos que produzem, garantindo à população local o acesso à alimentação. Com isso, a produção de alimentos será compatível com o respeito ao meio ambiente e seus hábitos alimentares (Stedile; Carvalho, 2010).

Apesar dos avanços conceituais, o que se observa em termos de produção de alimentos é predomínio das técnicas de produção defendidas durante a Revolução Verde, técnicas essas que são opostas ao conceito de soberania alimentar.

A evolução de conceitos e padrões de segurança alimentar está acompanhada de uma visão transversal do tema. Neste sentido, Almeida *et al.* (2008) propõem o desenvolvimento de políticas públicas de segurança alimentar com enfoque local e regional e com normas e valores sociais próprios de cada localidade. Este tipo de política não deve abordar apenas aspectos econômicos, mas deve buscar o desenvolvimento do capital social local. Após a implantação de uma política de segurança alimentar, consolida-se uma rede de cooperação com padrões institucionais próprios que podem aprimorar ou enterrar as atuações de agentes públicos e do público-alvo.

Uma rede de segurança alimentar pode ser composta por empresas, associações, universidades prefeituras municipais, etc. Essas redes de políticas locais podem conceber soluções de segurança alimentar, levando em consideração as especificidades de cada região (Almeida; Paulillo; Ferrante, 2006). De acordo com Almeida *et al.* (2008), a construção social de baixo para cima com foco na inclusão social representa uma inovação no âmbito das políticas públicas. Percebe-se que as redes contribuem de maneira significativa, principalmente em municípios e regiões, para que possam alcançar a segurança alimentar.

O estudo desenvolvido por Arruda (2017) constatou a importância da implantação de uma Rede Agroecológica, em parceria com Centro Acadêmico Armando de Salles Oliveira - CAASO/USP, destinada à distribuição de produtos orgânicos produzidos em um projeto de assentamento no município de São Carlos – SP. A rede agroecológica contribuiu de maneira efetiva para unir a maioria dos produtores de alimentos orgânicos de um assentamento na modalidade de Projeto

de Desenvolvimento Sustentável e proporcionou mecanismos de comercialização de seus produtos orgânicos, promovendo o autoconsumo de boa qualidade aos moradores e consumidores.

Conforme afirmam Almeida *et al.* (2008), uma política na área de segurança alimentar local e regional deve incluir quatro esferas integradas de atuação na forma de eixos de intervenção: produção, acesso, consumo e distribuição de alimentos. Estes eixos devem estar vinculados aos valores fundamentais da população, sendo eles: 1) saúde; 2) higiene; 3) meio ambiente; 4) autenticidade e 5) solidariedade. Estes são os princípios norteadores da noção de segurança alimentar ampla. Desta forma, reconhece que a segurança alimentar vai além do acesso à renda porque deve ser reconhecida como um recurso fundamental de inclusão social. Todos esses valores são socialmente construídos em redes de políticas focadas para a funcionalidade e adaptação de um padrão alimentar com equidade para a população mal nutrida.

Almeida *et al.* (2015) argumentam que a segurança alimentar não pode ser alcançada a contento por meio de programas generalizados, uma vez que cada ator demanda um programa de segurança alimentar específico. Além disso, ressaltam a necessidade da elaboração de índices considerando as particularidades de cada grupo analisado. Os autores citam como exemplo a agricultura familiar, elementos como participações de produtores em associações, cooperativas e outras organizações sociais são importantes para a renda obtida na propriedade.

3.2.1 A segurança alimentar ampla e a dimensão da solidariedade

A segurança alimentar ampla deve ser compreendida como um direito humano que envolve múltiplas dimensões. Entre elas, a solidariedade se destaca como valor e prática indispensável para assegurar a alimentação adequada, sobretudo em contextos de vulnerabilidade social.

A segurança alimentar, compreendida em sua concepção ampla, ultrapassa a mera disponibilidade física de alimentos e envolve dimensões sociais, culturais, econômicas e políticas que asseguram a realização do direito humano à alimentação adequada. No Brasil, esse conceito tem sido consolidado a partir de documentos e debates institucionais, sobretudo com a formulação da Política Nacional de

Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e da atuação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA).

A solidariedade, por sua vez, apresenta-se como elemento constitutivo das relações sociais que sustentam estratégias de enfrentamento à vulnerabilidade alimentar, especialmente em contextos rurais e urbanos marcados pela pobreza. Essa dimensão está intimamente relacionada ao capital social, na medida em que a cooperação, a reciprocidade e a confiança entre indivíduos e grupos contribuem para a construção de redes de apoio fundamentais ao acesso e à garantia de alimentos.

A solidariedade é um valor histórico nas sociedades humanas, sendo central para a sobrevivência de grupos em contextos adversos. Para Durkheim (1999), a solidariedade pode se manifestar sob diferentes formas, mecânica e orgânica, sempre como um vínculo social que sustenta a coesão coletiva. No campo da segurança alimentar, a solidariedade se expressa em doação de alimentos, cooperação comunitária e construção de políticas públicas voltadas ao bem comum.

Fukuyama (1996) observa que a confiança e a solidariedade são fatores determinantes para o desenvolvimento econômico e social, pois geram capital social que sustenta organizações comunitárias e cooperativas. Em comunidades rurais brasileiras, práticas como mutirões agrícolas, feiras de trocas e doações de alimentos entre vizinhos são exemplos de solidariedade que fortalecem a segurança alimentar (Silva; Schneider, 2010).

Além disso, programas institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), integram a lógica da solidariedade social, pois garantem escoamento da produção da agricultura familiar e asseguram alimentação a populações vulneráveis (Grisa; Schneider, 2015).

No Brasil, as práticas de solidariedade vinculadas à segurança alimentar estão enraizadas na cultura comunitária. Nas periferias urbanas, iniciativas como cozinhas comunitárias, hortas coletivas e bancos de alimentos têm sido fundamentais para mitigar os efeitos da insegurança alimentar. Durante a pandemia de COVID-19, movimentos sociais e organizações civis desempenharam papel central na distribuição de cestas básicas e marmitas, exemplificando a força da solidariedade em tempos de crise (IPEA, 2021).

Nas comunidades rurais, especialmente em assentamentos e polos agroflorestais, a solidariedade se materializa por meio da troca de sementes crioulas, do uso compartilhado de equipamentos e da ajuda mútua nas colheitas. Esses mecanismos fortalecem não apenas a produção, mas também a coesão social, criando condições para o enfrentamento conjunto das dificuldades impostas pela falta de infraestrutura, crédito e assistência técnica.

Segundo Putnam (2000), sociedades com maiores níveis de confiança interpessoal e participação comunitária conseguem superar desafios coletivos de forma mais eficaz. Essa perspectiva reforça a importância da solidariedade como base para a segurança alimentar ampla.

Quando indivíduos, comunidades, governos e organizações atuam de forma conjunta, fortalecem redes de apoio capazes de garantir que todas as pessoas tenham acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, respeitando a diversidade cultural e nutricional (Valente, 2002). Esse espírito solidário vai além da simples doação: envolve engajamento ativo na criação de oportunidades, fortalecimento de economias locais e promoção de práticas sustentáveis de produção e consumo (CONSEA, 2004).

A institucionalização da segurança alimentar no Brasil foi resultado da articulação entre Estado e sociedade civil, em um processo no qual a solidariedade desempenhou papel estratégico. O CONSEA, reativado em 2003, foi um espaço central de diálogo, onde movimentos sociais, agricultores familiares e representantes governamentais formularam políticas integradas para o combate à fome (Aranha, 2010).

No contexto do programa Fome Zero³, a solidariedade foi um elemento central. O eixo “ampliação do acesso aos alimentos”, emergiu ações baseadas no princípio da solidariedade, como as cozinhas comunitárias e o Banco de Alimentos (Aranha, 2010). Recentemente, esse tipo de iniciativa representou uma resposta, aos problemas decorrentes das enchentes no Rio Grande do Sul⁴, sendo

³ O programa Fome Zero, implementado no Brasil a partir de 2003, representa um marco na integração entre políticas públicas, participação social e combate à insegurança alimentar (Aranha, 2010).

⁴ Nascidas da solidariedade comunitária e apoiadas por movimentos sociais e sindicais, essas cozinhas se destacaram pela rápida resposta, sustentabilidade e impacto social duradouro. Durante as enchentes, ampliaram significativamente sua atuação, passando, em alguns casos de 250 para 4.000 refeições preparadas diariamente (CAISAN/RS, 2025).

desenvolvidas por redes locais, de vizinhos, dos movimentos sociais e comunitários (CAISAN/RS, 2025).

O PAA, ao adquirir alimentos da agricultura familiar e destiná-los a entidades socioassistenciais, expressa uma lógica de partilha socialmente organizada. Já o PNAE garante a alimentação escolar com produtos locais, unindo solidariedade social, cultura alimentar e desenvolvimento local.

Contudo, os retrocessos recentes na governança da segurança alimentar e nutricional no Brasil evidenciam que a solidariedade institucionalizada depende de estabilidade política e do fortalecimento da democracia (Belik, 2020).

A análise das experiências brasileiras evidencia que a solidariedade se manifesta tanto em práticas comunitárias informais quanto em políticas públicas estruturadas, compondo um eixo fundamental da segurança alimentar. Assim, a promoção de uma sociedade mais justa e inclusiva depende do fortalecimento de laços solidários, do estímulo à cooperação e da valorização das experiências locais de produção e consumo alimentar.

3.2.2 A importância do autoconsumo

O autoconsumo familiar é outra variável que pode contribuir para a segurança alimentar dos agricultores desde que realizado com alimentação autêntica e de qualidade. Historicamente, a agricultura familiar é caracterizada pela autossuficiência no que se refere ao abastecimento de alimentos dos domicílios e propriedades rurais familiares. Esta característica está vinculada ao conceito de autoconsumo, que engloba a produção de origem animal, produtos oriundos das lavouras e os industrializados voltados para sustento das famílias rurais, sendo que:

(...) trata-se, nestes termos, de uma produção que é destinada ao ciclo interno da unidade de produção, que acaba se autoaproveitando com produtos para a própria alimentação e outros usos do estabelecimento (Grisa; Schneider; Conterato, 2013, p.10).

Oliveira *et al.* (2013) constataram que está ocorrendo uma retomada de estudos sobre produção para autoconsumo e sua relação com a segurança alimentar e nutricional. Os autores destacam a sua importância para a alimentação dos agricultores familiares e para manutenção da renda total, uma vez que uma menor quantidade de recursos será destinada para compras de alimentos no mercado.

O papel do autoconsumo na mensuração da pobreza no meio rural foi objeto de estudo desenvolvido por Neder, Lacerda e Rodrigues (2010). Em áreas rurais mais pobres, é significativa a parcela dos rendimentos não monetários no total dos rendimentos das famílias. Estes rendimentos advêm das atividades de autoconsumo, que é um aspecto tradicional das famílias rurais.

Neder, Lacerda e Rodrigues (2010) afirmam ainda que os indicadores de pobreza rural baseados exclusivamente na condição de insuficiência de renda tendem a superestimar a quantidade de pessoas e domicílios pobres, na medida em que não consideram o autoconsumo no cálculo da renda *per capita* domiciliar. No Brasil, não existem dados confiáveis sobre rendimentos de autoconsumo a não ser em pesquisas esparsas que abordam apenas subgrupos populacionais das áreas rurais do país. Por isso, os autores defendem uma abordagem multidimensional na construção de índices de pobreza, principalmente em áreas rurais mais pobres.

No aspecto da pobreza abordada apenas no que se refere às privações materiais, além da insuficiência de rendimentos, deve-se levar em conta outras privações relacionadas a condições habitacionais, abastecimento de água, saneamento básico, grau de instrução, inserção no mercado de trabalho e etc. (Neder; Lacerda; Rodrigues, 2010, p. 107).

Por outro lado, nos últimos anos ocorreram mudanças nos hábitos alimentares da população rural, caracterizado principalmente pelo aumento do consumo de alimentos industrializados devido à praticidade e facilidade de obtê-los no mercado (Oliveira *et al*, 2013).

No estudo desenvolvido por Menasche, Marques e Zanetti (2008), os autores destacaram a facilidade de acesso aos mercados locais e o aumento da oferta de alimentos neles disponíveis como um dos fatores para a redução da produção de alimentos voltada ao autoconsumo. Isso faz com que o autoconsumo perca espaço nas propriedades rurais e, como consequência, os agricultores tornam-se mais vulneráveis as crises do setor, colocando em risco sua reprodução no curto prazo.

Grisa e Schneider (2008) defendem a importância da produção para autoconsumo e sua relevância como fonte de renda não monetária, que efetivamente auxilia na melhoria das condições de vida, na segurança alimentar e no combate à pobreza rural.

De acordo com estes autores, há uma tendência de modificação da relação dos camponeses com o autoconsumo a partir da inserção das unidades produtivas

nos mercados, onde a organização econômica passa ser regida por relações capitalistas.

Cresce uma nova lógica organizativa mediada pelo mundo das mercadorias. Diante do desejo por adquirir bens de consumo e culturais, os produtores acreditam que a produção para subsistência não é suficiente diante das novas necessidades e, por isso, a produção familiar torna-se mais intensa e especializada em um número reduzido de culturas, priorizando aquelas mais demandadas no mercado e abandonando a diversidade que antes era predominante. O autoconsumo passa a ser atividade complementar à produção comercial.

Para Grisa e Schneider (2008) o autoconsumo vai ao encontro do conceito de autonomia alimentar, uma vez que, o autoconsumo é baseado nas preferências alimentares das comunidades locais, suas práticas de preparo e consumo e serve como um instrumento de preservação da cultura e história locais. Além disso, contribui para uma dieta mais saudável, pois geralmente não são utilizados agrotóxicos, ao contrário dos alimentos adquiridos nos mercados que, predominantemente, são oriundos do agronegócio, menos confiáveis quanto a estes critérios.

Conforme afirmam Buainain, Garcia e Vieira (2016), os desafios para segurança alimentar abrangem as seguintes dimensões: o papel da dimensão ambiental; alterações na demanda mundial e a nova dieta alimentar. Em várias regiões do planeta, o esgotamento de recursos naturais como terra e água representam entraves para o bom desempenho da produção agrícola.

O crescimento demográfico é um dos principais determinantes do aumento da procura por alimentos, principalmente nos países emergentes. A urbanização, por sua vez, contribui para alterar o padrão de consumo da população: os autores citam o exemplo da China, onde a população que migrou para grandes cidades, passou a incluir novos produtos em sua dieta, como a carne e derivados do leite, que necessitam de uma quantidade maior de insumos quando comparados à produção de vegetais.

A realidade atual da relação entre meio ambiente e expansão agrícola é mais delicada em comparação ao início do processo de expansão da agricultura já que o planeta tinha condições de assimilar e absorver os efeitos do processo de produção, pois vivíamos numa condição de “mundo vazio”. Hoje um aumento da fronteira agrícola terá impactos significativos ao meio ambiente, sendo necessário investir em

tecnologias capazes de aumentar a produtividade, reduzindo os danos ambientais, sobretudo o aquecimento global. Esta tarefa não é fácil, tendo em vista uma desvalorização da natureza enquanto bem econômico, o que pode ser verificado pelo baixo valor de mercado de uma área de floresta em comparação a uma área desmatada (Buainain; Garcia; Vieira, 2016).

Em um nível local, pode-se citar outros desafios para a segurança alimentar. No Brasil foram implantadas políticas para garantir a segurança alimentar da população, porém os resultados ainda estão aquém do esperado. Um exemplo apontado por Oliveira *et al.* (2013) é o Programa Bolsa Família, que apresenta uma boa parcela dos beneficiários com problemas nutricionais. De acordo com os autores, esta situação deve-se à ausência de análise crítica sobre a implementação e avaliação posterior.

Neste sentido, Pinto (2014) defende a adoção de estratégias complementares que incluem a valorização do salário mínimo e a inclusão produtiva dos beneficiários, o que dará oportunidade de acesso aos alimentos. Além disso, para melhor monitoramento do programa, o poder público deveria, por meio dos órgãos de assistência social, criar um plano de acompanhamento das famílias.

Traldi (2011) concluiu que mesmo sendo um programa compensatório e apresentando alguns entraves, pode-se afirmar que o Bolsa Família contribui para o enfrentamento das desigualdades sociais. Ao estudar as efetividades do Programa Bolsa Família em Araraquara a autora apontou como recomendações para a melhoria do programa, a divulgação dos programas de segurança alimentar do município para as famílias beneficiárias do Bolsa Família e a implementação de programas direcionados à educação alimentar e à saúde.

Pugliese (2016) analisou o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e seus reflexos para segurança alimentar de agricultores familiares no mesmo município. A autora constatou a necessidade de ampliação dos recursos destinados ao PAA para que a prefeitura pudesse adquirir um volume maior e uma diversificação maior de produtos dos agricultores familiares, o que poderia fortalecer a segurança alimentar através do autoconsumo. A autora sugeriu ainda ajustes ao programa para que os produtores se adaptem melhor aos cronogramas de entrega, reduzindo os custos com a logística, bem como a criação de programas complementares, voltados para o acesso a novos mercados.

Apesar da ênfase dada ao acesso aos alimentos, para que uma sociedade alcance uma condição de segurança alimentar é necessária reconhecer a importância da qualidade nutricional. A falta de preocupação com este aspecto pode ter como consequência a má nutrição ou sobrepeso da população assistida. Para dar resposta a estes problemas, a gestão pública pode desenvolver programas de educação alimentar e nutricional que incentivem o consumo de alimentos com características que possam contribuir para a prevenção de doenças e a promover melhor qualidade de vida à população (Pinto, 2014).

De acordo com Valente (2002), a garantia da segurança alimentar de uma nação vai além da questão do aumento da produção agrícola. No caso brasileiro, desde a década de 1950, a produção de alimentos apresentou crescimento suficiente para alimentar toda população.

Apesar disso, a situação de insegurança alimentar ainda é uma realidade no país. O autor destaca alguns motivos pelos quais o Brasil ainda não conseguiu superar o problema da fome:

Tal quadro pode ser atribuído às graves desigualdades sociais e regionais que ainda prevalecem no país, quais sejam: extrema concentração de terra, da riqueza e da renda; o abastecimento alimentar insuficiente em várias áreas rurais e urbanas do país; o inadequado controle da qualidade de alimentos, que se consubstanciam em severas dificuldades de acesso a uma alimentação segura e nutricionalmente adequada, em nível domiciliar (Valente, 2002, p. 48).

Apesar de identificar a origem dos problemas de segurança alimentar nas desigualdades sociais e regionais, o autor destaca a necessidade de aumentar a produção, pois apesar do aumento da produção total existem culturas que apresentam volumes inadequados como, por exemplo, o arroz. Para Valente (2002), o país possui condições para superar tais problemas, devido às condições ambientais favoráveis e por contar com uma elite de produtores rurais que investem em inovações tecnológicas em suas propriedades. O país dispõe de grandes áreas de terras degradadas e subutilizadas que poderiam ser utilizadas na produção agrícola desses alimentos.

Percebe-se que a garantia da segurança alimentar está relacionada ao fortalecimento das atividades agrícolas. Neste sentido, destaca-se o papel da agricultura familiar, que é o setor responsável pelo abastecimento dos mercados locais. O agricultor familiar possui diferentes características conforme a região do país onde realiza suas atividades, mas uma característica comum entre os

agricultores familiares é a pluriatividade. Mesmo com dificuldades inerentes as suas atividades, o agricultor, é um agente econômico que contribui para o desenvolvimento local. Na sequência, este trabalho abordará a agricultura familiar na Amazônia apontando as características desses agricultores e os desafios de desenvolver a agricultura dessa região.

3.2.3 Cenário recente da segurança alimentar no Brasil

No início do século XXI, o combate à fome tornou-se um tema central das políticas públicas sociais. Resultados importantes foram alcançados, como a redução da desnutrição infantil e a saída do Brasil do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU)⁵. Isso foi possível graças a uma forte atuação do Estado nos seus três níveis de governo, com abordagem intersetorial e com ativa participação da sociedade civil organizada em instâncias como conselhos e conferências e com isso, a experiência brasileira torna-se uma referência internacional (Beghin, 2022).

Esse cenário positivo começa a mudar a partir de 2016, com o início do processo de desmonte⁶ das políticas públicas no Brasil, voltadas para o bem-estar social. prosseguindo no período pós impeachment e se intensificando a partir de 2019. Nessa fase, o governo federal estabeleceu uma gestão pública baseada em uma política fiscal restritiva, na qual os cortes de gastos afetaram principalmente as políticas públicas sociais (Grisa, *et al.*, 2022 e Gomide, Moraes e Mello (2022).

Quando Michel Temer assume a presidência e em um de seus primeiros atos de governo, extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio da Medida Provisória o 726, de 12 de maio de 2016. Como consequência, as políticas agrícolas, de desenvolvimento territorial e de segurança alimentar no âmbito da agricultura familiar, perderam relevância diante de um orçamento insuficiente para a execução dos programas (Leite *et al.*, 2022).

⁵ A *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios* (PNAD) 2013 2 mostrava que 3,2% dos domicílios, 7,2 milhões de pessoas, se encontravam em insegurança alimentar grave, o que configura fome, segundo a *Escala Brasileira de Insegurança Alimentar* (EBIA).

⁶ Gomide, Moraes e Mello (2022) apresentam este conceito como uma redução dos objetivos de uma política pública, geralmente alinhado com a diminuição de recursos financeiros e administrativos necessários para sua implementação e manutenção.

Um exemplo é o caso do Programa de Aquisição de alimentos, apesar de não ser extinta, a falta de investimento fez com que essa política pública se tornasse ineficiente reduzindo o alcance de suas ações (Grisa, *et al.*, 2022).

Em 2019, o PAA executou o menor orçamento desde 2004 (praticamente desde seu início, em 2003). Em 2020, a Lei Orçamentária inicialmente havia estabelecido 150 milhões de reais para o programa, contudo o orçamento extraordinário da Covid permitiu suplementação orçamentária de R\$ 500 milhões. Ainda que pudesse sinalizar uma retomada do programa em um contexto de agravamento da insegurança alimentar, a Lei Orçamentária de 2021 voltou a reduzir esses valores, estabelecendo um orçamento de R\$ 371 milhões (Grisa, *et al.*, 2022, p. 31- 32).

Já no primeiro dia do Governo Bolsonaro foi anunciada a medida provisória (MP) n. 870/2019, que promoveu mudanças que descaracterizaram o Sistema Nacional de Segurança Alimentar (Sisan), com cortes de orçamento, extinção de órgãos relevantes e desarticulação de equipes técnicas vinculadas às políticas públicas desenvolvidas nos anos anteriores. Ao ser convertida na lei n. 13.844/2019, introduziu revisões na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan) e extinguiu o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) (Recine *et al.*, 2020).

Na visão de Delgado e Zimmermann (2022), essa mudança vai contra os princípios estabelecidos na Lei Orgânica de Segurança Alimentar (LOSAN), pois o artigo 8º, deste dispositivo legal, prevê que a participação popular deve acontecer ao longo de todo o ciclo de políticas públicas de segurança alimentar, em todos os níveis de governo.

Aranha (2010), ao relatar algumas ações do Consea, evidenciou a relevância desse órgão como principal espaço público de debate e formulação de proposições relacionadas à segurança alimentar e nutricional. Destacou, em especial, iniciativas voltadas para valorizar o papel da agricultura familiar no processo de construção do Sistema e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil.

De outro lado, foi criado, por sugestão do Consea, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), um dos principais exemplos de programa intersetorial que estabelece elos entre a oferta de alimentos proveniente da agricultura familiar e a demanda por alimentos para programas e equipamentos públicos (alimentação escolar, hospitais, distribuição gratuita de alimentos, cadeias etc.) e também para a formação de estoques (Aranha, 2010, p. 96).

Por isso, a extinção do Consea representou o enfraquecimento do Sisan, devido à falta de controle social por parte de organizações não governamentais e de

movimentos sociais. Assim, a política pública passa a ser construída de cima para baixo, com base apenas no interesse dos gestores públicos que muitas vezes está alinhado com o agronegócio. É fundamental a existência de um órgão que exerça pressão e exija o cumprimento das medidas necessárias à proteção do direito humano à alimentação.

A pesquisa destaca que, enquanto Lula e Dilma implementaram políticas baseadas em direitos humanos e justiça social, Temer e Bolsonaro promoveram um projeto neoliberal que retirou o Estado da proteção social. O resultado foi o retorno do Brasil ao Mapa da Fome em 2020, com milhões de pessoas em insegurança alimentar grave. Fidelis e Mazine (2024) enfatizam que essa transição reflete uma mudança de paradigma: de um Estado que gerencia a vida para um que a negligencia.

Castro (2024) mostra que a fome no Brasil, a partir do governo Temer, passou a ser agravada por uma série de políticas de austeridade que desmontaram estruturas essenciais de combate à insegurança alimentar. Castro (2024) destaca que, com o esvaziamento de órgãos como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), houve uma ruptura nas políticas públicas que garantiam o direito humano à alimentação adequada. Essa desestruturação aprofundou as desigualdades sociais, especialmente entre as populações mais vulneráveis, como negros, indígenas e moradores de regiões periféricas e rurais.

A pandemia de Covid-19 exacerbou ainda mais esse cenário, expondo a fragilidade do sistema de proteção social brasileiro. Castro (2024) aponta que, durante a crise sanitária, a falta de ações efetivas do governo federal agravou a insegurança alimentar, levando milhões de brasileiros à fome. O auxílio emergencial, embora tenha sido uma medida paliativa, mostrou-se insuficiente para conter o avanço da pobreza extrema, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, onde os índices de insegurança alimentar grave foram os mais altos.

Castro (2024), revela que o Brasil regrediu aos níveis de insegurança alimentar registrados em 2004, com cerca de 19 milhões de pessoas enfrentando a fome. Esse retrocesso está diretamente ligado às políticas neoliberais adotadas a partir de 2016, que priorizaram o ajuste fiscal em detrimento de programas sociais. A redução de investimentos em políticas públicas de segurança alimentar e a extinção do CONSEA em 2019 são exemplos claros dessa mudança de rumo.

Sena Jr, Miguel e Figueiras (2023) destacam que, apesar da vitória eleitoral da esquerda em 2022, o governo Lula deparou-se com um Congresso majoritariamente dominado por forças de direita neoliberal e extrema direita, o que impõe severas limitações à capacidade do Executivo de promover mudanças estruturais que reduzam a desigualdade social. O texto enfatiza que a superação dessas dificuldades institucionais não depende apenas da habilidade de negociação do presidente, mas exige também uma mobilização popular que pressione por transformações, tal como prometido durante a campanha eleitoral.

Brito e Baptista (2021) enfatizam a necessidade de manter o combate à fome como pauta central enquanto houver pessoas afetadas, destacando que a solução requer enfrentar as raízes das desigualdades. Os autores alertam para os riscos de substituir a discussão sobre fome por termos mais amplos, como insegurança alimentar, o que pode diluir a urgência do problema. Por fim, a manutenção de espaços como o Consea e a participação social são elementos essenciais para garantir direitos constitucionais e avançar em justiça social.

O enfrentamento da fome requer mais do que políticas compensatórias. É necessário restituir e fortalecer o papel do Estado como garantidor dos direitos sociais, incluindo o direito à alimentação adequada. Para isso, é preciso reconhecer a centralidade da luta por justiça alimentar no Brasil e valorizar as experiências e saberes dos trabalhadores que resistem diariamente à fome. Seu trabalho constitui uma denúncia contundente das consequências políticas e humanas da gestão bolsonarista e um chamado à ação ética e coletiva frente à desigualdade alimentar (Ramos, 2023).

A insegurança alimentar severa no Brasil diminuiu significativamente em 2023, com uma queda de 85% em relação a 2022. Concretamente, o número de brasileiros afetados passou de 17,2 milhões para 2,5 milhões. A insegurança alimentar, em geral, afetava 14,3 milhões de pessoas em 2021-2023, conforme dados da ONU. Apesar dos avanços significativos no combate à fome no Brasil, a insegurança alimentar continua a ser um problema relevante, especialmente em determinados grupos da população e regiões (FAO, 2025).

O Brasil foi oficialmente retirado do Mapa da Fome da FAO/ONU⁷, conforme anunciado em 28 de julho de 2025, durante a 2ª Cúpula de Sistemas Alimentares das Nações Unidas, em Adis Abeba, Etiópia. O resultado baseia-se na média trienal de 2022 a 2024, período em que o país registrou menos de 2,5% da população em situação de subnutrição, critério estabelecido pela FAO para classificar a segurança alimentar de um país (FAO, 2025).

Essa conquista, alcançada em apenas dois anos, decorre da implementação de políticas públicas integradas, com destaque para o Plano Brasil Sem Fome, voltado à ampliação do acesso à alimentação adequada, incentivo à agricultura familiar, fortalecimento da alimentação escolar, geração de emprego e ampliação da renda para populações vulneráveis (Brasil, 2023).

Segundo dados da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia), aplicados nas pesquisas domiciliares do IBGE, aproximadamente 24 milhões de pessoas superaram a condição de insegurança alimentar grave até o fim de 2023 (IBGE, 2024). No mesmo período, a pobreza extrema recuou para 4,4%, enquanto a taxa de desemprego atingiu 6,6% em 2024, menor índice desde 2012. O rendimento domiciliar per capita atingiu R\$ 2.020 e o índice de Gini caiu para 0,506, sinalizando avanço na redução das desigualdades socioeconômicas (CAGED, 2025; IBGE, 2025).

De forma semelhante ao contexto nacional, os dados relacionados à segurança alimentar no estado do Acre vêm apresentando uma evolução positiva. De acordo com a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) 2017/2018, 58,7% da população acreana vivia em situação de insegurança alimentar. Esse cenário apresentou uma melhora significativa nos últimos anos. Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do quarto trimestre de 2023, houve uma redução de 28% nesse indicador.

Em relação à segurança alimentar, definida como o acesso regular a alimentos em quantidade e qualidade adequadas, 69,5% dos domicílios do Acre, o equivalente a aproximadamente 205 mil residências, estavam nessa condição em 2023. Apesar do avanço, esse percentual ainda ficou ligeiramente abaixo da média

⁷ Mapa da Fome da ONU – um indicador que identifica os países que enfrentam falta crônica de alimentos e subalimentação (condição em que a ingestão de alimentos é insuficiente para manter uma vida ativa e saudável). Para que um país seja incluído no Mapa da Fome, essa condição deve afetar mais de 2,5% da população (Proença, 2025).

nacional, que foi de 72,4% no mesmo período. Por outro lado, 30,5% dos domicílios acrianos se encontravam em algum grau de insegurança alimentar: 19,3% em insegurança leve, 5,5% em moderada e 5,7% em insegurança grave. A proporção de domicílios em situação de insegurança alimentar moderada ou grave na capital, Rio Branco, foi de 11,2%, uma das menores da região Norte (IBGE, 2024).

A redução da insegurança alimentar no estado do Acre, observada entre os anos de 2018 e 2023, não ocorreu de forma isolada, mas foi resultado de um conjunto articulado de políticas públicas. Um dos fatores centrais para esse avanço foi a ampliação e reformulação das políticas de transferência de renda. A substituição do Auxílio Brasil pelo novo Bolsa Família, a partir de março de 2023, incluiu benefícios adicionais voltados a crianças, adolescentes e lactantes, além da exigência de contrapartidas relacionadas à saúde e educação. Esses mecanismos contribuíram para aumentar o poder de compra das famílias em situação de vulnerabilidade, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, onde os índices de pobreza são historicamente mais elevados (IPEA, 2024).

3.3. ABORDAGENS SOBRE O CONCEITO DE CAPITAL SOCIAL

O conceito de capital social começou a ganhar destaque na produção científica, ao mesmo tempo em que teve início a discussão sobre a crise do Estado, com propostas liberais de redução da sua atuação nas áreas econômicas e sociais. Com isso, a atenção teria se voltado para a sociedade civil e o seu fortalecimento, deveria ser capaz de corrigir distorções do mercado sem precisar da presença tão ativa do Estado (Araújo, 2003).

O conceito de capital social tem se tornado cada vez mais relevante na compreensão dos processos de desenvolvimento local e regional, este texto explora a relação entre o capital social e o desenvolvimento, baseando-se nas contribuições teóricas de Pierre Bourdieu, Robert Putnam, Francis Fukuyama e James Coleman. Através da análise de suas perspectivas e de estudos empíricos, busca-se demonstrar como o capital social pode ser um fator elementar na promoção do desenvolvimento em níveis local e regional.

3.3.1 Pierre Bourdieu

Pierre Bourdieu interpreta o mundo social por meio de três conceitos fundamentais: capital, *habitus* e campo. Em sua análise, o autor propõe uma crítica à concepção clássica da economia, que restringe o capital à esfera financeira, como dinheiro, propriedades ou meios de produção. Para ele, essa abordagem é reducionista, pois desconsidera outras formas fundamentais de troca e poder presentes nas relações sociais. Bourdieu, então, propõe uma ampliação do conceito de capital, incorporando suas formas econômica, cultural, social e simbólica, com o objetivo de construir uma teoria prática das dinâmicas sociais e econômicas (Higgins, 2005).

O capital econômico corresponde aos bens materiais e recursos financeiros, como renda, propriedade, investimentos e meios de produção. Ele se caracteriza pela sua capacidade de acumulação e reprodução, sendo protegido legalmente como propriedade privada. Além disso, funciona como um dos principais critérios de estratificação social, influenciando diretamente a posição dos indivíduos dentro das hierarquias sociais (Bourdieu, 1996). Vale destacar que o capital econômico é também uma “moeda de conversão”, ou seja, pode ser utilizado para adquirir ou transformar-se em capital cultural (por exemplo, financiando educação formal) e capital social (por meio da participação em redes influentes).

O capital cultural é uma das categorias centrais no pensamento de Bourdieu e refere-se ao conjunto de conhecimentos, competências, disposições e habilidades que os indivíduos adquirem ao longo da vida, sobretudo no meio familiar e escolar. Ele se manifesta em três estados distintos:

- Estado incorporado: diz respeito aos saberes e competências assimilados pelo sujeito ao longo do tempo, como o domínio da língua culta, modos de falar, comportamentos, gostos estéticos e habilidades cognitivas. Esse tipo de capital exige investimento pessoal e tempo, tornando-se parte do próprio corpo e modo de ser do indivíduo (Bourdieu, 1999).
- Estado objetivado: refere-se aos bens culturais materiais, como livros, obras de arte, instrumentos musicais e outros objetos que expressam conhecimento e cultura. Embora sejam posses físicas, seu uso efetivo depende do capital incorporado, isto é, da capacidade de compreendê-los e valorizá-los (Bourdieu, 2007).

- Estado institucionalizado: corresponde à validação formal do conhecimento, materializada por meio de títulos, diplomas e certificados escolares. Essa forma de capital cultural pode ser convertida em capital econômico, uma vez que é reconhecida pelo mercado de trabalho e por instituições sociais como critério de mérito e competência (Bourdieu, 1999).

As referências culturais do ambiente familiar desempenham um papel crucial na reprodução das desigualdades sociais, funcionando como uma espécie de "herança invisível". O capital cultural transmitido pelas famílias, como hábitos de leitura, linguagem, expectativas educacionais, facilita o acesso e o desempenho escolar dos filhos, gerando uma vantagem cumulativa frente àqueles que não compartilham os mesmos códigos culturais. Dessa forma, a escola, ao invés de funcionar como espaço neutro de meritocracia, acaba reforçando as estruturas de dominação simbólica e exclusão social (Bourdieu, 1979).

Quanto ao capital social, Bourdieu foi um dos primeiros teóricos a sistematizá-lo de forma crítica. Para ele, trata-se do conjunto de recursos reais ou potenciais associados à pertença a uma rede durável de relações sociais baseadas no conhecimento e reconhecimento mútuo.

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são oriundos por ligações permanentes e úteis (Bourdieu, p. 67, 2007).

Bourdieu define o capital social como um tipo de recurso relacional, ou seja, ele não é individual nem material, mas resulta da participação em redes sociais. Essas redes são construídas com base em laços de reconhecimento mútuo, confiança e lealdade, e podem ser mais ou menos formais. Ao falar em "rede durável de relações", o autor destaca que o capital social não é efêmero. Ele se estrutura ao longo do tempo por meio de ligações permanentes e tende a se institucionalizar em práticas sociais como apadrinhamento, heranças culturais, títulos escolares, entre outros.

A formação das redes geralmente acontece entre indivíduos similares do ponto de vista de suas características demográficas. O capital social é produzido coletivamente a partir das relações sociais existentes nas comunidades, mas seus

benefícios não podem ser facilmente mensurados. Por outro lado, é consenso que ele produz externalidades, pois o estabelecimento de redes e normas, permite a redução dos riscos decorrentes das relações entre desconhecidos e, conseqüentemente, dos custos de transação (Higgins, 2005).

Desta forma, um indivíduo com capital social seria aquele que consegue mobilizar uma ampla rede de relações sociais, capaz de contribuir com os seus objetivos. A partir desta noção de capital social como rede de relacionamentos passíveis de mobilização, a confiança é um elemento fundamental, pois a confiança entre os membros do grupo de que se pode contar com os recursos dos demais quando for necessário, gera a solidariedade necessária para a ação coletiva, seja através da utilização dos recursos alheios, ou pela disponibilização dos recursos próprios em favor de outro membro (Bourdieu, 1999).

O capital cultural que as famílias transmitem aos seus descendentes é determinante para o nível de capital cultural de um indivíduo. Este conceito não pode ser definido como capital humano, pois não vai além do economicismo e ignora, entre outras coisas, o fato de que o rendimento escolar depende do capital cultural previamente investido pela família. Além disso, o rendimento econômico e social da qualificação educativa depende do capital social, também herdado, que pode ser utilizado para apoiá-la (Bourdieu, 2007).

De forma semelhante o capital social também pode ser herdado, como por exemplo, os membros de famílias nobres podem estabelecer, com maior facilidade, relações sociais benéficas. O seu tamanho dependerá do nível de capital econômico, cultural e simbólico, das pessoas que fazem parte dos grupos em que o indivíduo está inserido.

Desta forma, o capital social não é totalmente independente do capital cultural e econômico, uma vez que não é produzido nem mantido de forma isolada. Por exemplo, pessoas com maior capital econômico podem acessar círculos sociais exclusivos, como clubes ou escolas privadas, aumentando suas redes sociais influentes (capital social). O capital cultural, como títulos acadêmicos ou o domínio de idiomas, também facilita a entrada em determinados grupos sociais e redes, o que potencializa o capital social.

Portanto, o capital social tende a refletir e reforçar desigualdades já existentes nos capitais econômico e cultural. Assim, não é totalmente autônomo, pois

frequentemente depende das outras formas de capital para se constituir e se reproduzir.

Outro conceito fundamental na teoria bourdesiana, o *habitus* apresenta-se como estruturas incorporadas, uma vez que produz disposições que orientarão as condutas dos indivíduos. por representar o conhecimento prático adquirido a partir das relações estabelecidas entre o indivíduo em um campo (ou grupo).

[...] Sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo [...] (Bourdieu, p. 89, 2009).

O *habitus* enfatiza a dimensão de um aprendizado passado, que tende a orientar práticas concretas, a partir de valores, normas e princípios. O *habitus* compreende esse conjunto de princípios geradores de práticas, posturas, gestos e pensamentos, que definem uma espécie de linguagem distintiva de um determinado espaço social e que são interiorizados ao longo da vida dos agentes e os predispõem a reproduzi-los (Bourdieu, 2011).

Para o autor a aceitação/consolidação de um *habitus* pode contribuir para a manutenção da estratificação social vigente. O *habitus* faria com que o indivíduo enxergasse sua condição social como algo normal. A reprodução do comportamento impossibilitaria a alteração da posição do indivíduo na sociedade. Contudo, o *habitus* pode ser alterado na medida, em que se modificam os contatos sociais do indivíduo e da sua disposição para modificar a realidade (Bourdieu 1999, 2001).

O conceito de campo está relacionado ao local onde se manifestam as relações de poder. Nesse sentido, uma família, uma religião, uma associação, um grupo, pode ser considerado um campo. Esse espaço se estabelece com a união de indivíduos que possuem diferentes estoques de capital social. O volume de capital de cada indivíduo determina a sua posição dentro do campo.

O mundo social é visto como um espaço de disputa/relações de poder. O *habitus* se desenvolvem/formam/consolidam dentro da estrutura denominada Campo, compreendido como o espaço onde se manifestam as relações de poder, estabelecido a partir da reunião de indivíduos que possuem diferentes estoques de capital. A posição da hierarquia dependerá do estoque de capital social que o indivíduo possui. (Bourdieu, 2004).

Para Bourdieu (1983), a sociedade é composta por diferentes campos sociais, como o campo educacional, o campo artístico, o campo religioso, o campo político etc. Cada campo funciona como um espaço relativamente autônomo, com suas próprias regras, lógicas e formas de capital valorizadas. Por exemplo, no campo acadêmico, o que vale é o capital cultural (títulos, publicações, prestígio intelectual). Já no campo econômico, o capital financeiro tem maior valor.

Como nem todos os indivíduos possuem os capitais mais valorizados em determinado campo, surgem desigualdades e posições hierárquicas. Aqueles que dominam os critérios e acumulam os capitais mais reconhecidos são privilegiados e acabam por ocupar posições de poder (Bourdieu, 1983).

Embora exista a disputa por poder dentro do Campo, Bourdieu enfatiza os benefícios obtidos devido a participação em um grupo, uma vez que sua formação se dá através da reunião de indivíduos com características ou trajetórias semelhantes, o que leva a manifestações de solidariedade. Portes (2000), cita o exemplo da classe proletária industrial, devido uma situação comum, os trabalhadores aprendem a identificar-se uns com os outros e a apoiarem mutuamente as suas iniciativas. Esta solidariedade não é o resultado da incorporação de normas durante o processo de socialização, mas por um sentimento de pertencimento ao grupo.

Por outro lado, quando um indivíduo internaliza normas de conduta que faz com ele sinta a obrigação de adotar um bom comportamento, como por exemplo pagar dívidas no prazo determinado, os benefícios desse comportamento são absorvidos por terceiros, ou seja, os demais membros da comunidade que se apropriarão do capital social (Portes, 2000).

Apesar das contradições existentes no campo, o autor considera que a construção de redes sociais é a condição necessária para a aquisição de capital social e esse processo formação depende de fatores culturais, políticos e sociais.

3.3.2 Robert Putnam

O cientista político norte-americano Robert Putnam foi um dos principais responsáveis por popularizar e aprofundar o estudo sobre o capital social,

especialmente a partir da análise de experiências locais de participação cívica. Em sua obra mais conhecida. Entre os elementos de capital, a confiança ocupa papel central, pois reduz a necessidade de controles formais e facilita a ação coletiva.

Para o autor existe uma inter-relação entre o capital social com os elementos confiança, reciprocidade e sistemas de participação cívica, por se tratarem de fatores decisivos para a cooperação entre iguais. Diferentemente de outros capitais, constitui um bem público, não é apropriado privadamente nem produz resultados individuais (Araújo, 2003).

Putman entende que, em sociedades modernas complexas, a confiança social pode surgir de duas fontes interligadas: as regras de reciprocidade e os sistemas de participação cívica. A reciprocidade apresenta-se em duas formas:

Reciprocidade balanceada ou específica: consiste na permuta simultânea de elementos de igual valor – companheiros de trabalho que trocam dias de folga. Reciprocidade generalizada ou difusa: consiste numa contínua relação de troca que a qualquer momento apresenta desequilíbrio ou falta de correspondência, mas que supõe expectativas mútuas de que um favor concedido hoje venha a ser retribuído no futuro, a amizade está sustentada nesta forma de reciprocidade (Higgins, 2005, p. 152).

A reciprocidade generalizada é um elemento decisivo para a ampliação do capital social, pois incentiva o intercâmbio sociais. Quando um indivíduo de determinado grupo ou comunidade, confia que a ajuda/apoio oferecido por ele, será retribuído no futuro, ele estará mais disposto a colaborar com os demais agentes e também em ações em prol do coletivo, com base no sentimento de confiança (Putnam, 2006).

As redes de envolvimento cívico promovem normas robustas de reciprocidade: farei isso por você agora, na expectativa de que no futuro você ou outra pessoa retribuirá o favor. Os estoques de capital social, como confiança, normas e redes, tendem a se reproduzir ao longo do tempo. A colaboração bem-sucedida em um único empreendimento constrói conexões e confiança, ativos sociais que facilitam a colaboração futura em outros, tarefas não relacionadas. Tal como acontece com o capital convencional, aqueles que têm capital social tendem a acumular mais, o que tem, recebe (Putnam, 1993).

Apesar de defender a importância do capital social para o progresso econômico e da sociedade, o autor não omite o fato de que existem questionamentos sobre os efeitos negativos que poderiam surgir, a partir de políticas

públicas fundamentadas neste recurso. O estabelecimento de normas e redes poderia atender alguns grupos e obstruir outros, ou seja, os benefícios poderiam se restringir apenas aos membros de determinado grupo ou comunidade (Putnam, 1993).

Putnam também questionou sobre o argumento liberal, que aponta a possibilidade de algumas formas de capital social restringirem as liberdades e a igualdade, o que contribui para enfraquecimento dos vínculos sociais dos indivíduos e compromisso com desenvolvimento/bem estar coletivo. Com base em pesquisas realizadas nos Estados Unidos, ao longo das últimas décadas, o autor descartou essa ideia e reafirmou a sua tese do impacto gerador de solidariedade do capital social (Frey, 2003).

A noção de desenvolvimento a partir do conceito de capital social é oposto a visão da política liberal clássica, pois esta é concebida para aumentar as oportunidades individuais. Em vez disso, a sociedade deve buscar no desenvolvimento comunitário, permitindo espaço para organizações e sociedades locais que podem parecer ter pouco a ver com política ou economia (Putnam, 1993).

3.3.3 Francis Fukuyama

O sociólogo francês Fukuyama (1996) é considerado um dos principais autores contemporâneos a dedicar-se ao estudo sobre os aspectos do capital social. Na sua visão, este conceito está relacionado ao nível de confiança numa sociedade, desde grupos fundamentais, como a família, assim como no maior de todos, a nação, e em todos os demais grupos intermediários. Este tipo de capital, geralmente é criado e transmitido por mecanismos culturais como religião, tradição ou hábito histórico (Fukuyama, 1996).

O autor aponta a confiança como elemento fundamental para a formação e manutenção de grupos, pois ela incentiva a cooperação entre os indivíduos. Essa posição se opõe ao pensamento econômico tradicional, que atribui a formação de grupos sociais como ao estabelecimento de contratos entre indivíduos que calcularam racionalmente que a cooperação serve aos seus interesses. Por essa ótica, o auto interesse, juntamente com mecanismos legais como contratos, podem

compensar a ausência de confiança e permitir que estranhos criem em conjunto uma organização.

Apesar de concordar que auto-interesses sejam fontes importantes de associação e que grupos podem operar com êxito e sem capital social, através da implementação de mecanismos formais como contratos, hierarquias, ou sistemas legais, o autor acredita que as organizações mais eficientes são baseadas em comunidades de valores éticos compartilhados (Fukuyama, 1996).

Para Fukuyama (2000) o capital social desempenha uma função econômica ao reduzir os custos de transação próprios das negociações formais como por exemplo, a realização de contratos. Isto contribui para realização de negócios e parcerias, uma vez que nenhum contrato é capaz de especificar todas as contingências possíveis que podem aparecer entre as partes, deve pressupor certa quantidade de boa intenção para prevenir que as partes tomem vantagem de situações não previstas.

Outro papel do capital social é a função política que consiste em fazer um contrapeso ao vício do excessivo individualismo, isto é, ao fato de dedicar ocupação excessiva com os assuntos privados e da família em detrimento do compromisso em assuntos públicos. Quando não existe uma sociedade civil densa, (as pessoas não assumem responsabilidade com bem coletivo), o Estado assume a tarefa de organizar os indivíduos que não são capazes de organizar-se por si mesmos. Isso pode resultar em centralização excessiva que conduz a um sistema político rígido e altos níveis de corrupção (Higgins, 2005).

Além disso, para o autor, os Estados podem criar um impacto negativo na criação de capital social quando suplantam atividades que são melhor desenvolvidas pelo setor privado ou a sociedade civil. Quando o estado intervém de forma a organizar tudo, termina destruindo a capacidade de cooperação social, processo que está baseado no hábito e na prática (Higgins, 2005).

Fukuyama (2000) afirma que o Estado pode desenvolver ações que promovam o capital social, os investimentos em educação, representam uma contribuição direta na elevação do estoque desse tipo de capital. Além disso, os Estados promovem indiretamente a criação de capital social, fornecendo eficientemente bens públicos necessários, especialmente os direitos de propriedade e a segurança pública.

Existem outras fontes de capital social, que para além do Estado são frequentemente lembradas. O autor cita as Organizações Não Governamentais (ONGs) e fundações, que desenvolvem atividades para o fortalecimento da sociedade civil, em vários países em desenvolvimento, desde o início da década de 1990. Porém, muitas vezes essas associações conseguiram simplesmente criar um estrato de elites locais que se tornam hábeis em redigir propostas de financiamento.

Existem, no entanto, duas outras fontes externas potenciais de capital social que podem ser mais eficazes na promoção da sociedade civil. A primeira é a religião, elemento que historicamente tem sido uma das fontes mais importantes de cultura e provavelmente irá permanecer assim no futuro.

A segunda fonte de capital social nos países em desenvolvimento é a globalização. A globalização tem sido portadora não só de capital, mas também de ideias e de cultura. Esse fenômeno deixa atrás de si novas ideias, hábitos e práticas, desde normas contabilísticas às práticas de gestão e às atividades das ONGs. Dessa forma, são os mecanismos culturais que geralmente criam e transmitem o capital social.

O autor realizou uma análise exaustiva do papel da confiança ao nível micro, para o fortalecimento das organizações empresariais, abordando também sua importância para o desenvolvimento de uma nação. Para Fukuyama (1996) a disposição para criar relações de confiança para além das famílias é um elemento fundamental para melhoria do desempenho económico de determinadas regiões em comparação a outras.

Francis Fukuyama (2000) adota uma perspectiva claramente utilitarista ao tratar do capital social, como um recurso fundamental para a ação coletiva e para o desempenho económico das nações. Para o autor, a confiança, elemento-chave do capital social, atua como pré-requisito para formas de empreendimento em grupo na sociedade moderna e confere valor a uma economia nacional ao reduzir custos de transação, facilitar acordos e viabilizar a cooperação.

Além disso, Fukuyama destaca que a dimensão e a intensidade da confiança variam significativamente de um país a outro: as chamadas “sociedades de alta confiança” (por exemplo, Estados Unidos, Japão e Alemanha) conseguem converter relações interpessoais em redes de cooperação que ampliam produtividade e inovação, enquanto em “sociedades de baixa confiança” (como várias nações latino-

americanas e mediterrâneas) a carência de confiança mútua restringe o potencial de coordenação e encarece as trocas econômicas.

Desse modo, o capital social não apenas gera riqueza, beneficiando diretamente indivíduos e grupos, mas torna-se também um elemento estruturante dos sistemas sociais responsáveis pela produção de bens e serviços. Sua escassez ou fragilidade pode levar à desintegração das instituições e ao aumento da desconfiança, desestabilizando a ordem social tradicional.

3.3.4 James Coleman

Nesse diálogo, o conceito de capital social, segundo James Coleman, é central para a compreensão das dinâmicas sociais e do desenvolvimento local e regional, Coleman (1988) define o capital social como um recurso presente nas relações sociais, que facilita a ação coletiva e gera benefícios tanto para os indivíduos quanto para a sociedade como um todo, esse capital se manifesta na forma de normas sociais, confiança, redes de relacionamentos e obrigações mútuas, desempenhando um papel essencial no desenvolvimento econômico e social.

Para Coleman (1990), o capital social difere de outros tipos de capital, como o físico e o humano, pois está inserido nas interações entre os indivíduos e não pode ser possuído por uma única pessoa, ele argumenta que comunidades com um alto grau de capital social são mais eficazes na promoção do bem-estar coletivo, pois a cooperação e a reciprocidade são incentivadas por meio de relações de confiança e apoio mútuo.

No contexto do desenvolvimento local e regional, o capital social influencia a capacidade das comunidades de resolver problemas coletivos e mobilizar recursos. Coleman (1988) enfatiza que redes sociais bem estabelecidas podem reduzir custos de transação, facilitar a difusão de informações e promover a participação cívica, dessa forma, regiões com maior capital social tendem a apresentar melhores índices de desenvolvimento, uma vez que os indivíduos colaboram de maneira mais eficiente para alcançar objetivos comuns.

Ademais, Coleman (1990) destaca que o capital social pode ser criado e fortalecido por meio de instituições, associações comunitárias e políticas públicas que incentivem a participação ativa dos cidadãos, escolas, igrejas, organizações voluntárias e grupos de vizinhança são alguns dos mecanismos que ajudam a

consolidar laços sociais e fomentar a confiança interpessoal, aspectos fundamentais para a estabilidade e o crescimento das comunidades.

Entretanto, Coleman (1988) também alerta para a possibilidade de o capital social ter efeitos negativos, caso seja utilizado para promover exclusão social ou restringir o acesso a oportunidades para determinados grupos, redes sociais fechadas podem limitar a inovação e impedir a mobilidade social, tornando essencial que as políticas de desenvolvimento incentivem formas inclusivas de capital social.

Portanto, o conceito de capital social em James Coleman contribui significativamente para o entendimento do desenvolvimento local e regional, ao enfatizar a importância das relações sociais na promoção do progresso econômico e social. Investir no fortalecimento das redes sociais e na criação de um ambiente de confiança e cooperação é essencial para a construção de sociedades mais equitativas e resilientes.

Alguns estudos empíricos têm demonstrado a relação positiva entre o capital social e o desenvolvimento local e regional, estas pesquisas fornecem evidências concretas de como o capital social pode influenciar positivamente os resultados de desenvolvimento em diferentes contextos.

Um estudo sobre capital social na Austrália regional destaca como altos níveis de capital social podem influenciar positivamente o desenvolvimento econômico, a pesquisa comparou duas cidades, Greenside e Shefton, e descobriu que Greenside, com maior capital social, também apresentava melhores resultados de desenvolvimento econômico, este caso ilustra o papel do capital social na melhoria do desenvolvimento regional, fomentando o engajamento comunitário e as atividades econômicas (Woodhouse, 2006).

3.3.5 Mark Granovetter

A sociologia econômica contemporânea, fortemente influenciada pelos trabalhos de Mark Granovetter, oferece uma alternativa potente às explicações tradicionais baseadas no individualismo metodológico da economia neoclássica. Por meio de conceitos como *embeddedness* (enraizamento social), laços sociais e análise de redes, essa abordagem reposiciona o ator econômico como um sujeito socialmente situado, cujas ações são moldadas pelas relações interpessoais e pelos contextos estruturais nos quais está inserido (Granovetter, 1985).

Em contraposição ao conceito de individualismo predominante em muitas abordagens econômicas tradicionais Mark Granovetter (1985) propõe uma abordagem mais equilibrada. Ele argumenta que as ações dos atores sociais estão profundamente condicionadas por sua inserção em redes de relações interpessoais, nas quais se estabelecem vínculos de confiança, trocas de informação e formas de cooperação.

De acordo com Granovetter, enquanto nas sociedades pré-mercantis o comportamento econômico estava profundamente vinculado às relações sociais, nas sociedades modernas a economia passa a se constituir como uma esfera separada, em que as transações são guiadas não mais por obrigações sociais, mas por decisões racionais voltadas à maximização do interesse individual (Jardim e Candido, 2019).

No entanto, mesmo nesse contexto, os agentes econômicos também se orientam por metas de natureza social, como a busca por sociabilidade, prestígio, reconhecimento ou poder, o que demonstra que suas ações não são totalmente autônomas, mas inseridas em redes de relações sociais. Parte-se, assim, da hipótese de que o conceito de enraizamento tornou-se um elemento central, adotado de formas variadas por diferentes correntes da sociologia econômica, como um contraponto à abordagem da economia neoclássica sobre os fenômenos econômicos (Jardim e Candido, 2019).

Granovetter enfatiza o papel das relações sociais concretas na construção da confiança. Nas suas palavras, trata-se de reconhecer o “[...] papel das relações pessoais concretas e das estruturas (ou ‘redes’) destas relações no desenvolvimento da confiança” (1985, p. 490). A reputação, a reciprocidade e o conhecimento prévio entre os atores tornam possível a cooperação mesmo em contextos marcados pela incerteza.

Em suma, ao propor uma economia mais “socialmente enraizada”, Granovetter recoloca a interação social no centro da análise econômica, revelando como os vínculos interpessoais moldam e condicionam a racionalidade, a confiança e a cooperação entre os agentes.

Mendes e Mueller (2024), realizaram um estudo sobre movimento migratório, com base na teoria da força dos laços fracos de Granovetter. Na interpretação dos autores, a construção de relações sociais desempenha um papel essencial no desenvolvimento da confiança, da cooperação e da reciprocidade entre os

indivíduos. Essas interações sociais são moldadas por vínculos que variam em intensidade e função.

Os chamados laços fortes estabelecidos com familiares, amigos próximos ou vizinhos e são caracterizados por relações de confiança mútua, apoio emocional e solidariedade. Por outro lado, os laços fracos, como os contatos profissionais exercem uma função estratégica na ampliação do capital social dos indivíduos. Os laços fracos possibilitam a troca de conhecimentos que podem ser utilizados em suas atividades produtivas. Através desses laços, os indivíduos conseguem interagir com grupos distintos, acessar diferentes esferas sociais e até estabelecer relações com empresas, organizações e instituições (Mendes; Mueller, 2024).

Outro exemplo importante é o trabalho de Bovo (2015), que sistematiza a contribuição da teoria de redes de Granovetter para a compreensão do funcionamento dos mercados e da atuação empresarial no contexto brasileiro. Ele evidencia como empresas operam em redes locais, nas quais as relações interpessoais são determinantes para decisões de negócios, acesso a recursos e resolução de conflitos.

Em todos esses estudos, o conceito de confiança se revela central. Além disso, as redes sociais desempenham um papel fundamental na ação coletiva. Elas não apenas permitem a coordenação de interesses e a mobilização de recursos, mas também sustentam identidades coletivas e normas compartilhadas que viabilizam a cooperação em contextos de incerteza. Isso é particularmente evidente em estudos sobre políticas públicas participativas, mercados informais, associativismo produtivo e dinâmicas comunitárias. O quadro 3 traz um comparativo das versões teóricas dos autores apresentados neste capítulo.

Quadro 3 - Comparativo com os principais elementos do capital social segundo Pierre Bourdieu, Robert Putnam, Francis Fukuyama, James Coleman e Mark Granovetter

Autor	Principal Elemento do Capital Social	Foco / Ênfase Teórica
Pierre Bourdieu	Redes sociais e recursos delas derivados	Acesso a recursos por meio de redes duráveis de relações. Capital social como forma de poder e distinção social.
Robert Putnam	Confiança e normas de reciprocidade	Confiança mútua e engajamento cívico como base para a cooperação e o bom funcionamento das instituições democráticas.
Francis Fukuyama	Confiança	Confiança gerada por normas culturais compartilhadas; base para cooperação espontânea e desenvolvimento econômico.
James Coleman	Estrutura de relações sociais	Capital social como função das relações sociais que promovem ações eficazes e cooperação entre indivíduos.
Mark Granovetter	Laços sociais e análise de redes	As ações econômicas estão sempre imersas em estruturas sociais, tanto as fortes (laços fortes) quanto as fracas (laços fracos), constituem o capital social e permitem a ação coletiva

Fonte: Elaboração própria, 2025.

A análise da relação entre o capital social e o desenvolvimento local/regional, baseada nas perspectivas de Bourdieu, Putnam, Fukuyama e Coleman, revela a natureza multifacetada e complexa deste conceito, e o capital social emerge como um recurso crucial que pode facilitar a cooperação, promover a confiança e melhorar a eficácia das instituições locais, todos fatores essenciais para o desenvolvimento sustentável.

3.4 Território e o capital social

Tradicionalmente o território é definido como o espaço sobre o qual o Estado exerce sua soberania. Abordagens recentes associam o território como um lugar onde são estabelecidas relações de poder, identidades e territorialidades individuais ou grupais, que se apropriam de determinado espaço geográfico (Dallabrida, 2016).

Uma abordagem diferente sobre a ideia de espaço foi introduzida por François Perroux (1967). Ele apresenta o conceito de espaço abstrato, mais adequado para analisar as interrelações econômicas. Desta forma, os espaços econômicos nacionais são definidos também com base nos planos econômicos dos governos e dos indivíduos. Devido às atividades não se distribuírem de maneira

uniforme, o autor considera que o crescimento econômico é irregular, sendo que “(...) o crescimento não surge em toda parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou pólos de crescimento (...)” (Perroux, 1967, p. 164).

Se, por um lado, o território caracteriza-se pela propagação do crescimento de maneira desigual, por outro lado, o território pode ser considerado como um elemento central para explicar tanto a pobreza quanto a sua reprodução. De acordo com Bronzo (2007), a pobreza apresenta diversas causas que podem ser explicadas analisando o território no qual ela se reproduz. As condições de habitação, saneamento, provisão de bens e serviços públicos são importantes para estabelecer os patamares de inclusão social.

Neste sentido, esse conceito torna-se um elemento importante para a análise a análise social. Devido o avanço da tecnologia integrada com a informação, o território configura-se como espaço além dos limites nacionais, pode ser formado de lugares contíguos e lugares em rede. O território é uma junção dos recursos naturais e no produto (construção do espaço) decorrente do trabalho social, bem como as relações sociais. A apropriação do espaço por determinado grupo, pode ser definida como uma nova categoria geográfica, o “território usado” (Santos, 2002).

Haesbaert (2004) apresenta uma conceituação, a partir de diferentes dimensões. Do ponto de vista cultural, o território é visto como produto da apropriação, da valorização simbólica de um grupo em relação ao espaço vivido, a partir de determinado significado individual e social. No âmbito jurídico-político, quando o território é entendido como um espaço delimitado e controlado por um poder, especialmente estatal. Sobre o aspecto econômico, o território é concebido enquanto dimensão espacial nas relações econômicas. Neste caso, o território é concebido como fonte de recursos. Em todas as dimensões o território é construído a partir de relações de poder.

O território ganha destaque nas teorias de desenvolvimento, a partir dos estudos sobre os distritos industriais italianos, apresentando-o como componente fundamental desse processo. A experiência exitosa era caracterizada por elevação no nível de emprego e das exportações, sendo que estes resultados eram oriundos de políticas regionais elaboradas de baixo para cima, com articulações entre as empresas internas à própria região (Corrêa, 2009).

A abordagem do desenvolvimento descentralizado tirou o governo do protagonismo de desenvolvimento e colocou como protagonista os agentes locais. Nesse contexto, surge o conceito de capital social. A seguir apresentamos a definição dada por Bourdieu, um dos pioneiros neste tema.

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são oriundos por ligações permanentes e úteis (Bourdieu, p. 67, 2007).

Esse termo refere-se a características da organização social, como redes, normas e confiança, que facilitam coordenação e cooperação para benefício mútuo. a reciprocidade generalizada torna a sociedade mais eficiente, as redes de engajamento cívico facilitam a coordenação e a comunicação entre os indivíduos (Putnam, 1993).

Ao contrário do capital convencional, o capital social é um bem público, ou seja, não é o propriedade privada daqueles que dela se beneficiam. Como outros bens públicos, de ar limpo para ruas seguras, o capital social tende a ser insuficiente fornecido pela iniciativa privada agentes (Putnam, 1993).

Para que o processo de desenvolvimento territorial obtenha êxito é necessário a participação dos atores locais, na elaboração de modelo voltado para as especificidades locais, estabelecendo metas e assumindo a implementação das ações. No entanto, o engajamento dos cidadãos representa um desafio só será possível, através do fortalecimento das organizações da sociedade civil (Cazella, 2008, Jean, 2010).

Esse protagonismo dos atores locais no processo de desenvolvimento, começou a se destacar na literatura, a partir dos anos 1970 e 1980, quando o território passou a ganhar maior importância nas pesquisas, devido à crise econômica que reduziu a capacidade de financiamento do Estado. O processo de desenvolvimento passa a ser pautado em políticas liberais e descentralização. Com isso, a atuação de agentes privados locais, passou a ser apontada por alguns autores, como uma possibilidade de melhorar a gestão dos recursos (Côrrea, 2009).

Por outro lado, a coordenação dos atores ou agentes locais, em prol do desenvolvimento, não se dá de maneira serena e harmônica. Os objetivos dos

indivíduos que pertencem às classes sociais distintas, têm ações distintas e muitas vezes opostas. Daí que as ações de cunho local são relevantes, porém, se apresentam insuficientes para se gerar o desenvolvimento efetivo (Brandão, 2007).

Nesse sentido, Cazella (2008), apontou os limites do desenvolvimento baseado nos atores locais do território. Entre as contradições está o fato de não ser garantida a participação igualitários dos indivíduos de diferentes classes sociais. Os atores locais que se interessam e participam do planejamento e nas ações coordenadas de desenvolvimento territorial, são aqueles que se encontram mais ou menos bem integrados do ponto de vista socioeconômico.

Nos últimos anos, ocorreu o retorno do território aos debates das ciências sociais. Brandão (2007) destaca o trabalho de Paulo Krugman (1991 e 1995), como uma nova abordagem, que mostra os limites da escala local no desenvolvimento territorial. A nova teoria de desenvolvimento admite a intervenção do Estado para contrabalançar os desequilíbrios resultantes das falhas de mercado, mas sobretudo, para estabelecer um ambiente favorável, estimulando de investimento privados, como, por exemplo, por meio de gastos em educação ou esforços de aperfeiçoamento regulatório, ou qualquer despesa pública que seja produtiva.

Assim, o Estado possui um papel fundamental na promoção do desenvolvimento, ao interferir em momentos de desequilíbrios no mercado, ao fornecer os meios humanos e técnicos ausentes na esfera territorial. Além disso, o Estado, através das políticas monetária e fiscal teria um papel fundamental para a implementação de políticas desenvolvimento (Cazella, 2008; Brandão, 2007).

Embora seja considerado um bem coletivo subjetivo, existe na literatura diversas metodologias para mensuração do capital social de determinado território ou grupo social. Branco (2014) aponta que o desafio dos estudos sobre essa temática é transformar em dados quantitativos pesquisas sociais necessariamente se parte de pressupostos qualitativos, e o capital social, embora seja uma categoria abstrata, é possível de ser quantificado por sua intensidade.

O banco mundial elaborou uma metodologia para mensurar o capital social, com foco em domicílios de países em desenvolvimento. O Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS), é formado por um conjunto de questões essenciais do tipo *survey*, contemplando seis dimensões.

O QI-MCS concentra-se ao nível micro de análise, isto é, ao nível dos domicílios e indivíduos e foi desenvolvido para gerar dados quantitativos. Todavia,

os autores reconhecem que tradicionalmente, a pesquisa sobre capital social é resultado de métodos qualitativos. Sendo assim, é fundamental a elaboração de um instrumento de pesquisa qualitativa para complementar a análise qualitativa.

Na literatura recente sobre desenvolvimento local, o conceito de capital social surge como um elemento central. Apesar disso, existem críticas aos estudos sobre o capital social, devido as dificuldades de mensuração deste recurso. Por estar ligado as redes de relações sociais, as pesquisas na área da economia não conseguem determinar com precisão, como a sua expansão ou modificação pode afetar o bem-estar dos indivíduos. Além disso, elementos como “confiança”, “comunidade” e “redes” são difíceis de serem quantificados e qualificados (Marteletto, 2004).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

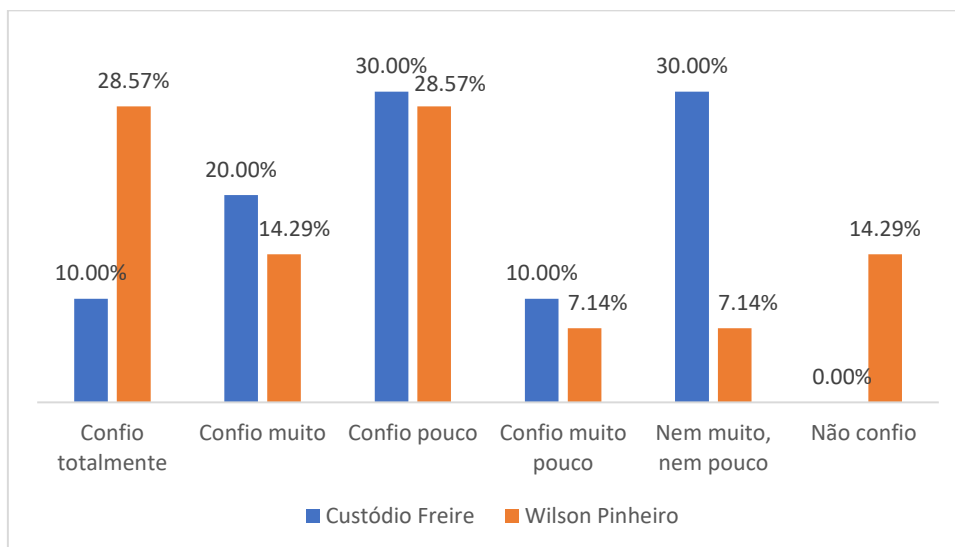
4.1 ANÁLISE COMPARATIVA DA CONFIANÇA: VIZINHOS, ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES, GOVERNO LOCAL E GOVERNO CENTRAL

A confiança é amplamente reconhecida como um elemento central na teoria do capital social, pois, em comunidades onde esse sentimento é compartilhado entre os membros, ampliam-se as possibilidades de formação e fortalecimento de redes de cooperação e de ações coletivas. Essa confiança mútua cria um ambiente favorável à reciprocidade, à circulação de informações e ao engajamento em objetivos comuns, reduzindo os custos de transação e aumentando a eficiência das interações sociais e econômicas.

No contexto da análise de uma política pública, compreender o nível de confiança dos beneficiários é fundamental para que os gestores públicos possam avaliar a viabilidade de iniciativas baseadas na participação social, identificar barreiras à colaboração comunitária e desenhar estratégias que potencializem a responsabilidade compartilhadas na implementação e manutenção das ações propostas. Dessa forma, o diagnóstico sobre a confiança contribui não apenas para medir o grau de coesão social, mas também para orientar decisões que promovam políticas mais eficazes e sustentáveis.

Os dados levantados revelam uma crise generalizada de confiança, elemento central do conceito de capital social, nas comunidades dos polos Custódio Freire e Wilson Pinheiro. No entanto, ao observar as diferentes esferas, vizinhança, governo local e governo central, surgem nuances importantes. A figura 5 apresenta a percepção de confiança dos entrevistados, em relação aos seus vizinhos.

Figura 5 - Quanto você confia nos vizinhos?



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

A pesquisa revelou que os moradores do polo Custódio Freire demonstram maior indiferença em relação à confiança nos vizinhos, com 30,00% afirmando que confiam "nem muito, nem pouco". Isso sugere uma postura neutra e distante nas relações de vizinhança. Já no polo Wilson Pinheiro, essa resposta foi dada por apenas 7,14%, indicando uma percepção mais diversificada.

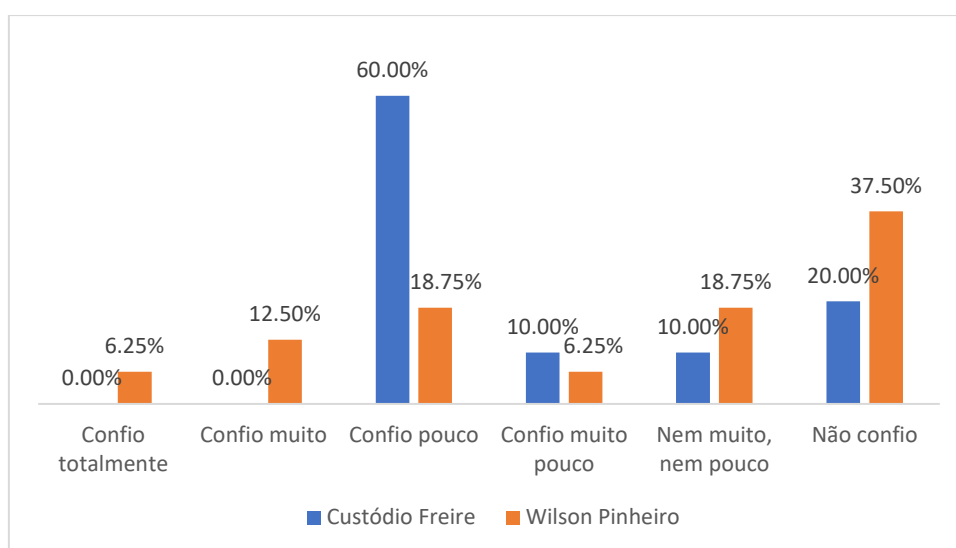
A desconfiança explícita, embora menor, também merece destaque: 6,67% dos entrevistados do polo Wilson Pinheiro declararam que não confiam nos vizinhos, enquanto no polo Custódio Freire essa resposta não foi registrada.

Apesar desse cenário de confiança parcial ou limitada, a maioria dos entrevistados acredita que os vizinhos estariam dispostos a ajudá-los em caso de necessidade, o que revela a existência de uma solidariedade pontual, mesmo em contextos de baixa confiança.

Alguns entrevistados informaram que os vizinhos são muito fechados. Uma entrevistada que participa da gestão da cooperativa do polo Wilson Pinheiro disse que existe dificuldade de diálogo, pois a maioria dos moradores têm dificuldades em aceitar mudanças, como por exemplo na produção e comercialização. Também foi relatada a percepção de pouco interesse em estabelecer relações de proximidade com os vizinhos, o que pode estar relacionado a uma cultura de distanciamento social ou à falta de oportunidades para interação comunitária.

Essa ausência de confiança não se restringe aos vizinhos. Quando perguntados se acreditam que se pode confiar nas pessoas em geral, 90,00% dos moradores do polo Custódio Freire e 73,33% do polo Wilson Pinheiro disseram que “nunca é demais ter cuidado”. Isso indica que a desconfiança é uma característica mais ampla, que afeta o tecido social como um todo e prejudica a organização e execução de atividades coletivas. Conforme a figura 6, no caso dos membros do governo local, os dados mostram uma confiança ainda mais limitada.

Figura 6 - Quanto você confia nos membros do governo local?



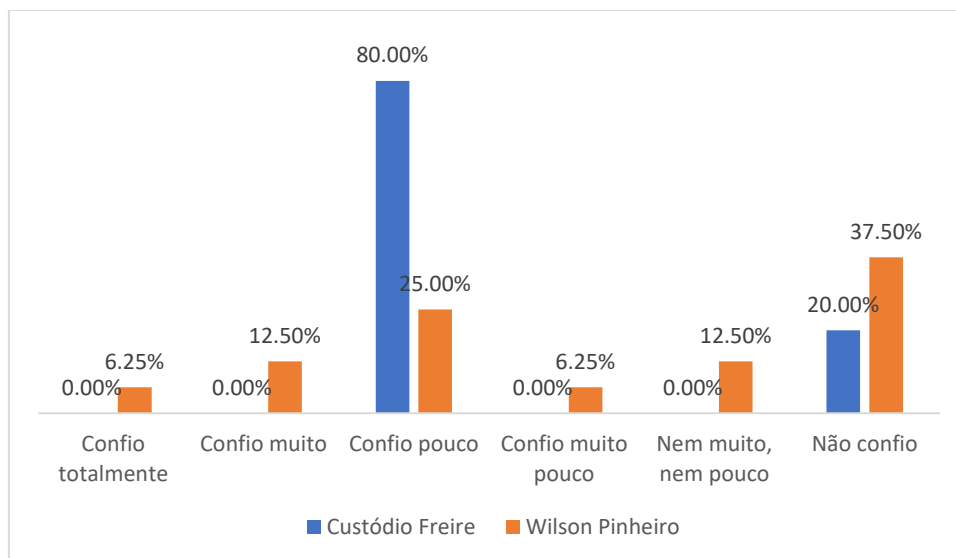
Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Nota-se que o nível de rejeição ao governo local é comparável ao nível de desconfiança entre vizinhos, sugerindo que as instituições públicas locais enfrentam o mesmo descrédito das relações interpessoais. Esse sentimento pode estar relacionado a promessas não cumpridas por parte do poder público, como por exemplo, o compromisso de manutenção dos ramais, decorrentes das manifestações dos moradores em 2023. A prefeitura disponibilizou apenas restos de massa asfáltica e os moradores “espalharam” o material no ramal.

A falta de assistência técnica é outro motivo de reclamação por parte dos moradores. Uma moradora informou que há alguns anos, a secretaria municipal de agricultura, assumiu o compromisso de realizar visitas técnicas duas vezes por semana, porém a promessa não foi cumprida. Essa situação gera prejuízos aos produtores, pois quando suas plantações são atingidas por pragas, os produtores

têm dificuldades para conter o avanço das doenças. A figura 7 mostra como confiança nos membros do governo central é ainda mais fragilizada.

Figura 7 - Quanto você confia nos membros do governo central?



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

No polo Custódio Freire, 80,00% disseram confiar pouco, e 20,00% não confiam de forma alguma. No polo Wilson Pinheiro, 37,5% também não confiam, o que mostra uma percepção igualmente negativa. Isso indica que, embora o governo central esteja mais distante fisicamente da realidade dos moradores, sua imagem não é mais confiável que a dos vizinhos e, em alguns casos, é percebida como ainda mais negativa.

Os dados mostram que nenhuma das esferas sociais ou institucionais goza de um alto nível de confiança. No entanto, os vizinhos são percebidos com ligeiramente mais confiança no polo Wilson Pinheiro, especialmente considerando que parte significativa acredita que os vizinhos ajudariam em situações de necessidade.

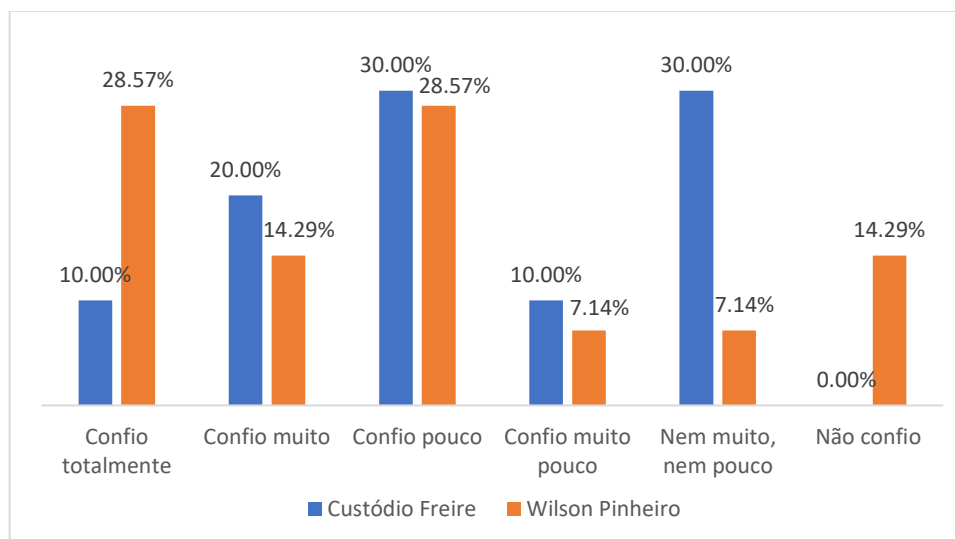
Já no polo Custódio Freire, o governo local apresenta um percentual mais expressivo de "confio pouco" (60,00%) do que os próprios vizinhos têm de desconfiança explícita, o que pode sinalizar uma confiança resignada, mas existente, na atuação institucional.

A confiança dos agricultores familiares no governo federal pode estar reduzida em razão da diminuição e descontinuidade de políticas públicas voltadas ao

fortalecimento da agricultura familiar, especialmente programas de compras governamentais como o PAA e o PNAE, que ocorreram recentemente. Essas iniciativas, além de garantirem mercado estável para a produção local, funcionavam como incentivo à permanência no campo. Quando tais programas são reduzidos ou têm seu funcionamento interrompido, os agricultores passam a enfrentar maior incerteza quanto à comercialização de seus produtos, o que compromete sua renda e sua percepção de apoio e reconhecimento por parte do Estado.

A pesquisa também verificou o nível de confiança em relação a associação de produtores, conforme a figura 8.

Figura 8 - Quanto você confia na associação de produtores?



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

A análise do nível de confiança na associação de produtores revela-se especialmente relevante, pois, juntamente com as igrejas, trata-se de um dos únicos grupos sociais aos quais a maioria dos entrevistados afirmou pertencer. No polo Wilson Pinheiro, observou-se que 14,29% dos moradores declararam não confiar na associação de produtores. Importa destacar que essa alternativa não constava no questionário original, mas foi considerada devido à recorrência da resposta espontânea entre os participantes.

Segundo o relato de um produtor local, a primeira associação encontra-se atualmente desativada, em razão de antigos contratos de financiamento firmados

por alguns agricultores com aval da própria entidade. A inadimplência em parte desses contratos gerou restrições financeiras e jurídicas à associação, impedindo-a de participar de programas de apoio, como as compras institucionais. Uma nova associação foi criada há apenas dois anos, mas a experiência da antiga entidade, somada à curta trajetória da nova organização, pode explicar o baixo nível de confiança da população em relação a essa instituição.

No polo Custódio Freire, os moradores demonstram uma postura de indiferença quanto à confiança na associação de produtores: 33,24% declararam “não confiar nem muito, nem pouco”. Um produtor relatou que raramente participa das reuniões, pois as convocações são feitas por meio de aplicativos de mensagens, e como ele acessa a internet com pouca frequência, só toma conhecimento das decisões institucionais depois que já foram tomadas. Esse problema de comunicação compromete diretamente a participação dos associados nos encontros e, sobretudo, nos processos de deliberação da entidade. Recentemente, a associação passou por uma mudança de liderança com a posse de um novo presidente. No entanto, não foi possível aplicar o questionário ao atual representante, uma vez que ele não reside no polo, o que pode limitar sua articulação com os produtores locais.

A análise da Tabela 1 revela que os moradores do Polo Custódio Freire demonstraram um nível mais elevado de disposição em colaborar com iniciativas coletivas, mesmo quando os benefícios diretos não os atingem pessoalmente.

Tabela 1 - Se um projeto da comunidade não lhe beneficia diretamente, mas tem benefícios para muitas outras pessoas do(a) bairro/localidade, você contribuiria com seu tempo ou dinheiro para o projeto?

Resposta	Custódio Freire	Wilson Pinheiro
Dinheiro	70,00%	31,25%
Tempo	70,00%	43,75%
Trabalho	100%	68,75%
Equipamentos	20%	25%
Não contribuiria	0%	25%

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Observa-se que 100% dos entrevistados afirmaram que contribuiriam com trabalho, e 70,00% estariam dispostos a doar dinheiro ou tempo. Esse padrão indica um senso mais fortalecido de solidariedade e pertencimento à comunidade local.

Em comparação, no Polo Wilson Pinheiro, os índices de contribuição são visivelmente mais baixos, especialmente no item financeiro, com apenas 31,25% dispostos a colaborar com dinheiro. A contribuição com trabalho foi indicada por 68,75%, enquanto o tempo foi mencionado por 43,75% dos entrevistados.

A baixa disposição para contribuir com equipamentos em ambos os polos, 20% no polo Custódio Freire e 25% no polo Wilson Pinheiro, pode ser explicada pela limitação material enfrentada pelas famílias assentadas. Muitos agricultores relataram que possuem poucos equipamentos e, portanto, não teriam como emprestá-los, como ilustrado na fala de um dos entrevistados: "Se eu tivesse, eu emprestaria."

Outro dado relevante é a proporção de entrevistados do Polo Wilson Pinheiro que afirmaram não contribuir de forma alguma: 25%, contra nenhum no Polo Custódio Freire. Esse dado pode sinalizar uma menor coesão social ou uma percepção de maior individualismo no segundo polo.

Essa tendência de maior engajamento social entre os moradores de Custódio Freire também se confirma quando se analisa a participação em ações coletivas nos últimos 12 meses: 30,00% dos entrevistados do polo afirmaram ter participado de atividades desse tipo, enquanto no Wilson Pinheiro o índice foi de apenas 23,53%. Esses resultados reforçam a ideia de que laços sociais mais fortes e práticas de cooperação estão mais presentes no primeiro polo, configurando uma base mais sólida de capital social.

4.2. INFORMAÇÃO

A pesquisa buscou identificar quais são as principais fontes de informação utilizadas pelos produtores dos polos agroflorestais, considerando tanto os meios tradicionais quanto as tecnologias digitais disponíveis, a tabela 2 apresenta as três principais fontes de informação a respeito das ações governamentais. Observou-se que o acesso à internet, ainda que limitado em algumas localidades, constitui um recurso estratégico para ampliar o fluxo de comunicação.

Tabela 2 - Quais são as três fontes de informação mais importantes a respeito do que o governo está fazendo?

Respostas	Custódio Freire	Wilson Pinheiro
Rádio	10,00%	23,53%
Televisão	90,00%	94,12%
Internet	70%	76,47%
Jornal de abrangência nacional	0%	17,65%

Fonte: Elaboração pela autora, 2025.

A análise dos dados indica que, nos dois polos estudados, a televisão é a principal fonte de informação sobre as ações do governo, sendo mencionada por 90,00% dos entrevistados em Custódio Freire e por 94,12% em Wilson Pinheiro. Em seguida, destaca-se a internet, com 70,00% no primeiro polo e 76,47% no segundo, o que surpreende positivamente, considerando que se trata de áreas rurais. Isso sugere avanços na infraestrutura de conectividade, o que pode ampliar o acesso a informações relevantes, inclusive sobre políticas públicas, oportunidades de capacitação e boas práticas agrícolas.

Por meio desse acesso, os produtores podem estabelecer contato de forma mais ágil e direta com técnicos das secretarias municipais e estaduais de agricultura, facilitando a obtenção de informações relevantes sobre práticas de manejo sustentável, programas de assistência técnica, prazos e requisitos para participação em políticas públicas, comercialização da produção, condições climáticas, preços de mercado e oportunidades de capacitação.

Apesar da crescente presença da internet, o rádio aparece com baixos índices de utilização (10,00% em Custódio Freire e 23,53% em Wilson Pinheiro), indicando uma possível substituição deste meio tradicional pelas mídias digitais. Por outro lado, o uso de jornais de circulação nacional ainda é limitado, especialmente no polo Custódio Freire, onde nenhum entrevistado relatou utilizá-los como fonte de informação. No Wilson Pinheiro, apenas 17,65% afirmaram recorrer a esse meio, o que pode estar relacionado à baixa relevância percebida desse tipo de conteúdo no cotidiano das famílias assentadas.

Quando questionados sobre as mudanças no acesso à informação nos últimos cinco anos, todos os moradores do Polo Custódio Freire afirmaram que houve melhora nesse aspecto. Já em Wilson Pinheiro, 11,74% relataram piora no acesso à informação, enquanto 17,65% afirmaram que não perceberam mudanças

significativas. Esses dados indicam um cenário de desigualdade entre os dois polos no que se refere ao avanço da comunicação e à democratização do acesso à informação, o que pode impactar diretamente a capacidade de mobilização, organização e acesso a direitos das famílias.

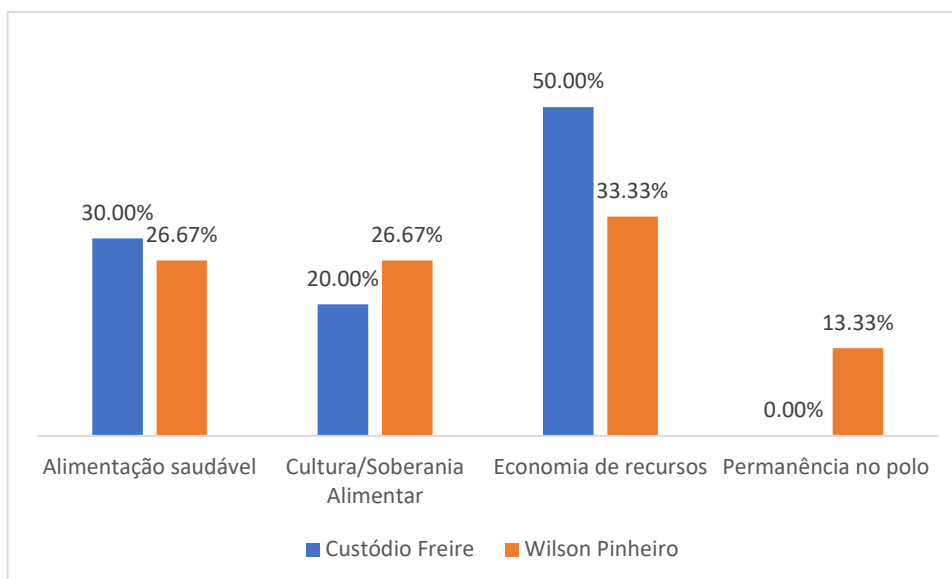
4.3. PRODUÇÃO PARA O AUTOCONSUMO: PERCEPÇÕES E LIMITAÇÕES

A produção de alimentos para o autoconsumo constitui uma variável estratégica para a segurança alimentar dos agricultores familiares, pois assegura o acesso contínuo a alimentos frescos, diversificados e de qualidade, reduzindo a dependência de mercados externos e a vulnerabilidade a oscilações de preços. Além disso, representa uma forma de renda indireta, ao diminuir as despesas com a compra de alimentos, funcionando como um complemento essencial à renda não agrícola. Esse fator, aliado ao enraizamento cultural e social no território, pode ser determinante para a permanência das famílias no meio rural, fortalecendo a sustentabilidade econômica e social da agricultura familiar e contribuindo para a reprodução de modos de vida tradicionais.

Nos polos agroflorestais, a produção para o autoconsumo é limitada por diversos fatores, entre eles o tamanho reduzido dos lotes. No polo Custódio Freire, por exemplo, as propriedades possuem, em média, 2,5 hectares, e, em alguns casos, nem toda a área é passível de aproveitamento agrícola devido à presença de declives acentuados e solos de baixa fertilidade. Essas limitações físicas restringem o potencial produtivo, dificultando a diversificação de cultivos e comprometendo a capacidade das famílias de suprir suas próprias necessidades alimentares.

A pesquisa buscou identificar qual o significado da produção de alimentos para o consumo das famílias, na visão dos entrevistados, conforme ilustra a figura 9. A produção de alimentos para o autoconsumo é percebida de maneira diversa pelos moradores dos polos Custódio Freire e Wilson Pinheiro, refletindo tanto diferenças estruturais entre os lotes quanto práticas culturais e estratégias de subsistência.

Figura 9 - O que significa para sua família produzir alimentos para o autoconsumo?



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Os dados mostram que, para 50% dos moradores do polo Custódio Freire, o principal significado da produção para autoconsumo é a economia de recursos, um indicativo de que essa prática se dá, sobretudo, por necessidade econômica, e não por convicção cultural. Já no polo Wilson Pinheiro, embora esse aspecto também seja relevante (33,33%), há maior diversidade de significados atribuídos, com destaque para alimentação saudável (26,67%) e soberania alimentar (26,67%). Apenas no polo Wilson Pinheiro a produção para autoconsumo foi associada à permanência no território (13,33%), o que sugere uma relação mais forte entre produção, identidade local e continuidade rural.

Essa diferença de percepções pode ser explicada em parte pelas condições estruturais dos lotes. No polo Custódio Freire, as propriedades são menores (apenas 2,5 hectares), contra lotes que variam de 5 a 8 hectares no Wilson Pinheiro. Por consequência, a variedade de cultivos é mais restrita. Isso influencia diretamente tanto na autonomia alimentar quanto na possibilidade de planejar uma produção mais diversa.

Quando perguntados sobre o quanto da alimentação da família provém da produção local, 90,00% dos moradores do Custódio Freire responderam que apenas uma parte (menos da metade) da alimentação é oriunda da própria propriedade,

enquanto esse índice cai para 62,5% no Wilson Pinheiro, indicando uma maior capacidade de suprimento alimentar no segundo polo.

A diversidade de alimentos produzidos para autoconsumo também revela essa diferença de escala. O quadro 4, apresenta todos alimentos que foram citados pelos entrevistados, quando questionados sobre a produção para o autoconsumo. Enquanto no Custódio Freire os moradores relataram cerca de 26 tipos de produtos alimentares, no Wilson Pinheiro foram identificados mais de 45 itens, incluindo hortaliças, frutas, raízes, grãos, proteína animal e até pescados.

Quadro 4 - Alimentos oriundos da propriedade para o consumo da família

Categoria	Custódio Freire	Wilson Pinheiro
Hortaliças	Couve, Cheiro-verde	Couve, Alface, Rúcula, Cebolinha, Cheiro-verde, Pepino, Chicória, Coentro, Tomate, Pimenta de cheiro
Frutas	Banana, Maracujá, Tangerina, Laranja, Limão, Cupuaçu, Graviola, Acerola, Manga, Coco, Cajá, Jaca, Abacate	Banana, Manga, Graviola, Cupuaçu, Acerola, Açaí, Goiaba, Coco, Pocam, Laranja, Jambo, Cacau, Lima, Jabuticaba, Caju, Mamão, Jaca, Biribá, Banana comprida
Proteínas	Ovos, Galinha, Porco	Porco, Galinha, Ovos, Peixe
Grãos, Raízes e Condimentos	Macaxeira, Cana	Macaxeira, Feijão, Milho, Farinha, Goma, Colorau

Fonte: Elaboração própria, 2025.

É necessário detalhar as informações, pois a diversidade produtiva não é uma realidade presente em todas as propriedades. No Polo Custódio Freire, por exemplo, das famílias visitadas, duas relataram que os produtos voltados ao autoconsumo se restringem a hortaliças. Além disso, apenas três propriedades mantinham alguma forma de produção de proteína animal.

No caso do Polo Wilson Pinheiro os alimentos básicos feijão, farinha, goma; as proteínas porco e peixe e as frutas nativas (açaí, biribá, caju, cacau, jambo, jabuticaba), foram mencionados apenas uma vez. Em ambos os polos, parte dos produtos elencados não são cultivados exclusivamente para o autoconsumo, ou seja, compõem também, o conjunto de produtos que são comercializados no mercado.

Ao serem questionados sobre as dificuldades enfrentadas para ampliar a produção voltada ao autoconsumo, os produtores apontaram diversos fatores, entre eles: falta de água, necessidade de manutenção nos açudes, baixa fertilidade do solo, ausência de assistência técnica, tamanho reduzido dos lotes, presença de pragas, além de limitações relacionadas à idade e saúde dos agricultores.

Dentre esses obstáculos, dois merecem destaque. O primeiro é a escassez de água, problema frequentemente apontado pelos moradores como urgente e recorrente. A linha de distribuição da empresa municipal de abastecimento de água passa próxima ao polo, a aproximadamente 1 km, segundo relatos dos moradores. A expansão dessa rede até o polo poderia solucionar, ou ao menos amenizar, os problemas enfrentados pelos produtores em relação à irrigação. Apesar de algumas propriedades possuírem açudes, a falta de manutenção adequada, aliada às estiagens prolongadas, compromete o armazenamento de água. Durante os períodos de seca, o abastecimento é feito por meio de caminhões-pipa fornecidos pela prefeitura. No entanto, esse apoio é insuficiente para atender tanto às necessidades domésticas quanto produtivas. Aqueles que não possuem açudes frequentemente dependem da solidariedade dos vizinhos para obter água em situações críticas.

Outro fator relevante é a baixa fertilidade do solo. Alguns agricultores relataram que, ao iniciar o plantio de determinadas culturas, como a banana, por exemplo, apenas a primeira safra apresenta bons resultados, com queda significativa na produtividade nas safras seguintes.

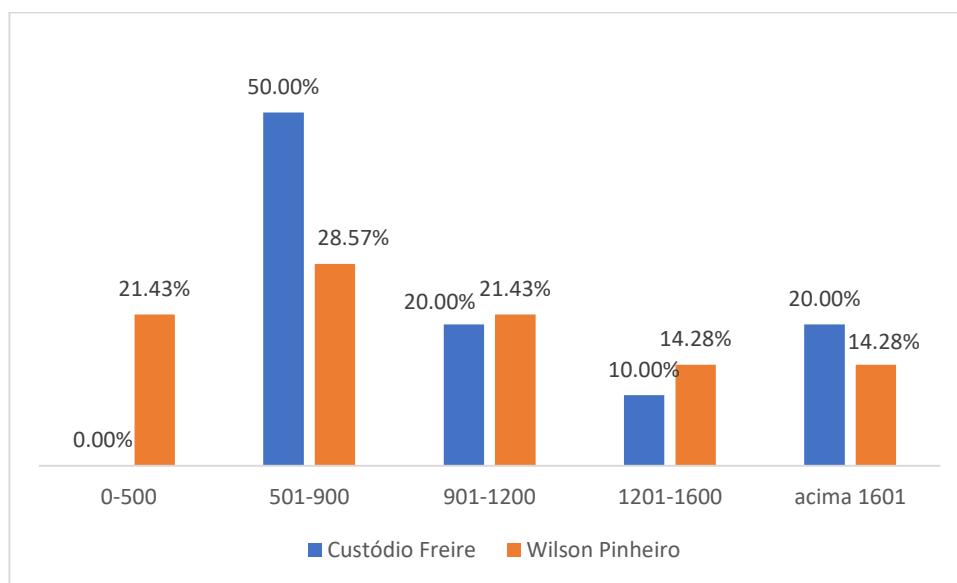
No Polo Wilson Pinheiro, além das dificuldades já mencionadas, surgem outras como a falta de mão de obra, equipamentos e investimentos da prefeitura. A ausência de mão de obra, embora não tenha sido destacada inicialmente, afeta ambos os polos. A produção costuma ser realizada pelos casais chefes de família, cuja faixa etária é elevada, muitos já são aposentados pela previdência rural.

Quanto à escassez de equipamentos e à ausência de investimentos da prefeitura, esses problemas estão interligados. Para muitos produtores, a aquisição de equipamentos e insumos necessários à produção deveria ser viabilizada por meio de políticas públicas e investimentos governamentais, e não levantam a hipótese de buscarem alternativas de forma comunitária.

As dificuldades na produção para o autoconsumo, aumenta a dependência externa de alimentos, conforme ilustra a figura 10. Quando essa produção é

insuficiente, as famílias passam a depender de mercados externos, muitas vezes localizados a longas distâncias, o que implica custos adicionais com transporte e exposição a variações de preços. Além disso, a dependência de fornecedores externos pode comprometer a autonomia alimentar e aumentar a vulnerabilidade das famílias a crises econômicas.

Figura 10 - Gasto mensal com a compra de produtos alimentícios no mercado



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

A produção para o autoconsumo se revela como uma prática estratégica, mas com sentidos distintos entre os dois polos. No Custódio Freire, é marcada por limitações de espaço e foco econômico, o que restringe sua capacidade de gerar soberania alimentar plena. Já no Wilson Pinheiro, com mais área e diversidade produtiva, o autoconsumo fortalece o vínculo com o território e com a ideia de segurança alimentar.

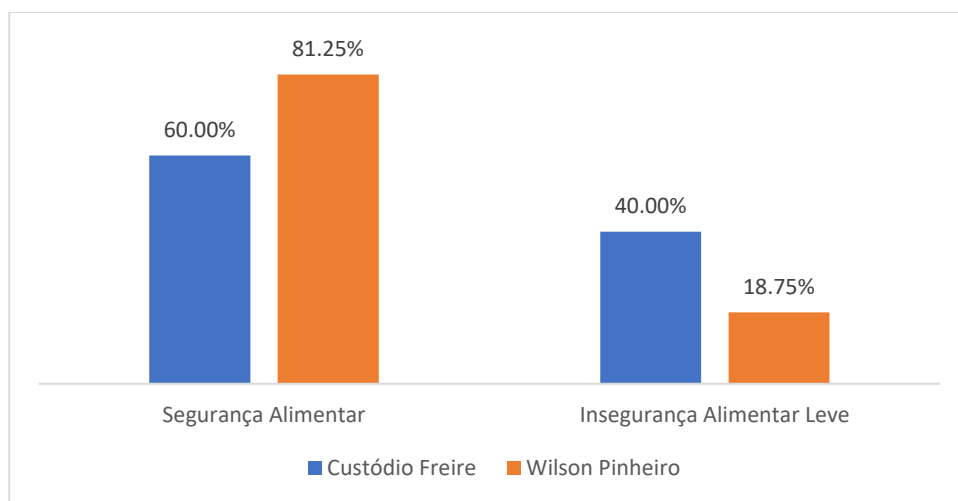
4.4. RELAÇÕES ENTRE A SEGURANÇA ALIMENTAR E A RENDA DAS FAMÍLIAS

A mensuração do nível de segurança e insegurança alimentar das famílias assentadas nos polos foi realizada através da aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). O IBGE começou a usar a EBIA em 2004, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) daquele ano. A metodologia

tem por objetivo obter a percepção das famílias em relação as suas condições de alimentação, o que possibilita a classificação de níveis de (in)segurança alimentar.

Apesar da ampla utilização da EBIA, alguns autores apontam limitações desta metodologia. A análise das questões que compõem a EBIA evidencia que o instrumento está voltado, principalmente, para mensurar a segurança alimentar no sentido de acesso aos alimentos. A ênfase recorrente na falta de recursos financeiros para adquiri-los reflete a realidade brasileira, onde o acesso ocorre predominantemente pela compra. Contudo, a escala não contempla, de forma adequada, sua qualidade nutricional ou às condições sustentáveis de produção (Jesus e Hoffmann, 2024). Apesar da crítica, os autores reafirmam a importância da renda como condicionante fundamental, mas não exclusivo, da insegurança alimentar no Brasil. A Figura 11 apresenta os níveis de insegurança alimentar, observado nos polos agroflorestais, conforme apurado pela EBIA.

Figura 11 - Resultados da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA, em percentual



Fonte: Elaborado pela autora, 2025

Além desses aspectos objetivos, fatores mais subjetivos também podem influenciar os resultados. A percepção do que constitui uma alimentação saudável pode não estar plenamente clara para os entrevistados. Um exemplo disso é o caso de um participante que relatou consumir uma pequena variedade de hortaliças, sem

incluir frutas, e ainda assim afirmou que manteve uma alimentação saudável nos últimos três meses.

É importante destacar que essa percepção limitada sobre alimentação saudável não é exclusiva da população rural. Na cidade de Rio Branco, por exemplo, é comum encontrar pessoas com hábitos alimentares pouco variados e de baixa qualidade nutricional, mesmo quando têm acesso a alimentos adequados, o que pode estar relacionado a uma cultura alimentar enraizada.

A renda é uma das principais variáveis que exercem influência no nível de (in)segurança alimentar das famílias tanto no meio urbano como na área rural. O quadro 5, apresenta os diferentes tipos de rendas, auferidas pelos agricultores no ano de 2024 e o desvio padrão.

Quadro 5 - Valores de renda recebidos anualmente pelas famílias e o respectivo desvio padrão

Tipo de renda	Custódio Freire	Wilson Pinheiro
Renda bruta	521.748,00	444.948,00
Renda bruta Média	52.174,80	278.809,25
Desvio padrão	33.341,27	27.248,22
Trabalho não agrícola	13.250,00	67.632,00
Bolsa família	31.200,00	39.000,00
Aposentadoria	145.728,00	327.888,00

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

A situação econômica do polo Wilson Pinheiro, apresentando a menor renda agrícola média, diverge a infraestrutura encontrada no local. O referido polo possui ramais em melhores condições de conservação e localização privilegiada, pois está a cerca de 13 KM do Ceasa. Também é o único que possui escola pública estadual e transporte público coletivo. O tamanho dos lotes em alguns casos é o dobro da área das propriedades do polo Custódio Freire.

Cabe destacar que para definição da renda não foi levado em consideração os custos de produção que, no meio rural, compreendem insumos, transportes, energia, combustível etc. Mesmo os produtores obtendo baixos rendimentos, a situação deles pode ser considerada positiva, pois muitos estavam desempregados e viviam em áreas de risco antes de mudarem para os polos agroflorestais quando considera-se o nível de renda dos moradores de Rio Branco.

Analisando individualmente os dados dos formulários respondidos pelos produtores é possível identificar bastante discrepância entre a renda de diferentes famílias. O desvio padrão é uma medida de dispersão estatística que permite demonstrar o grau de dispersão de determinado conjunto de dados. Neste sentido, o polo Wilson Pinheiro possui menor desvio padrão, o que demonstra maior homogeneidade no tocante à renda familiar dos produtores, ou seja, os rendimentos de cada família apresentam valores semelhantes ou próximos. Por outro lado, o desvio padrão do polo Custódio Freire indica maior variação entre as rendas recebidas pelos produtores.

Quadro 6 - Relação entre a renda agrícola média mensal e o nível de (in) segurança alimentar

(In) Segurança Alimentar	Renda Agrícola Média Mensal	
	Custódio Freire	Wilson Pinheiro
Segurança alimentar	3.847,66	2.413,62
Insegurança Alimentar Leve	5.722,50	1.900,66

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Neste caso, observa-se que os entrevistados em insegurança alimentar leve apresentam uma renda agrícola média superior à daqueles que estão em condição de segurança alimentar. Esse resultado contraria a expectativa teórica e empírica predominante, segundo a qual maiores níveis de renda proveniente da produção agrícola, tendem a estar associados a melhores condições de segurança alimentar, pois maior renda supõe maior capacidade de acesso a alimentos em quantidade e qualidade adequadas.

Algumas hipóteses podem ser levantadas para explicar esse aparente paradoxo. Uma renda mais alta não garante, por si só, segurança alimentar. Os recursos podem ser direcionados a outros fins (dívidas, insumos, bens de consumo), não refletindo em melhoria da alimentação familiar.

A segurança alimentar inclui o aspecto qualitativo da alimentação. É possível que famílias com renda mais alta consumam alimentos menos saudáveis (industrializados ou com baixa diversidade), levando à percepção (ou realidade) de insegurança alimentar leve.

Por fim, a destinação da produção agrícola pode influenciar esses resultados. É possível que os agricultores com maior renda agrícola estejam mais voltados à produção para comercialização, com menor diversidade de alimentos consumidos no próprio domicílio. Como verificamos no quadro

No polo Wilson Pinheiro, a relação entre renda agrícola e segurança alimentar é mais coerente com o que se espera na literatura: os agricultores em condição de segurança alimentar apresentam uma renda média superior àqueles em insegurança alimentar. Isso pode refletir uma estrutura de produção mais diversificada uma maior integração entre produção agrícola e autoconsumo.

No que tange ao recebimento de benefícios sociais estes programas contribuem para elevação ou complementação da renda familiar. O quadro 7 ilustra como essa variável interfere no nível de (in)segurança alimentar dos produtores.

Quadro 7 - Relação entre os benefícios sociais e o nível de (in) segurança alimentar

Benefício Social	Wilson Pinheiro (Insegurança Alimentar Leve)	Wilson Pinheiro (Segurança Alimentar)	Custódio Freire (Insegurança Alimentar Leve)	Custódio Freire (Segurança Alimentar)
Aposentadoria	100%	56,25%	100%	66,67%
Bolsa Família	33,33%	31,25%	50%	28,57%

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

A comparação entre os polos evidencia que, embora os benefícios sociais estejam presentes em ambos os contextos, seus efeitos sobre a segurança alimentar não são homogêneos. No Polo Custódio Freire, os dados apontam para uma ligação mais positiva entre aposentadoria e segurança alimentar, possivelmente em função de melhor organização produtiva, apoio institucional ou estrutura familiar.

A existência de famílias que recebem benefícios sociais, mas estão em insegurança alimentar pode indicar limitações no valor ou na cobertura dos programas sociais, especialmente em contextos de inflação dos alimentos, aumento do custo de vida, famílias numerosas ou problemas de gestão dos recursos recebidos. Também pode apontar que os benefícios, embora presentes, não são suficientes para garantir acesso a alimentos de forma estável e qualitativa.

4.5 EFEITOS DOS ELEMENTOS DE CAPITAL SOCIAL SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR

A avaliação dos polos agroflorestais Custódio Freire e Wilson Pinheiro evidencia que os elementos de capital social, confiança, redes de informação, cooperação e produção para autoconsumo, influenciam de forma direta as condições de segurança alimentar das famílias assentadas, medida neste estudo a partir da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). Os resultados indicam que a fragilidade ou ausência desses elementos está associada a maiores níveis de insegurança alimentar, enquanto contextos com maior engajamento comunitário apresentam indícios de maior resiliência.

A aplicação da EBIA revelou que a insegurança alimentar está presente em diferentes intensidades nos dois polos. No Polo Custódio Freire, verificou-se que famílias em insegurança alimentar leve apresentaram, em alguns casos, renda agrícola média superior àquelas em segurança alimentar, contrariando a tendência teórica de que maior renda estaria associada a melhor alimentação. Isso sugere que a renda, quando desvinculada de estratégias coletivas e de hábitos alimentares adequados, não garante, por si só, a segurança alimentar. Já no Polo Wilson Pinheiro, a relação observada foi mais coerente com a literatura: famílias em segurança alimentar registraram maior renda agrícola média do que aquelas em insegurança alimentar.

Além da renda, outros fatores subjetivos influenciam o diagnóstico da EBIA, como a percepção limitada sobre o que é uma alimentação saudável, o que pode levar a respostas que não refletem integralmente a qualidade nutricional da dieta.

A baixa confiança interpessoal e institucional observada nos dois polos compromete a organização comunitária e a adesão a ações coletivas voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar. A desconfiança em relação a associações de produtores, somada a problemas de comunicação interna, impede que iniciativas de produção e distribuição de alimentos sejam planejadas e executadas de forma conjunta, limitando o alcance das políticas públicas e a efetividade de projetos de abastecimento.

Embora a televisão e a internet sejam as principais fontes de informação, a utilização dessas ferramentas para acessar políticas públicas e programas de apoio alimentar ainda é restrita. Nos dois polos, há lacunas de inclusão digital e de acesso oportuno à informação, o que reduz a participação das famílias em iniciativas governamentais voltadas à produção e ao abastecimento de alimentos.

A produção para autoconsumo, elemento estratégico para reduzir a dependência de mercados externos e assegurar o fornecimento contínuo de alimentos, apresenta diferenças significativas entre os polos. No Custódio Freire, as limitações de área (2,5 ha), baixa fertilidade do solo e escassez de água comprometem a diversidade de alimentos produzidos, levando 87,5% das famílias a afirmarem que menos da metade de sua alimentação vem da própria propriedade. Já no Wilson Pinheiro, esse percentual é de 62,5%, reflexo de áreas maiores e maior diversidade produtiva.

Essas diferenças se refletem nos indicadores da EBIA: onde a produção para autoconsumo é mais robusta e diversificada, há maior capacidade de suprimento alimentar e menores índices de insegurança alimentar.

A disposição para colaborar em projetos coletivos, especialmente aqueles relacionados à produção e distribuição de alimentos, é mais expressiva no Custódio Freire, onde 100% afirmaram contribuir com trabalho. Essa predisposição pode representar um ponto de partida para políticas participativas de segurança alimentar, desde que acompanhada de fortalecimento institucional e de estratégias que transformem a solidariedade pontual em cooperação estruturada.

Os resultados demonstram que a segurança alimentar nas comunidades estudadas não depende exclusivamente da renda, mas está profundamente vinculada à força do capital social local. A falta de confiança, as falhas de comunicação, a baixa diversificação da produção para autoconsumo e a limitação de redes de cooperação reduzem a autonomia alimentar e mantêm as famílias vulneráveis às oscilações de mercado. Em contrapartida, onde há maior engajamento comunitário e práticas produtivas diversificadas, observam-se condições mais favoráveis para alcançar segurança alimentar, mesmo em contextos de restrição econômica.

Assim, políticas públicas que busquem enfrentar a insegurança alimentar nos polos devem priorizar o fortalecimento do capital social, integrando estratégias de cooperação comunitária, ampliação do acesso à informação, incentivo à produção diversificada para autoconsumo e estímulo à participação em associações representativas, de modo a ampliar tanto a disponibilidade quanto a estabilidade no acesso a alimentos adequados e saudáveis.

4.6. ANÁLISE DOS DADOS SOB A PERSPECTIVA TEÓRICA

Com base na leitura das respostas obtidas por meio de questionários aplicados aos moradores, foram organizadas três frentes analíticas. A primeira trata da confiança interpessoal e institucional, revelando um predomínio de posturas defensivas e uma cultura cívica fragilizada; a segunda foca nas redes de vizinhança e nos mecanismos cotidianos de ajuda e reconhecimento mútuo, indicando vínculos frágeis e interação esporádica; e a terceira, mais centrada na dimensão econômica e organizativa, examina como o capital social se articula (ou se interrompe) na tentativa de mobilizações coletivas e projetos de desenvolvimento local.

4.6.1 Confiança, normas sociais e participação cívica

A confiança interpessoal é apontada como um elemento decisivo para o florescimento do capital social em uma comunidade. Em diversas respostas analisadas nos questionários predomina a percepção de que “nunca é demais ter cuidado ao lidar com as pessoas”, demonstrando uma visão precavida e defensiva em relação ao outro. Esse tipo de formulação discursiva não apenas expressa uma percepção individual, mas funciona como uma regra de conduta socialmente validada. Como explica Bourdieu (1980), os agentes sociais internalizam tais normas ao longo de suas trajetórias e passam a reproduzi-las automaticamente. Desfazer essa lógica exige mais do que boa vontade: é preciso transformar as condições sociais que a sustentam.

Ocorre que segundo Francis Fukuyama (1995), esse tipo de desconfiança sinaliza que a sociedade tende a operar com base em laços fechados e relações de confiança restrita, como entre familiares e amigos próximos. O capital social, nestas circunstâncias, torna-se limitado ao seu nível mais básico, dificultando a construção de redes amplas de cooperação e obstruindo a capacidade coletiva de realizar ações comunitárias em larga escala. A lógica da suspeita, quando naturalizada, compromete o potencial de uma coletividade para superar desafios compartilhados.

Essa desconfiança estruturada nas relações interpessoais remete ao conceito de *habitus*, formulado por Pierre Bourdieu (1980), como um conjunto de disposições internalizadas ao longo da trajetória social dos indivíduos. Quando os moradores revelam que preferem manter a cautela diante dos outros, o que está em jogo não é apenas uma experiência individual, mas sim um traço social sedimentado em

contextos de desproteção, ausência do Estado ou conflitos interpessoais recorrentes.

O *habitus* da desconfiança não surge do nada: ele é produto de relações históricas marcadas por assimetrias e decepções, em que a cooperação foi inviabilizada ou traída. Assim, não se trata apenas de uma questão de falta de proximidade emocional, mas de uma estrutura relacional desigual que relega a confiança a uma posição de risco (Bourdieu, 1980).

A participação comunitária, como outro pilar do capital social, também se mostra fragilizada. Quando indagados se participaram de alguma atividade em benefício coletivo nos últimos doze meses, a maioria dos respondentes assinala “não”. A ausência dessa participação, conforme Putnam (1993), é um forte indicativo da erosão das redes cívicas, aquelas instâncias associativas que fomentam valores de reciprocidade, solidariedade e responsabilidade pública. A falta de engajamento revela uma sociedade civil pouco mobilizada, onde o senso de pertencimento é diluído, e a ação coletiva perde força. A inação comunitária pode ser tanto causa quanto consequência de uma cultura de desconfiança: quem não confia, não se associa; quem não se associa, permanece isolado.

O distanciamento dos moradores em relação às formas de participação coletiva também encontra explicação no pensamento de James Coleman (1990), para quem o capital social se efetiva na medida em que existem normas sociais e instituições que incentivam e sustentam a cooperação. A falta de atividade comunitária, nesse sentido, revela um ambiente onde tais normas são fracas ou inexistem, e onde as instituições não exercem um papel catalisador da solidariedade. Se ninguém convoca, estrutura ou valoriza o engajamento cívico, ele simplesmente não acontece. Assim, a ausência de mobilização não é um fenômeno meramente espontâneo, mas indicativo da carência de lideranças locais, espaços de encontro e políticas públicas voltadas à promoção da participação.

A predominância de respostas que indicam cautela, isolamento e inação revela um cenário no qual a confiança não é cultivada como um bem público, mas tratada como um risco individual. Isso compromete, de forma direta, a qualidade das relações sociais e o próprio potencial de desenvolvimento local. Fukuyama (2001) adverte que, em sociedades de baixa confiança, os custos de transação são elevados: cada negociação, cada cooperação, exige maior vigilância, mais

garantias, mais tempo e energia para acontecer. Essa sobrecarga inibe a inovação, o empreendedorismo e a solidariedade comunitária.

Embora um ou outro respondente tenha afirmado que “pode-se confiar nas pessoas”, essa minoria confirma a regra geral: a confiança cívica, aquela que ultrapassa os círculos familiares e abrange a coletividade, é uma exceção. Putnam (2000) chama atenção para esse fenômeno ao diferenciar dois tipos de capital social: o *bonding social capital*, que fortalece laços homogêneos (entre parentes e amigos íntimos), e o *bridging social capital*, que conecta diferentes grupos sociais e amplia as possibilidades de ação coletiva. O que se observa aqui é uma predominância do primeiro tipo em detrimento do segundo, limitando a capacidade da comunidade de se articular de maneira mais plural e estratégica.

A análise mostra ainda que não apenas há desconfiança interpessoal, como também desconfiança em relação às instituições. Segundo Putnam (1993), a confiança nas instituições é fundamental para o bom funcionamento da democracia e da gestão pública, pois influencia diretamente a disposição dos cidadãos a colaborar com políticas públicas e a se engajar em causas coletivas. Quando essas instituições perdem legitimidade ou permanecem ausentes, o capital social se retrai, e os indivíduos tendem a se refugiar em soluções privadas.

A não participação em atividades comunitárias pode também ser compreendida como um sintoma da desigualdade na distribuição do capital social, conforme advertido por Bourdieu (1997). Quando determinados grupos sociais acumulam redes de poder e acesso a recursos, os demais acabam sendo excluídos desses circuitos e passam a experimentar a vida comunitária como uma sucessão de portas fechadas. O sentimento de que “não adianta participar porque nada muda” é frequente em contextos em que as elites locais monopolizam os espaços de decisão. Isso gera apatia e descrença na eficácia da ação coletiva.

De acordo com Coleman (1988), normas de cooperação só se enraízam se houver relações estáveis e frequentes entre os membros da comunidade. No entanto, as respostas indicam que essas relações são frágeis e descontínuas, o que compromete a formação de obrigações mútuas e expectativas de reciprocidade. Onde os laços sociais são tênues, as normas sociais não encontram solo fértil para crescer. Assim, o que se constata não é apenas a ausência de participação, mas a inexistência de um ambiente normativo que sustente a cooperação.

As entrevistas revelam um contexto social profundamente marcado pela retração do engajamento cívico e pela desconfiança generalizada, o que compromete a formação de redes colaborativas e a emergência de sujeitos coletivos engajados. A ausência de participação comunitária e a visão precavida expressa em frases como “nunca é demais ter cuidado” indicam, conforme Fukuyama (2001), um ambiente de confiança restrita que impede a circulação ampliada de capital social. Além disso, como adverte Bourdieu (1997), quando o capital social é apropriado de forma privada e seletiva, perpetuam-se desigualdades no acesso a recursos e oportunidades.

4.6.2 Redes de relacionamento e acesso a recursos

As redes de relacionamento interpessoal, especialmente entre vizinhos, desempenham papel decisivo na constituição do capital social, conforme conceituado por Pierre Bourdieu (1986), para quem tais redes representam um recurso mobilizável, tanto material quanto simbólico, em prol da coletividade. Nos questionários, essa dimensão do capital social aparece de forma ambivalente: se por um lado há quem descreva a convivência com os vizinhos como “boa” ou “amigável”, por outro surgem respostas como “não existe” ou “sem resposta”, sinalizando uma descontinuidade significativa na experiência de vizinhança.

A ausência de reciprocidade indica uma fragilidade nos vínculos sociais e pode ser lida, à luz da teoria bourdieusiana (Bourdieu, 1986), como reflexo de desigualdades mais amplas na apropriação dos espaços comuns de interação, sugerindo que, para alguns moradores, o território não configura uma comunidade, mas apenas um espaço contíguo de habitação.

A ausência de interações consistentes entre os vizinhos também se manifesta nos momentos em que os entrevistados são instados a descrever situações de cooperação. Quando respondem “problemas de saúde”, “problemas de alimentação” “nenhum” há o reconhecimento, ainda que parcial, de que a solidariedade entre moradores se expressa apenas em ocasiões extremas, e mesmo assim não se apresenta como regra geral. Para Coleman (1988), as redes sociais bem estabelecidas geram obrigações mútuas e expectativas de ajuda recíproca, reduzindo os custos de transação social.

No entanto, a análise dos dados indica que essas obrigações são esporádicas e não se articulam em um padrão de previsibilidade e constância, o que impede que os laços se convertam em capital social durável. Há, portanto, uma precariedade das estruturas sociais que sustentariam práticas cooperativas cotidianas, que, sem continuidade e mediação institucional, tornam-se frágeis e insuficientes.

A cooperação entre os moradores aparece, em algumas falas, como algo pontual e condicionado a fatores externos. A resposta “eventos datas festivas” como momento de proximidade entre vizinhos revela que as relações de vizinhança tendem a se constituir apenas em ocasiões esporádicas, muitas vezes marcadas por rituais sociais que não implicam necessariamente em construção de redes de ajuda mútua.

Essa ausência de uma rotina de cooperação reforça o diagnóstico de Putnam (2000) sobre o declínio das formas de capital social baseadas na vida associativa tradicional. Quando a interação depende de festividades ou de fatores circunstanciais, e não de redes organizadas e contínuas, perde-se o potencial de construção de vínculos duradouros, necessários para fomentar a coesão social e a confiança horizontal.

Essa fragilidade das redes de relacionamento se estende à percepção sobre os momentos em que os moradores poderiam contar com o apoio dos vizinhos. Quando os respondentes dizem que poderiam contar “em problemas de saúde”, revela-se uma estrutura de apoio que não está claramente estabelecida. Isso contradiz diretamente a premissa de Fukuyama (2001), segundo a qual o capital social depende da concretização de normas informais em relações reais de cooperação. Quando a possibilidade de ajuda é vaga, incerta ou restrita a situações limite, isso indica um déficit de capital social útil, isto é, aquele que pode ser acionado como um recurso em situações práticas do cotidiano. A existência de redes latentes, que não se convertem em ação efetiva, evidencia que o reconhecimento mútuo necessário à cooperação ainda não se consolidou de forma significativa entre os moradores.

Também é possível observar, a partir das respostas, que os desafios para melhorar a convivência e a cooperação entre vizinhos são percebidos como estruturais. A menção à necessidade de “espaços de lazer” para fomentar a convivência é bastante significativa, pois aponta para a importância do ambiente físico como facilitador das relações sociais. Como afirma Bourdieu (1997), o espaço

social está profundamente entrelaçado com o espaço físico, e a ausência de locais apropriados para encontros dificulta a reprodução de laços sociais. A falta de infraestrutura, portanto, não apenas limita o bem-estar físico dos moradores, mas também impede o florescimento de uma cultura de convivência e solidariedade.

A análise também revela o papel marginal das instituições formais na mediação das relações entre vizinhos. Embora alguns moradores tenham indicado participação em “reuniões da associação”, a frequência dessas ações parece baixa e mal distribuída. Conforme Coleman (1990), instituições como associações de bairro, sindicatos e cooperativas são fundamentais para a consolidação das redes de confiança e reciprocidade. Quando essas instituições estão enfraquecidas, como sugerem os dados, a regulação das relações sociais tende a se basear em vínculos informais desestruturados, o que compromete sua eficácia coletiva. Isso coloca em evidência a necessidade de investir na revitalização institucional como estratégia para reconstruir o tecido social da vizinhança.

A convivência entre vizinhos, quando marcada por ausência de práticas compartilhadas, tende a alimentar um ciclo de isolamento. A falta de eventos, de lugares de encontro e de projetos coletivos colabora para que cada morador se mantenha preso à sua unidade doméstica, sem vínculos efetivos com os que o cercam. Isso é problemático não apenas do ponto de vista da coesão social, mas também do ponto de vista da resiliência comunitária. Como alerta Putnam (1993), comunidades com redes frágeis e com baixa densidade associativa são menos capazes de reagir a crises, de articular demandas comuns e de pressionar por melhorias estruturais. A falta de integração, portanto, representa não apenas uma limitação no plano das relações interpessoais, mas um obstáculo concreto ao desenvolvimento local sustentável.

As respostas que sugerem inexistência de convivência entre os moradores devem ser interpretadas também como reflexo de desigualdades internas à própria comunidade. Bourdieu (1997) explica que o capital social pode ser monopolizado por segmentos que detêm maior poder simbólico e econômico, o que exclui os demais da possibilidade de acessar os benefícios das redes sociais. Quando moradores dizem que “não existe” convivência ou cooperação, pode estar implícita a percepção de que não são reconhecidos como membros legítimos da coletividade, o que reduz suas chances de integração. A produção do isolamento, portanto, não é apenas um

fenômeno passivo, mas pode ser produto de estratégias de exclusão simbólica operadas dentro do próprio campo social da comunidade.

4.6.3 Capital social e desenvolvimento local

A mobilização coletiva para resolver problemas estruturais na comunidade é uma das manifestações mais visíveis do capital social em ação. Quando uma moradora afirma que houve uma “manifestação para solicitar abastecimento de água”, evidencia-se um momento de articulação coletiva em torno de uma necessidade comum. Segundo Bourdieu (1986), o capital social se realiza na capacidade dos grupos de mobilizar seus vínculos em favor de interesses compartilhados. Essa resposta indica a ativação de uma rede relacional que, mesmo que episódica, possui densidade suficiente para gerar efeitos políticos. No entanto, o fato de essas ações serem relatadas como eventos isolados e não como práticas recorrentes sugere que o capital social disponível ainda não se transformou em uma estrutura social permanente.

Outro participante menciona a “solicitação de pavimentação do ramal” como exemplo de ação coletiva, o que amplia a compreensão de que os moradores identificam problemas locais e, em certas ocasiões, tentam enfrentá-los por meio da ação conjunta. Para Putnam (1993), o desempenho institucional de uma comunidade está diretamente relacionado à densidade de suas redes cívicas. Ainda que as ações relatadas demonstrem uma capacidade de articulação mínima, sua esporadicidade e a ausência de uma institucionalização dos canais de participação revelam uma fragilidade das estruturas que deveriam sustentar a cooperação em médio e longo prazo. Em outras palavras, há mobilização, mas não há continuidade, o que compromete a efetividade do capital social como ferramenta de desenvolvimento.

A resposta “arraial para comprar material de construção para igreja” mostra um exemplo de solidariedade associada à fé, um tipo de mobilização comum em contextos rurais onde as instituições religiosas ainda funcionam como núcleos comunitários. Fukuyama (2001) afirma que normas informais, como as que se estabelecem em torno da religião, podem se converter em capital social quando promovem cooperação para objetivos comuns. Nesse caso, a igreja serve como mediadora simbólica e prática da ação coletiva. Entretanto, a vinculação do

engajamento apenas a causas religiosas pode também restringir a amplitude da cooperação, limitando-a a contextos devocionais, e não necessariamente estruturando mecanismos duráveis de participação cívica ou política.

A ausência de ações coletivas contínuas é reforçada por outra resposta: “há muito tempo”, dita por uma participante ao ser questionada sobre a última vez que houve mobilização para resolver problemas na comunidade. Esse intervalo temporal denuncia a erosão das práticas coletivas e corrobora o diagnóstico de Putnam (2000) sobre o enfraquecimento das instituições intermediárias e da cultura cívica. A intermitência da ação coletiva reduz a capacidade da comunidade de se organizar de maneira proativa frente às adversidades, convertendo o capital social em uma memória social esporádica, e não em um recurso disponível para o presente. O tempo entre uma mobilização e outra é um indicador da distância entre a percepção do problema e a capacidade de resposta comunitária.

Quando se pergunta se os moradores poderiam realizar atividades coletivas na produção e comercialização, uma das respostas foi “Sim, com apoio da prefeitura”. Essa condição revela uma dependência da mediação institucional externa para a efetivação da cooperação econômica local. Para Coleman (1990), o capital social precisa ser reforçado por instituições que atuem como garantidoras da confiança e do compromisso entre os atores. A ausência de uma estrutura autônoma de apoio mútuo torna a comunidade vulnerável à oscilação das políticas públicas e à presença ou ausência do Estado. Isso demonstra que, embora exista uma percepção positiva quanto à possibilidade de organização, falta o arcabouço institucional interno que transforme essa possibilidade em realidade concreta.

Uma outra resposta indica que os moradores poderiam se organizar para produzir e comercializar “se tivesse carro próprio”. Essa fala evidencia uma limitação material que impede a ativação do capital social em seu aspecto econômico. Para Bourdieu (1997), o capital social interage com o capital econômico e com o capital cultural, e sua eficácia depende do equilíbrio entre essas dimensões. A ausência de infraestrutura, neste caso, meios de transporte, representa um bloqueio que transcende a vontade coletiva e expõe a vulnerabilidade estrutural da comunidade. Assim, mesmo onde há disposição para agir coletivamente, a escassez de meios concretos reduz a potência do capital social como vetor de desenvolvimento local.

“Na cooperativa é possível” e “sim, na cooperativa” são respostas que revelam a percepção de que há espaço institucional onde a ação coletiva pode se

realizar. Isso confirma a tese de Coleman (1988), para quem estruturas formais como cooperativas funcionam como repositórios e catalisadores de capital social. No entanto, o fato de a cooperativa aparecer como exceção e não como regra indica que o acesso a esse tipo de rede produtiva é limitado a determinados segmentos ou grupos. O capital social, nesses termos, permanece concentrado, o que Bourdieu (1997) considera como uma forma de monopolização simbólica dos recursos relacionais, dificultando o acesso equitativo de todos os moradores às oportunidades de desenvolvimento.

Os agricultores foram questionados se acreditavam na possibilidade de desenvolverem atividades coletivas na produção e comercialização, a maioria respondeu “seria bom”, sem afirmar diretamente a viabilidade da ação coletiva demonstra a existência de um desejo difuso de cooperação, mas também a falta de clareza sobre os caminhos institucionais e organizativos para que isso aconteça. Putnam (2000) argumenta que, em comunidades com baixo capital social, prevalecem expressões de vontade desarticuladas, que não encontram eco em estruturas concretas de mobilização. Essa lacuna entre desejo e prática revela a necessidade de iniciativas que promovam formação política, capacitação organizativa e desenvolvimento de lideranças locais que possam articular essas aspirações em planos de ação coletivos.

A tese apresentou um avanço teórico, porque o texto não se limita a apresentar apenas uma definição de capital social, mas sim sistematiza diferentes abordagens teóricas, Bourdieu, Putnam, Fukuyama, Coleman e Granovetter, mostrando como cada autor contribuiu para a consolidação e ampliação do conceito em diferentes contextos. Além disso, foi realizada uma articulação dessas diferentes tradições de pensamento, com o conceito de capital social ao desenvolvimento local e ao território.

O estudo analisou como elementos de capital social, confiança, redes de informação, cooperação e produção para autoconsumo, influenciam a segurança alimentar das famílias, medida pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). A renda agrícola sozinha não garante segurança alimentar, por exemplo, no Polo Custódio Freire, famílias com maior renda ainda estavam em condição de insegurança leve. Fatores subjetivos, como desconhecimento sobre o que é uma alimentação saudável, podem distorcer a percepção da segurança alimentar.

A baixa confiança interpessoal e institucional prejudica ações coletivas e políticas públicas. A cooperação comunitária existe, mas é pontual, necessitando de fortalecimento institucional.

Percebe-se que a produção para autoconsumo é estratégica, mas limitada por fatores como a fertilidade do solo no polo Custódio Freire, ou maior diversidade no Wilson Pinheiro. Diante das dificuldades de diversificação da produção, principalmente no polo Custódio Freire, a criação de um sistema de produção e mercado solidário, surge como uma alternativa para o fortalecimento do autoconsumo.

A organização de produção de culturas diferentes em cada lote, com destinação para trocas de alimentos os vizinhos, poderia reduzir a dependência de compras no mercado, um gasto que compromete parte da renda agrícola, que poderia estar sendo destinada para melhorias no processo produtivo.

A questão norteadora desta pesquisa buscou compreender quais os efeitos dos elementos de capital social sobre a insegurança alimentar nos Polos Custódio Freire e Wilson Pinheiro. Os resultados obtidos evidenciam que o capital social exerce influência direta e indireta sobre a segurança alimentar das famílias assentadas. Dimensões como confiança, solidariedade e redes de apoio mostraram-se fundamentais na construção de estratégias coletivas para enfrentamento das dificuldades, sobretudo em situações de vulnerabilidade. Nos contextos em que essas dimensões estavam mais presentes, observou-se maior capacidade das famílias em articular trocas de alimentos, dividir recursos e acessar informações úteis para a produção e o consumo.

Por outro lado, a fragilidade na cooperação, na ação coletiva e na articulação organizacional foi identificada como um fator que limita a eficácia das iniciativas locais. A ausência de redes mais consolidadas e a baixa participação em organizações comunitárias restringem o potencial das famílias em acessar políticas públicas, reduzir custos de produção e enfrentar de forma integrada os desafios da insegurança alimentar. Dessa forma, o capital social, quando ausente ou fragilizado, contribui para ampliar a vulnerabilidade social e alimentar dos assentados.

Diante disso, a hipótese levantada na pesquisa de que a ausência de elementos de capital social contribui para a condição de insegurança alimentar das famílias, mostrou-se correta em grande medida. Os achados confirmam que as famílias em situação de insegurança alimentar tendem a apresentar menor

participação em redes, menor nível de confiança e reduzida cooperação entre vizinhos e organizações locais. No entanto, é importante destacar que, embora o capital social seja um fator determinante, ele não atua isoladamente: questões estruturais como renda, políticas públicas insuficientes, limitações de infraestrutura e acesso desigual a recursos produtivos também se configuram como condicionantes relevantes.

Assim, conclui-se que o fortalecimento do capital social representa um caminho estratégico para reduzir a insegurança alimentar nos polos estudados, desde que articulado a políticas públicas consistentes e a iniciativas capazes de integrar atores locais, instituições governamentais e organizações da sociedade civil.

Conclui-se que o capital social nos polos é frágil e desigual, com baixa confiança, redes descontínuas e pouca institucionalização da cooperação. A segurança alimentar depende não só de renda, mas de capital social robusto (confiança, redes de cooperação, acesso à informação e produção diversificada). Políticas públicas devem priorizar esses elementos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa analisou os efeitos dos elementos de capital social sobre a segurança alimentar dos agricultores familiares dos polos agroflorestais Custódio Freire e Wilson Pinheiro, permitindo estabelecer relações diretas entre a qualidade das redes sociais, a confiança comunitária e a capacidade de garantir acesso contínuo e adequado aos alimentos.

No que diz respeito ao capital social, os dados demonstram que suas dimensões, confiança, cooperação, participação, comunicação e redes de apoio, encontram-se debilitadas nas comunidades analisadas. A maioria das respostas indica uma postura de desconfiança, cautela e afastamento das iniciativas comunitárias, expressando um ambiente onde a interação social está restrita a vínculos primários (como parentes e vizinhos mais próximos) e onde a lógica da autopreservação predomina sobre a solidariedade ampliada. Esse padrão de relacionamento, como apontado por autores como Fukuyama, Bourdieu, Putnam e Coleman, compromete a formação de um capital social sólido, capaz de sustentar práticas cooperativas e engajamento cívico.

A dimensão associativa, que compreende grupos, organizações locais e formas de ação coletiva, também se mostrou frágil. A participação em associações é muitas vezes percebida com ceticismo pelos moradores, sugerindo que as instituições locais carecem de legitimidade, presença constante e capacidade de articulação. As redes de vizinhança, que poderiam funcionar como canais de ajuda mútua e troca de informações, são descritas como circunstanciais e, muitas vezes, inexistentes. Tal cenário impacta negativamente a capacidade das famílias de enfrentar situações de insegurança alimentar, pois reduz as possibilidades de troca, cooperação e mobilização para defesa de interesses comuns.

Entretanto, a pesquisa também identificou potencialidades e desejos de mudança. A menção a iniciativas pontuais de mobilização, como a reivindicação de abastecimento de água ou melhorias no ramal, demonstra que existe uma memória de cooperação que pode ser reativada. A presença das igrejas e associações e de uma cooperativa no polo Wilson Pinheiro, sugere que ainda há espaços institucionais passíveis de fortalecimento. As falas que expressam a vontade de agir coletivamente, ainda que condicionadas à presença do Estado ou de infraestrutura

mínima, indicam que o capital social não está ausente, mas encontra-se subutilizado na comunidade.

Os resultados confirmam a hipótese de que a ausência ou fragilidade dos elementos de capital social contribui para a insegurança alimentar das famílias assentadas. Constatou-se que, embora haja algum grau de organização e participação em associações, predominam relações frágeis de confiança, baixa cooperação produtiva e limitada circulação de informações estratégicas. Esses fatores reduzem a capacidade das comunidades de mobilizar recursos, acessar políticas públicas e ampliar a produção para autoconsumo e comercialização.

Além disso, observou-se que a população dos polos agroflorestais é marcadamente envelhecida, com significativa presença de aposentados rurais. Essa característica, embora assegure uma fonte estável de renda para parte das famílias, também pode reduzir a motivação para mudanças nas práticas produtivas e na participação comunitária, uma vez que muitos moradores não veem necessidade ou vantagem em se engajar em processos de inovação ou cooperação coletiva.

Esse perfil etário reforça a importância de políticas públicas que incentivem a participação intergeracional, promovendo o envolvimento de jovens nas atividades produtivas e organizacionais, seja por meio de programas de sucessão rural, capacitações específicas ou criação de oportunidades econômicas atrativas. Somente com a renovação e ampliação da base ativa da comunidade será possível consolidar redes de confiança e cooperação capazes de sustentar mudanças estruturais e o fortalecimento da segurança alimentar.

Verificou-se que o capital social apresenta lacunas em todas as dimensões investigadas, com destaque para a fragilidade das redes formais e informais de apoio. Os principais desafios para a formação do capital social incluem: baixos níveis de confiança interpessoal e institucional; ausência de interações consistentes entre vizinhos; solidariedade apenas em situações extremas e a necessidade de mediação institucional externa.

Isso implica a necessidade de repensar os modelos de intervenção institucional. É preciso investir também na formação social e política das comunidades, promovendo espaços de escuta, capacitação e reconhecimento das práticas locais. O resgate do sentimento de pertencimento comunitário, a criação de espaços públicos de convivência e o apoio técnico e organizacional às cooperativas e associações já existentes são passos essenciais para transformar o potencial do

capital social em uma ferramenta eficaz de superação das vulnerabilidades alimentares.

Ações estruturais devem ser combinadas com ações formativas, para que haja mudanças duradouras no tecido social e produtivo. Assim, o fortalecimento do capital social deve ser entendido como uma ação coordenada entre o poder público, organizações da sociedade civil e as próprias comunidades. Cabe ao poder público municipal e estadual: garantir infraestrutura adequada (estradas, transporte, energia, internet) para facilitar a integração produtiva; oferecer assistência técnica continuada voltada para práticas cooperativas e de gestão associativa.

Às associações de produtores e cooperativas cabe investir na formação interna para gestão democrática, transparência e partilha de informações, fortalecendo a confiança entre membros. Já as instituições de ensino, pesquisa e extensão rural podem contribuir com capacitação técnica e social, aproximando o conhecimento acadêmico das demandas reais dos agricultores.

Na prática, o investimento na formação de capital social envolve desde cursos de capacitação e oficinas de cooperação, passando por apoio à formalização e fortalecimento de organizações comunitárias, até a criação de redes de comercialização coletiva que integrem produtores aos mercados institucionais e privados.

Conclui-se que, para reduzir a insegurança alimentar nos polos agroflorestais e promover o desenvolvimento territorial sustentável, é indispensável uma estratégia integrada que una a melhoria da infraestrutura e da produção a um robusto programa de fortalecimento das relações sociais, confiança e cooperação. Essa combinação é a base para que as famílias assentadas não apenas superem vulnerabilidades imediatas, mas também construam autonomia econômica e social de forma duradoura.

REFERÊNCIAS

ACRE. Secretaria de Meio Ambiente. **Aspectos socioeconômicos:** população e as condições de vida, infraestrutura e a economia do Acre/Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre. Rio Branco: SEMA, 2011.

ALMEIDA, C. S. **Organismos geneticamente modificados e atores diretamente impactados:** Como agricultores brasileiros avaliam os cultivos transgênicos? 342f. Tese (Doutorado). Programa Educação, Gestão e Difusão em Biociências, Instituto de Bioquímica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

ALMEIDA, L. M. M. C. **Estrutura de governança e gestão das redes e programas de segurança alimentar:** análise comparativa entre municípios paulistas. 220f. Relatório técnico-científico (Pós-Doutorado). Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2008.

ALMEIDA, F. B.; ALMEIDA, L. M. M. C.; FERRANTE, V. L. S. B. Avaliação do Programa Bolsa Família na segurança alimentar das famílias rurais do município de Rio Verde, GO: efeitos, entraves e diferenciações. **Interações**, Campo Grande, v. 16, n. 2, p. 277-287, jul./dez. 2015.

ALMEIDA, L. M. M. C.; PAULILLO, L. F. FERRANTE, V. L. S. B. Segurança Alimentar e Consórcios de Produtores Rurais: Possibilidades de Formação de Redes de Capital Social no Território Citrícola Paulista. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 37, n. 3, p. 398-421, jul-set. 2006.

AMARAL, A. **Em 52 anos de monitoramento, Rio Branco registro mais de 40 enchentes.** 01/04/2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2023/04/01/em-52-anos-de-monitoramento-rio-branco-registrou-mais-de-40-enchentes.ghtml>>. Acesso em: 21 de ago. de 2023.

ARANHA, A. V. Fome Zero: um projeto transformado em estratégia de governo. In: SILVA, J. G.; DEL GROSSI, M. E; FRANÇA, C. G. (orgs.). **Fome Zero:** A experiência brasileira. Brasília: MDA, 2010.

ARANHA, A. V. CONSEA: espaço público de participação social. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 1-10, 2010.

ARAÚJO, M. C. S. **Capital Social.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

ARRUDA, T. P. **Avaliação da Segurança Alimentar e Nutricional de agricultores familiares do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Santa Helena de São Carlos/SP.** Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente. Universidade de Araraquara. Araraquara, 2017.

ASPF. Análise Socioeconômica dos Sistemas Básicos de Produção Familiar Rural do Estado do Acre. **Diagnóstico social, produtivo e econômico do cinturão verde de Rio Branco-AC.** Relatório de pesquisa. Rio Branco, 2016.

BEGHIN. N. **O combate à Fome de Vargas a Bolsonaro**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. IPEA, 2022.

BELIK, W. Políticas públicas e segurança alimentar no Brasil: avanços e retrocessos. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 99, p. 185-204, 2020.

BENTO. V. R. S. **Expansão urbana e segregação socioespacial em Rio Branco - Acre** Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação de Geografia da Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2017.

BOURDIEU, P. **Les trois états du capital culture**. Actes de la recherche en sciences sociales, Paris, n. 30, nov. p. 3-6, 1979.

BOURDIEU, P. **O senso prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BOURDIEU, P. The Forms of Capital. In: RICHARDSON, John G. (Ed.). **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**. New York: Greenwood, 1986.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1997.

BOURDIEU, P. (1985) '**O capital social** – notas provisórias'. In: Nogueira, M. A. e A. Catani (orgs.) Pierre Bourdieu: escritos de educação. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

BOVO, C. R. A contribuição da teoria da rede social, de Mark Granovetter, para a compreensão do funcionamento dos mercados e a atuação das empresas. **Pensamento & Realidade**, v. 29, n. 3, 2015.

BRANCO, G. **Análise do programa territórios da cidadania do Agreste Meridional de Pernambuco: capital social e o processo de mobilização para repasses de recursos**. Dissertação de Mestrado em Administração Rural. Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2014.

BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas, Editora da UNICAMP, 2007.

BRITO F.R.S.S, BAPTISTA T.W.F. Sentidos e usos da fome no debate político brasileiro: recorrência e atualidade. Rio de Janeiro: **Cadernos de Saúde Pública**, 2021.

BUAINAIN, A. M.; GARCIA, J. R.; VIEIRA, P. A. O desafio alimentar no século XXI. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 498-522, 2016.

CARDIA, L. M. **Cumprindo trajetos, refletindo sobre a memória**: colonos e seringueiros migrantes em Rio Branco, Acre – uma abordagem antropológica. Rio Branco: Edufac, 2010.

CAZELLA, A. A. As bases sociopolíticas do desenvolvimento territorial: uma análise a partir da experiência francesa. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 1, p. 5-27, jan./abr./2008.

COLEMAN, J. S. **Social capital in the creation of human capital**. American Journal of Sociology, v. 94, p. S95-S120, 1988.

COLEMAN, J. S. **Foundations of Social Theory**. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

CORRÊA, V. P. **Desenvolvimento territorial e a implantação de políticas públicas brasileiras vinculadas a esta perspectiva. regional, urbano e ambiental**. IPEA, 2009.

DALLABRIDA, V. R. **Território, governança e desenvolvimento territorial: indicativos teórico – metodológicos, tendo a Indicação Geográfica como referência**. São Paulo: Liberars, 2016.

DEGRANDI, S. **Capital social e desenvolvimento territorial endógeno: desafios e perspectivas para a criação de um geoparque em Caçapava do Sul, RS (Brasil)**. Tese de doutorado em geografia e geociências. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2018.

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FAO. **Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Ação da Cimeira Mundial da Alimentação**. Roma, 1996. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/003/w3613p/w3613p00.htm>>. Acesso em: 27 nov. 2024.

FAO. Food and Agriculture Organization. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2025 (SOFI 2025)**. Rome: FAO, 2025.

FRANKE, I. L. *et al.* Pólos Agroflorestais: Reforma Agrária sustentável no Estado do Acre. **Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**. Ribeirão Preto, 24 a 27 de julho de 2005.

FUKUYAMA, F. **Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

FUKUYAMA, F. Social Capital and Civil Society. **International Monetary Fund**, 2000.

JESUS, J. G.; HOFFMANN, R. Insegurança alimentar no Brasil e relação com a pobreza e outros condicionantes, 2004 a 2023. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 31, 2024.

GOMIDE, A.; MORAIS, M.; MELLO, J. Desmonte de políticas federais no Brasil. **Policy Brief – Em questão: evidências para políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2022.

GRISA, C. *et al.* **A Desestruturação das políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar: mudanças institucionais, estratégias de desmonte e novas configurações**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2022.

GRISA, C. SCHNEIDER, S. “Plantar pro gasto”: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Rev. Econ. Sociol. Rural**. v.46, n.2, Brasília, Abr./Jun., 2008.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

GROOTAERT, C; *et al.* **Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS)**. Banco Mundial, Grupo temático sobre capital social. Washington, DC, 2003.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 3. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HIGGINS, S. S. **Fundamentos teóricos do capital social**. Chapecó: Argos, 2005.

HOFFMANN, R. Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil. **Estudos Avançados**. 1995.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**: resultados preliminares – Rio Branco (AC). Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**: Relatório Nacional de Acompanhamento Coordenação. Brasília: Ipea, 2014.

IPEA. **Ações de solidariedade em resposta à pandemia**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2021.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Políticas sociais**: acompanhamento e análise – 2024. Brasília: IPEA, 2024.

JARDIM, M. C.; CANDIDO, S. E. A. A sociologia econômica nos Estados Unidos: principais autores, conceitos e debates. **BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, [S. l.], n. 88, p. 1–23, São Paulo, 2019.

JEAN, B. Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento territorial sustentável: rumo a um desenvolvimento territorial solidário para um bom desenvolvimento dos territórios rurais. In: VIEIRA, P. F.; CAZELLA, A.; CERDAN, C.; CARRIÈRE. J-P (Orgs.). **Desenvolvimento Territorial Sustentável no Brasil**. Subsídios para uma política de fomento_. Florianópolis: APED/Secco, p. 49-76, 2010.

LEITE. A. P. **A evolução urbana de Rio Branco (AC)**: de seringal a capital: de seringal a capital. 2010. 80 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

MACIEL, R. C. G.; CAVALCANTE FILHO, P. G.; LIMA JÚNIOR, FRANCISCO BEZERRA; SOUZA, ELYSON FERREIRA. Distribuição de renda na Amazônia: um estudo dos polos agroflorestais em Rio Branco, AC. **DRd – Desenvolvimento Regional em debate**, v. 8, p. 108-142, 2018.

MALUF, R. S. **Ações Públicas Locais de Apoio à Produção de Alimentos e à Segurança Alimentar**. São Paulo, 1999.

MARTINS, S. **Vereador pede descaracterização do Distrito Industrial e do Polo Geraldo Mesquita**. Disponível em: < <https://ac24horas.com/2023/08/31/vereador-pede-descaracterizacao-do-distrito-industrial-e-do-polo-geraldo-mesquita/>>. Acesso em: 10 de set. de 2025.

MENASCHE, R.; MARQUES, F. C.; ZANETTI, C. Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. **Revista Nutrição**. Campinas, 145-158, jul./ago. 2008.

MENDES, L. Z; MUELLER, A. A. A teoria de redes de Mark Granovetter e o debate sobre o fenômeno migratório. **Interações**. Campo Grande, abr./jun. 2024.

MORAES, J. L. A. Capital social e desenvolvimento regional. In: CORREA, Silvio Marcus de Souza (Organizador). **Capital social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

NEDER, H. D.; LACERDA, F. C. C.; RODRIGUES, A. M. Um estudo sobre a pobreza rural com abordagem multivariada. In: FILHO, N. A.; RAMOS, P. (org.). **Segurança Alimentar: produção agrícola e desenvolvimento territorial**. Campinas: Editora Alínea, 2010.

OLIVEIRA, S. A. V. **A agricultura familiar: estudo dos fatores limitantes de desenvolvimento nos polos agroflorestais de Rio Branco**. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Acre. Rio Branco, 2014.

OLIVEIRA, E. M; MACIEL, R. C. G; LEVY, O. P. S; MAFFI, B. A; OLIVEIRA, I. A. Segurança Alimentar: avaliação da situação nutricional e autoconsumo das famílias do projeto de desenvolvimento sustentável Bonal (PDS). **SOBER – Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Belém – PA, 21 a 24 de julho de 2013.

PAULA, E. A.; SILVA, S. S. Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital. **Revista NERA**. Presidente Prudente. Ano 11 nº 12, p 86-97. Jan-jun, 2008.

PEREIRA, M. F. V. **O processo recente de atualização do território no sudoeste da Amazônia: lógicas exógenas e dialéticas endógenas em Rondônia e Acre**. 2009. 329 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2009.

PERROUX, F. A. **Economia do século XX**. Porto: Herder, 1967.

PINHEIRO, J. R. N. O. **Contribución de los sistemas agroforestales a la seguridad alimentaria (con énfasis en huertos caseros) de la población del Pólo Agroforestal Wilson Pinheiro en Rio Branco, Acre**. Magister Scientiae en Agroforestería Tropical, Escuela de Posgrado. Turrialba, Costa Rica, 2013.

PONTES, C. J. F. **A guerra no inferno verde: segundo ciclo da borracha, o front da Amazônia e os soldados da borracha**. South American journal of basic education, technical and technological, v. 2, p. 56-67, 2015.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PUGLIESE, L. **Segurança alimentar dos agricultores assentados no território de Araraquara/SP; uma análise a partir do índice UFSCar e das efetividades do**

Programa de Aquisição de Alimentos. Dissertação (mestrado) – Centro Universitário de Araraquara. Araraquara, 2016.

PUTNAM, R. D. **Making Democracy Work:** Civic Traditions in Modern Italy. Princeton: Princeton University Press, 1993.

PUTNAM, R. D. **Bowling Alone:** The Collapse and Revival of American Community. New York: Simon & Schuster, 2000.

PUTNAM, R. D. **The Prosperous Community:** Social Capital and Public Life. The American Prospect nº13 (Spring), 1993, p. 35-42.

Putnam, R. D. **Comunidade e democracia:** a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RECINE, E.; PACHECO, M. E. L., MALUF, Renato S, M., Francisco. Extinção do Consea: comida de verdade e cidadania golpeadas. **Le Monde Diplomatique**, 11 jan. 2019. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/extincao-do-consea-comida-de-verdade-e-cidadania-golpeadas>>. Acesso em: 01 jun. 2023.

RIO BRANCO. **Lei nº. 1.484 de 2 de dezembro de 2002.** Cria os pólos agroflorestais que especifica e regulamenta os arts. 111 e seguintes da lei orgânica do município, que trata sobre a política agrícola e fundiária, com os fundamentos dos arts, 186 e 189 da Constituição Federal.

RODRIGUES, I. **Poluição do ar em Rio Branco chegou a ficar 13 vezes mais que o recomendado pela OMS.** 07/09/2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2022/09/07/poluicao-do-ar-em-rio-branco-chegou-a-ficar-13-vezes-mais-que-o-recomendado-pela-oms.ghtml>>. Acesso em: 21 de ago. de 2023.

SABOURIN, E. P. Desenvolvimento Rural e Abordagem Territorial: conceitos, estratégias e atores. In: TEIXEIRA, Olívio Alberto; SABOURIN, Eric Pierre (edit.). **Planejamento e Desenvolvimento dos Territórios Rurais:** conceitos, controvérsias e experiências. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002. p. 21-37.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A. A.; SILVEIRA, Maria. **Território:** Globalização e fragmentação. 5ª. Ed., São Paulo: Hucitec/Anpur, 2002.

SECOM – Secretária de Comunicação Social. **Mapa da Fome da ONU: Insegurança alimentar severa cai 85% no Brasil em 2023.** Publicado em 24/07/2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/07/mapa-da-fome-da-onu-inseguranca-alimentar-severa-cai-85-no-brasil-em-2023>>. Acesso em: 14 de abril de 2025.

SEGALL-CORRÊA, A. M.; MARIN-LEON, L. A Segurança Alimentar no Brasil: Proposição e Usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 16, n. 2, p. 1-19, 2009.

SILVA, M. K.; SCHNEIDER, S. Ação coletiva e capital social: a experiência das organizações de agricultores familiares no Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 12, n. 24, p. 84-124, 2010.

SOUZA, E. F. **Os pólos agroflorestais como política de desenvolvimento rural sustentável para as famílias assentadas em Rio Branco no Acre**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica) Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2008.

SOUZA, E. F.; PINTO, N. M. A.; FIÚZA, A. L. C. Os pólos agroflorestais como alternativa de desenvolvimento rural sustentável: o caso do Acre. **XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Londrina, 22 a 25 de julho de 2007.

SOUZA, E. F.; PINTO, N. M. A.; FIÚZA, A. L. C. Os Polos Agroflorestais em Rio Branco, Acre: uma análise a partir da sua viabilidade econômica e consumo familiar. **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**, v. 24, p. 93-112, 2013.

SWEDBERG, R.; GRANOVETTER, M. Introduction. In: SWEDBERG, R.; GRANOVETTER, M. (Orgs.). **The sociology of economic life**. Boulder: Westview Press, 1992.

TONI, F. **Gestão florestal na Amazônia brasileira: avanços e obstáculos em um sistema federalista**. CIFOR/IDRC: La Paz, 2006.

TRALDI, D. R. C. **Efetividades e entraves do Programa Bolsa Família no município de Araraquara/SP: um olhar sobre a segurança alimentar e nutricional dos beneficiários**. Dissertação de mestrado. Centro Universitário de Araraquara. Araraquara, Araraquara, 2011.

VALENTE, L. S. **Direito humano à alimentação: desafios e conquistas**. São Paulo: Cortez, 2002.

VAZ, J. C. **Iniciativas Municipais para o Desenvolvimento Sustentável: Coletânea de experiências bem sucedidas no Brasil – para serem aplicadas no âmbito da atuação do PCPR no Piauí**. Governo do Estado do Piauí. Teresina, 2002.

ZIMMERMANN, S. A. DELGADO, N. G. El desmonte del Sistema Nacional de Seguridad Alimentaria y Nutricional (Sisan) y la garantía del Derecho Humano a la Alimentación en Brasil. **Polis Revista Latinoamericana**. Santiago, v. 21, n. 63, p. 32-51, 2022.

ZUBEN, C. V.; FLEURY, R. C; CARVALHO, U. D. Inserção social e qualificação profissional de imigrantes como forma de combate ao trabalho escravo e tráfico de pessoas. In: BAENINGER, Rosa; SILVA, João Carlos Jarochinski (org.). **Migrações Venezuelanas**. Campinas: Unicamp, 2018.

WOODHOUSE, A. Social capital and economic development in regional Australia: A case study. **Journal of Rural Studies**, [s.l.], v. 22, n. 1, 2006. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0743016705000549#:~:text=the%20cooperative%20dairy%20movement,against%20poverty.%20Narayan%20and>. Acesso em: 26 fev. 2025.

WOOLCOCK, M.; NARAYAN, D. **Social capital**: implications for development theory, research, and policy. The World Bank Research Observer, 2000.

ZEAS. **Zoneamento Econômico, Ambiental, Social e Cultural**: diagnóstico dos polos agroflorestais. Rio Branco, 2008.

ANEXO I - QUESTIONÁRIO INTEGRADO PARA MEDIR CAPITAL SOCIAL, ADAPTADADO

Grupos e redes

1. Eu gostaria de começar perguntando a você sobre os grupos ou organizações, redes, associações a que você, ou qualquer outro membro do seu domicílio pertencem. Quais grupos ou organizações, redes, associações que você, ou qualquer outro membro do seu domicílio, pertencem. Esses grupos podem ser formalmente organizados ou apenas grupos de pessoas que se reúnem regularmente, para praticar alguma atividade, ou apenas conversar. De quantos grupos você, ou alguém em seu domicílio, faz parte?

- ☐ Igreja
- ☐ Associação de produtores rurais
- ☐ Associação de moradores
- ☐ Sindicato
- ☐ Grupo de lazer/esporte
- ☐ Prefiro não responder

2. De todos os grupos de que você, ou os membros do seu domicílio fazem parte, qual é o mais importante para o seu domicílio?

☐ Prefiro não responder

3. Existe troca de equipamentos entre os vizinhos? Existe ajuda e força de trabalho para produção em propriedades dos vizinhos?

☐ Prefiro não responder

4. Há comercialização ou compra de insumos em conjunto?

☐ Prefiro não responder

5. Esse grupo trabalha ou interage com grupos fora do(a) polo/município?

- ☐ Não
- ☐ Sim, ocasionalmente
- ☐ Sim, frequentemente
- ☐ Prefiro não responder

6. Se de repente você precisasse de uma pequena quantia em dinheiro (RURAL: o suficiente para pagar as despesas do seu domicílio durante uma semana), há pessoas além do seu domicílio ou parentes próximos, que estariam dispostas a lhe fornecer este dinheiro, se você pedisse a elas?

- ☐ Definitivamente
- ☐ Provavelmente
- ☐ Não tenho certeza
- ☐ Provavelmente não
- ☐ Definitivamente não
- ☐ Prefiro não responder

Confiança e Solidariedade

8. De modo geral, você diria que se pode confiar na maioria das pessoas, ou que nunca é demais ter cuidado ao lidar com as pessoas?

- 1. Pode-se confiar nas pessoas
- 2. Nunca é demais ter cuidado
- ☐ Prefiro não responder

9. Em geral, você concorda ou discorda das seguintes afirmações?

- 1 Concordo totalmente
- 2 Concordo em parte
- 3 Nem concordo, nem discordo
- 4 Discordo em parte
- 5 Discordo totalmente
- ☐ Prefiro não responder

A. A maioria das pessoas nesta localidade estão dispostas a ajudar caso você precise.	
B. Nesta localidade, é preciso estar atento ou alguém pode tirar vantagem de você?	

10. Quanto você confia em...

- 1 Confio totalmente
- 2 Confio muito
- 3 Nem muito, nem pouco
- 4 Confio pouco
- 5 Confio muito pouco
- () Prefiro não responder

A. Membros do governo local	
B. Membros do governo central	
C. Vizinhos	
D. Associação de produtores	

11. Se um projeto da comunidade não lhe beneficia diretamente, mas tem benefícios para muitas outras pessoas do(a) bairro/localidade, você contribuiria com seu tempo ou dinheiro para o projeto?

- 1 Não contribuiria com tempo
- 2 Contribuiria com tempo
- 1 Não contribuiria com dinheiro
- 2 Contribuiria com dinheiro
- () Prefiro não responder

A. Tempo	
B. Dinheiro	
C. Força de trabalho	

D. Equipamentos	
-----------------	--

Ação Coletiva e Cooperação

12. Nos últimos 12 meses, você ou alguém do seu domicílio participou de alguma atividade comunitária, em que as pessoas se reúnem para realizar algum trabalho em benefício da comunidade?

- 1. Sim
- 2. Não (vá para a questão 14)
- () Prefiro não responder

13. Quantas vezes, nos últimos 12 meses?

() Prefiro não responder

14. Se houvesse um problema de abastecimento de água/ nesta comunidade, qual é a probabilidade de que as pessoas cooperassem para tentar resolver o problema?

- 1. Muito provável
- 2. Relativamente provável
- 3. Nem provável, nem improvável
- 4. Relativamente improvável
- 5. Muito improvável
- () Prefiro não responder

15. Se houvesse um problema de abastecimento de equipamentos nesta comunidade, qual é a probabilidade de que as pessoas cooperassem para tentar resolver o problema?

- 1. Muito provável
- 2. Relativamente provável
- 3. Nem provável, nem improvável
- 4. Relativamente improvável

5. Muito improvável

() Prefiro não responder

14. Se houvesse um problema de abastecimento de alimentação nesta comunidade, qual é a probabilidade de que as pessoas cooperassem para tentar resolver o problema?

1. Muito provável

2. Relativamente provável

3. Nem provável, nem improvável

4. Relativamente improvável

5. Muito improvável

() Prefiro não responder

Informação e Comunicação

16. Quais são as três fontes de informação mais importantes a respeito do que o governo está fazendo (tal como mutirão agrícola, frente de trabalho, planejamento familiar etc.)?

() Parentes, amigos e vizinhos

() Mercado local

() Jornal local ou da comunidade

() Jornal nacional

() Rádio

() Televisão

() Grupos ou associações

() Colegas de trabalho ou sócios

() Associados políticos

() Líderes da comunidade

() Um agente do governo

() ONGs

() Internet

() Prefiro não responder

17. Em geral, em comparação há cinco anos atrás, o acesso à informação melhorou, piorou ou permaneceu mais ou menos o mesmo?

- ☐ Melhorou
- ☐ Piorou
- ☐ Permaneceu mais ou menos o mesmo
- ☐ Prefiro não responder

18. Em que parte do ano a sua casa é acessível pela estrada?

- ☐ Durante o ano todo
- ☐ Apenas durante algumas estações
- ☐ Nunca é facilmente acessível
- ☐ Prefiro não responder

ANEXO II - ESCALA BRASILEIRA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR**Questionário Caracterização da Fome, Produção e Renda**

1. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram a preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?

() Sim () Não () Não sabe ou recusa responder

2. Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?

() Sim () Não () Não sabe ou recusa responder

3. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?

() Sim () Não () Não sabe ou recusa responder

4. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda tinham, porque o dinheiro acabou?

() Sim () Não () Não sabe ou recusa responder

5. Nos últimos três meses, algum/a morador/a de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar comida?

() Sim () Não () Não sabe ou recusa responder

6. Nos últimos três meses, algum/a morador/a de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, comeu menos do que achou que devia, porque não havia dinheiro para comprar comida?

() Sim () Não () Não sabe ou recusa responder

7. Nos últimos três meses, algum/a morador/a de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, sentiu fome, mas não comeu, porque não havia dinheiro para comprar comida?

() Sim () Não () Não sabe ou recusa responder

8. Nos últimos três meses, algum/a morador/a de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?

() Sim

() Não

() Não sabe ou recusa responder

APÊNDICE I – AUTOCONSUMO E PRODUÇÃO PARA O MERCADO

Autoconsumo

1.Quanto da alimentação da família é obtida com produtos oriundos da propriedade?

- ☐ Quase tudo ☐ Quase nada
☐ Pouco/menos que a metade ☐ Muito/mais que a metade
☐ Prefiro não responder

2. O que significa para a sua família produzir alimentos para o autoconsumo?

- ☐ Permanência no polo ☐ Alimentação saudável
☐ Economia de recursos financeiros ☐ Cultura/soberania alimentar
☐ Prefiro não responder

3. Qual o gasto mensal com compra de produtos alimentícios no mercado?

- ☐ 0-500 ☐ 501-900 ☐ 901-1200 ☐ 1201-1600 ☐ Acima de 1601
☐ Prefiro não responder

4. Você (s) acha (m) que tem algum fator que dificulta a produção de autoconsumo? Qual?

- ☐ Prefiro não responder

5. Quais produtos o senhor (a) retira da propriedade para o consumo da família?

- ☐ Prefiro não responder

6. Quais produtos o senhor (a) compra no mercado?

- ☐ Prefiro não responder

7. Quais produtos o senhor (a) troca com os vizinhos?

- ☐ Prefiro não responder

Produção

1. Produção Agrícola 2024

[illegible]

() Prefiro não responder

2. Criação de animais 2024

[illegible]

() Prefiro não responder

Caraterização do Trabalho e Renda

1. Preencha o quadro abaixo com informações sobre a renda de todos os membros do domicílio.

Nº de Ordem	Nome	Tipo de renda			
		Renda principal	R\$	Outra renda	R\$
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					

() Prefiro não responder

APÊNDICE II – RELAÇÕES SOCIAIS

Roteiro de Entrevista

1. Como o senhor (a) percebe a convivência com os vizinhos?

() Prefiro não responder

2. Quais os momentos de convivência proximidade com os vizinhos?

() Prefiro não responder

3. Em quais momentos pode ser percebida a cooperação entre os moradores?

() Prefiro não responder

4. Quais os principais desafios para melhorar a convivência e a cooperação entre os vizinhos?

() Prefiro não responder

5. Em momentos de dificuldades o senhor (a), acredita que poderia contar com a ajuda dos vizinhos?

() Prefiro não responder

6. Nos últimos 12 meses, o senhor (a) participou de alguma reunião da associação? Quantas vezes?

() Prefiro não responder

7. Os moradores já desenvolveram ações coletivas para resolverem problemas da comunidade? Em qual circunstância?

() Prefiro não responder

8. Qual a dificuldade de buscarem resoluções dos problemas (falta de água, condições dos ramais, transporte da produção, fertilidade do solo) de maneira coletiva?

() Prefiro não responder

9. O que poderia ser feito para aumentar a participação social dos moradores na associação/resolução dos problemas do polo?

() Prefiro não responder

10. De modo geral, o senhor (a) acha que falta interesse dos moradores em estabelecer relações de proximidade entre os vizinhos?

() Prefiro não responder

11. O senhor (a) acredita que os moradores poderiam realizar atividades coletivas na produção e comercialização?

() Prefiro não responder